

# Demonstrações Financeiras

2019



## ÍNDICE

<b>Relatório da Administração</b>	<b>Pág.</b>
<b>Mensagem da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Perfil da Companhia</b>	<b>3</b>
<b>Composição Acionária</b>	<b>3</b>
<b>Relacionamento com Acionistas</b>	<b>4</b>
<b>Conjuntura Econômica</b>	<b>4</b>
<b>Governança Corporativa</b>	<b>5</b>
<b>Regulação</b>	<b>12</b>
<b>Mercado de Energia</b>	<b>13</b>
<b>Comercialização de Energia</b>	<b>13</b>
<b>Desempenho Operacional</b>	<b>14</b>
<b>Investimentos</b>	<b>17</b>
<b>Desempenho Econômico-Financeiro</b>	<b>23</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>28</b>
<b>Relacionamento com Auditores Independentes</b>	<b>29</b>
<b>Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b>	<b>29</b>
<b>Gestão da Tecnologia da Informação</b>	<b>30</b>
<b>Gestão de Pessoas</b>	<b>32</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>36</b>
<b>Programas e Projetos Sociais</b>	<b>36</b>
<b>Responsabilidade Ambiental</b>	<b>37</b>
<b>Programa do Reassentamento de Itaparica</b>	<b>39</b>
<b>Cultura</b>	<b>39</b>
<b>Prêmios e Reconhecimentos</b>	<b>40</b>
<b>Informações de Natureza Social e Ambiental</b>	<b>40</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
<b>Balanço Patrimonial</b>	
<b>Ativo</b>	<b>43</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>44</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>45</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>	<b>46</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>47</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>48</b>
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	<b>49</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>50</b>
<b>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</b>	<b>162</b>
<b>Parecer dos Auditores Independentes</b>	<b>163</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>171</b>

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

---

A Chesf vem se renovando ao longo dos últimos anos e 2019 ficará registrado como um ano de resultados positivos em todas as áreas da Empresa. Hoje, apresenta-se mais madura e em pleno processo de transformação. A implementação do plano de adequação e modernização da Companhia vem promovendo significativos avanços, que nos permitem colher os frutos da consolidação desse trabalho, embora ainda com muitos desafios e obstáculos a serem superados.

De forma articulada, seguindo orientações da Eletrobras e com pleno comprometimento do seu corpo funcional, a governança da Chesf estabeleceu diretrizes com o objetivo de possibilitar que a empresa venha a trilhar um novo caminho, marcado pela transformação tecnológica, melhoria da situação econômico-financeira e modernização de seus sistemas de gestão.

Identificamos a necessidade de encontrar soluções inovadoras, com alto potencial de sustentabilidade econômica, respeitando a conformidade regulatória e que logrem benefícios para a sociedade. Direcionamos esforços ao aprimoramento dos níveis de eficiência das diversas áreas da empresa, de forma integrada, buscando resultados economicamente consistentes, em todos os segmentos em que atua - geração, transmissão e comercialização de energia.

Nesse sentido, elaboramos projetos voltados à implantação de novas formas para gerar energia, tendo um dos marcos representado pela inauguração da usina solar flutuante de Sobradinho – a primeira desse tipo no Brasil – com um alto potencial para réplica da metodologia a ser desenvolvida em outros lagos.

Por mais um ano, abraçamos ao desafio de reposicionar a estrutura organizacional, procedendo ajustes qualitativos no quadro de pessoal, com a adoção consciente de ações voltadas a minimizar o impacto no nosso capital intelectual. Para tanto, foram aplicados novos requisitos operacionais nas usinas, subestações e centros de operação, aumentando para 70% o número de instalações teleassistidas, garantindo a confiabilidade do sistema elétrico. Concluímos a integração dos Centros de Operação de Teresina e Fortaleza, com novos recursos tecnológicos, possibilitando ganhos de eficiência para o desenvolvimento das atividades operacionais.

Avançamos com a implantação dos sistemas de Enterprise Resource Planning - ERP, em instância única nas empresas Eletrobras, centralizando os processos e permitindo o acesso com maior agilidade à informação confiável. O comprometimento e o engajamento das equipes possibilitaram implementar em 2019, os módulos de Suprimento, Finanças, Gestão de Pessoas e monitoramento e controle dos serviços prestados em Operação e Manutenção (WCM - Work Clearance Management). Vale destacar que a utilização do WCM tem caráter pioneiro no país. Empregamos solução informatizada de comunicação e colaboração em nuvem, com expressivos acréscimos de produtividade, mobilidade e integração empresarial.

Implantamos a Unidade Nordeste do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), sob coordenação da Eletrobras, para atender as demandas existentes com maior produtividade, adotando práticas mais eficientes e utilizando tecnologias de ponta. Nesse sentido, houve o lançamento do Portal do CSC, um canal direto com o cliente e uso de robotização de atividades. Além disso, foi assinado com a Holding o “Contrato de Compartilhamento de Infraestruturas e Recursos Humanos”, viabilizando efetiva cooperação entre as empresas Eletrobras.

Com a entrada em operação comercial da 18ª turbina da Usina de Belo Monte, concluímos mais um empreendimento, com participação em Sociedade de Propósito Específico – SPE. Adicionalmente, adquirimos a participação acionária em duas SPE (Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN e Transmissora Delmiro Gouveia – TDG), aumentando o nosso sistema de transmissão.

Concluímos, ainda, o Complexo Eólico Pindaí, empreendimento de geração que exigiu elevado esforço da Companhia para a sua consecução e acrescentou à Matriz Energética Brasileira 110MW em potência instalada de energia limpa, advinda de geração eólica.

No exercício de 2019, demos continuidade a expansão da nossa malha de transmissão com a entrada em operação comercial de 22 novos empreendimentos, incorporando à Rede Básica do Setor Elétrico Nacional 2.644 MVA de capacidade instalada de transformação e 331 km de linhas de transmissão, acrescentando com a incorporação desses empreendimentos R\$ 65 milhões de receita anual, além de reduzir significativamente o nosso estoque de obras em atraso com relação as data estabelecidas nos contratos de concessão.

A modernização das instalações existentes e o rigoroso cumprimento dos planos de manutenção dos ativos possibilitaram a obtenção de excelentes indicadores operacionais, em especial os referentes à disponibilidade de geração e de transmissão, atingindo todas as metas estabelecidas e obtendo os melhores resultados de nossa história.

Encerramos o ano com um de nossos menores índices de endividamento, crescemos 105% na geração de caixa operacional (EBITDA) em relação a 2018. Realizamos aquisição e incorporação de outras empresas que permitirá o incremento de R\$ 120 milhões em receitas anuais. Concluímos a renovação do benefício fiscal junto a Sudene, que se reverte a favor da região, por meio da ampliação da capacidade de investimentos na infraestrutura regional. Com isso, a Chesf vem, nos últimos anos, proporcionando boa remuneração aos seus acionistas sob a forma de dividendos.

Os sucessivos resultados positivos apresentados nos últimos anos e a tendência de lucros sustentáveis em períodos vindouros possibilitaram o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos, que contribuiram de forma relevante para o bom desempenho financeiro do exercício.

Demos um importante passo para a total desoneração do custo com o Hospital Nair Alves de Souza – HNAS, localizado na cidade de Paulo Afonso – BA, que será integralmente transferido ao Poder Público, de forma progressiva, até o quarto trimestre de 2020, cuja atividade não condiz com escopo de negócio da Companhia.

Os cenários e perspectivas do Setor Elétrico Nacional nos mostram que devemos estar preparados para a mudança econômica e tecnológica que está em curso no setor elétrico. Devemos estar atentos às novidades em produção de energia, transformação digital e práticas modernas de gestão, a fim de adquirirmos a competência necessária para permanecermos em um setor que vem se revelando altamente competitivo.

Consequentemente, continuaremos em busca de investimentos de capital com a visão de obter resultados financeiros positivos, considerando a redução de custo e a otimização dos processos, sem deixar de lado nossos compromissos relacionados à sustentabilidade, incluindo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios do Pacto Global.

Concluindo, fazemos um agradecimento especial aos Chesfianos. O compromisso e a dedicação dos empregados têm sido determinantes para vencermos desafios e obtermos melhores resultados. Sigamos em lutas e conquistas!

Boa leitura!

Fábio Lopes Alves  
Wilson Ferreira Junior

## 2. PERFIL DA COMPANHIA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945 e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da produção total de energia em 2019. Este parque gerador tem 10.323,43 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,4 bilhões de metros cúbicos de água e 2 usinas eólicas.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
<b>HIDRELÉTRICAS</b>	-	<b>10.262,33</b>
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
<b>EÓLICAS</b>	-	<b>61,10</b>
UEE Casa Nova II	-	32,90
UEE Casa Nova III	-	28,20
<b>TOTAL</b>		<b>10.323,43</b>

Parque de Geração da Chesf

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 21.252,6 km de linhas em operação, sendo 5.662,8 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.876,0 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 713,8 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 129 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras em que a Chesf possui ativos), com capacidade de transformação de 49.726,17 MVA.

Fazem parte ainda do sistema da Chesf, 14 subestações elevadoras das usinas, que somadas às subestações de potência, totalizam 61.069,50 MVA a capacidade de transformação da Companhia.

A Chesf está investindo em geração solar possuindo 3,62MWp implantados em mini e micro geração.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPE.

## 3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Chesf, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas.

#### 4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

---

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

#### 5. CONJUNTURA ECONÔMICA

---

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o processo ainda relativamente lento de recuperação da economia brasileira ganhou fôlego no período recente. A aceleração da atividade econômica tem se mantido estável e, apesar de 2019 ter apresentado o menor crescimento dos últimos três anos, a expansão da economia nos três primeiros trimestres do ano ocorreu a taxas mais elevadas que a média de crescimento trimestral verificada em 2018. Sob controle, a inflação encerrou o ano em 4,31%, superior ao centro da meta (4,25%), mas ainda dentro do limite, que suporta até dois pontos percentuais acima do centro.

Movido principalmente pelo consumo das famílias e pela recuperação da construção civil nos três primeiros trimestres de 2019, o crescimento da produção arrefeceu no quarto trimestre e encerrou o ano em 1,1%, abaixo da expectativa de 2,53% divulgada em janeiro pelo Banco Central do Brasil (Boletim Focus, 28/01/2019). A tensão entre China e Estados Unidos e a recessão na Argentina, que afetam o câmbio e o volume de exportações brasileiras, assim como a persistência das consequências do rompimento de barragem em Brumadinho (MG), em janeiro, repercutiram negativamente sobre a produção industrial. Assim, apesar de manter o perfil de expansão retomado em 2017, a economia brasileira ainda não conseguiu superar a recessão ocorrida entre 2014 e 2016, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) retornado agora ao patamar registrado no início de 2013 (R\$7,25 trilhões).

No mercado de trabalho, a taxa média de desemprego encerrou o ano em 11,9%, o que representa a segunda queda consecutiva desde 2017, quando havia atingido 12,7%. Essa trajetória, associada ao crescimento do número de trabalhadores por conta própria (5,9% de 2017 para 2018 e 4,1% de 2018 para 2019), foi inicialmente tida como um indício de deterioração das condições de emprego; agora, entretanto, pode estar sinalizando uma mudança na estrutura das relações trabalhistas face a uma regulamentação mais abrangente da terceirização e à consolidação da contratação de serviços via aplicativos de smartphones.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou novo crescimento em 2019, encerrando o ano em 4,31%. O patamar está acima tanto da expectativa do mercado no fim de 2018, que era de 4,01%, como do centro da meta de 4,25% estabelecida pelo Banco Central do Brasil, apesar de ainda estar dentro do limite estabelecido, que vai até dois pontos percentuais acima do centro. Embora tenha acumulado alta de apenas 2,5% nos doze meses que se encerraram em outubro, o IPCA foi pressionado pela alta no preço da carne em novembro e dezembro, fruto do aumento da demanda externa decorrente dos acordos comerciais com a China realizados no fim de outubro.

Apesar do cenário macroeconômico descrito anteriormente, a CHESF tem envidado esforços nos últimos anos através da continuidade das medidas que visam a adequação dos seus custos operacionais. Além disso, a conclusão de diversas obras referentes a empreendimentos no segmento de Transmissão de Energia entre os anos de 2018 e 2019 contribuiu para o aumento da sua receita operacional e a consequente melhoria do resultado da empresa.

A adequação nos custos operacionais e o crescimento das suas receitas contribuiu para a ampliação do portfólio de ativos da Empresa em 2019, através do aumento de participação acionária, para posterior incorporação, de algumas Sociedades de Propósito Específico - SPE nas quais a CHESF é acionista. O resultado dessas incorporações representará um incremento direto na receita operacional de aproximadamente R\$ 125 milhões, a partir de 2020.

## 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

### 6.1 ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral de Acionistas, cujas principais funções são:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, bem como fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre alienação de ações do seu capital social ou de suas controladas, abertura ou alteração do capital social, venda de valores mobiliários, se em tesouraria, venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe, emissão de debêntures conversíveis em ações;
- deliberar sobre operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa, sobre permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- deliberar sobre reforma do Estatuto Social, dentre outras.

### 6.2 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Os membros do Conselho Fiscal observam a seguinte composição: um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal, um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia, e um membro e respectivo suplente indicados pela Eletrobras.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização de atos de gestão e dispõe de regimento interno que norteia seu funcionamento. Reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, mediante a convocação do Presidente do Conselho.

### 6.3 ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, ambos com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social.

O Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, é formado por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Os membros do Conselho de Administração observam a seguinte composição: um membro é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão, um membro é eleito representante dos empregados, um membro é indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente, e quatro membros indicados pela Eletrobras, dentre os quais dois são independentes.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. Reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, mediante a convocação do Presidente do Conselho.

O Conselho de Administração conta com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras conforme estabelece a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16 que a regulamenta.

A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor-Presidente e até cinco diretores, respeitando o mínimo de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com

prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, devendo ser brasileiros, residentes e domiciliados nos pais.

A Diretoria Executiva, órgão executivo de administração e representação, é responsável, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, por assegurar o funcionamento regular da Chesf. Reúne-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente.

#### **COMITÊS DE ACESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pelas empresas do Sistema Eletrobras, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais.

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários - CAE, com atuação extensiva às empresas controladas, tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre trabalhos de auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos e gestão de riscos e gestão financeira, conforme previsto em Regimento Interno.

#### **6.4 GESTÃO DA ÉTICA**

A Chesf adota o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, por meio da realização de ações de comunicação e capacitação, além do atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração das denúncias recebidas.

Anualmente, no contexto do Plano de Educação Corporativa, em parceria com a área de treinamento, são realizadas ações educacionais e de comunicação que buscam desenvolver os temas relacionados a ética, integridade, prevenção ao assédio moral e sexual, gênero e raça, direitos humanos, mediação de conflitos e escuta transformadora.

#### **6.5 OUVIDORIA**

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre a Chesf e seus públicos de relacionamento, interno ou externo, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

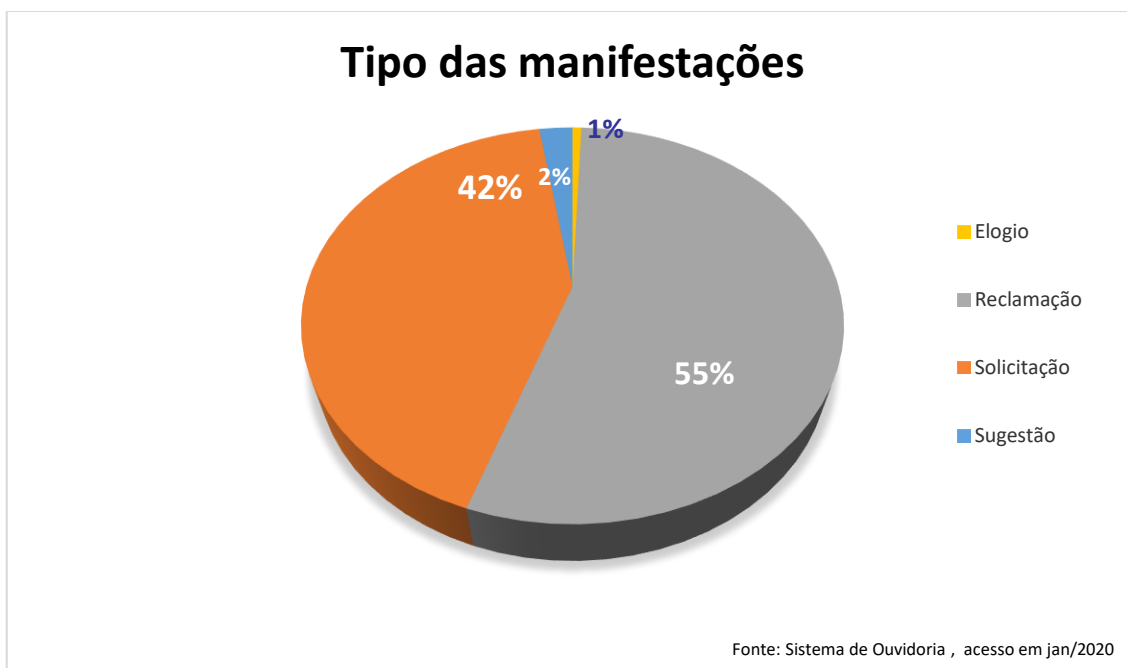
##### **6.5.1 ESTATÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA**

No ano de 2019, foram recebidas 721 demandas pela Ouvidoria, sendo 628 (87%) através do Sistema de Ouvidoria e 93 (13%) endereçadas ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

##### **6.5.2 MANIFESTAÇÕES CLASSIFICADAS POR TIPO**

As demandas são classificadas como: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão. O gráfico a seguir apresenta o percentual das manifestações por tipo no ano de 2019.





#### 6.5.3 MANIFESTAÇÕES POR ASSUNTO

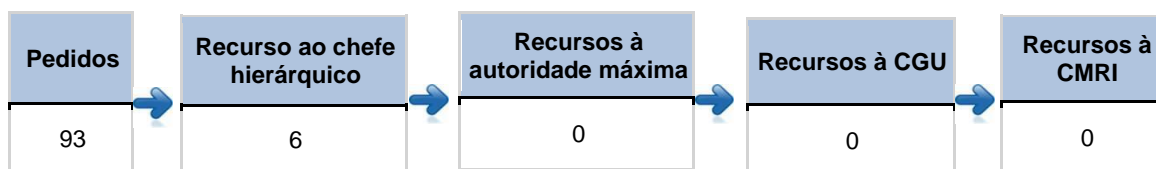
Em 2019, 82% dos assuntos recebidos pela Ouvidoria, provenientes dos públicos de relacionamento da Chesf, versaram sobre temas que dizem respeito às áreas de Recursos Humanos, Suprimento, Área de Servidão, Econômico-Financeiro, Serviços Gerais e Operação e Manutenção.

#### 6.5.4 SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

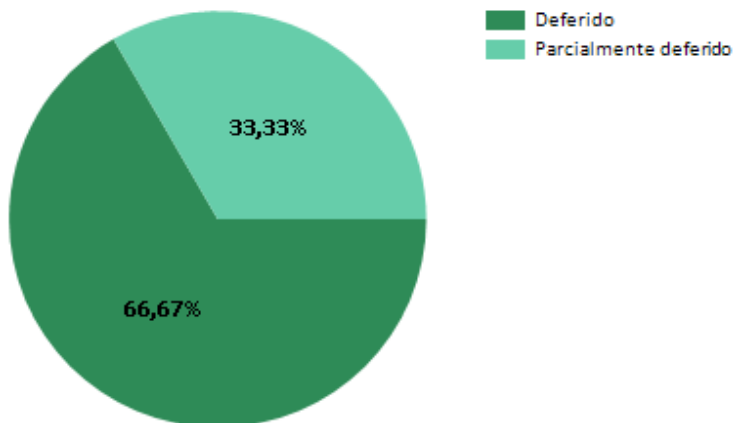
A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, assegurando a qualquer cidadão demandar informações produzidas ou custodiadas pela Chesf, de interesse particular, coletivo ou geral. Realiza a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

Em 2019, houve o atendimento a 100% dos pedidos de informação recebidos pelo SIC. O período de 12,3 dias foi o tempo médio de resposta e uma média mensal de 7,75 dos 93 pedidos de informação, inferior ao estabelecido pela Lei de Acesso a Informação – LAI que é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, se houver justificativa expressa. Houve um aumento significativo de 72,22% dos pedidos de informação em relação a 2018. Houve 15 pedidos de prorrogação de prazo, cerca de 16% do total de pedidos, para atendimento à solicitação de informação.

#### Quadro geral dos recursos



### Recursos ao chefe hierárquico respondidos



Quanto ao tempo de resposta, observa-se um aumento no tempo médio, conforme gráfico a seguir.

#### 6.5.5 CANAL DE DENÚNCIAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS

As empresas Eletrobras disponibilizam a todos o Canal de Denúncias Eletrobras. Tal ferramenta permite que qualquer pessoa possa trazer à empresa, voluntariamente, suspeitas de irregularidades ou de atos ilícitos de seu conhecimento. Trata-se de um instrumento muito importante no contexto de funcionamento de seu Programa de Integridade, pois permite que a Companhia tenha ciência de problemas e possa tomar as devidas ações corretivas.

A coordenação e a gestão do tratamento dessas denúncias são realizadas pelo Comitê do Sistema de Integridade – CSI, formado por representantes da *holding* e demais empresas Eletrobras.

Foram recebidas 51 novas denúncias no ano de 2019 pelo Canal de Denúncias Eletrobras.

#### 6.5.6 DESTAQUE 2019

No ano de 2019, a Ouvidoria Chesf participou, junto ao Comitê das Ouvidorias Eletrobras, dos trabalhos para elaboração do Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias e Infrações das Empresas Eletrobras; de estudo para implementação de Indicadores de Ouvidoria e do aperfeiçoamento dos instrumentos de Ouvidoria atinentes ao recebimento e tratamento de denúncias e infrações.

Outrossim, o Normativo interno específico foi revisado e foi publicada a Instrução Normativa interna de Ouvidoria.

A dinâmica de melhoria dos processos internos conduziu a assessoria para realização do Modelo de Negócio em Canvas e o consequente aperfeiçoamento dos produtos da Ouvidoria e do conteúdo publicado no site.

#### 6.6 APURAÇÃO DE DENÚNCIAS E INFRAÇÕES

A Assessoria de Apuração de Denúncias e Infrações – ACA, criada em 2019, com subordinação hierárquica ao Conselho de Administração da Chesf, tem como atribuição precípua atender às demandas recebidas da Coordenação de Apuração de Denúncias da Eletrobras – CAID, ou diretamente do Comitê do Sistema de Integridade – CSI, ambos sediados na Eletrobras *holding*, realizando a denominada fase interna da apuração de denúncias e de infrações ao Programa de Integridade, às normas, contratos e manuais e/ou legislação que envolvam colaboradores da Chesf. Os resultados das apurações realizadas pela ACA são materializados em relatórios que são encaminhados para a CAID, a fim de serem pautados para deliberação nas reuniões do CSI.

## 6.7 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - SFC, em suas respectivas áreas de jurisdição, e tem por finalidade atuar de forma independente e objetiva na avaliação (*assurance*) e na consultoria, a fim de adicionar valor e melhorar as operações da organização. Auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A estrutura da Auditoria Interna é composta por uma Superintendência de Auditoria com dois departamentos: Departamento de Auditoria Interna e Departamento de Atendimento aos Órgãos de Controle.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. O PAINT/2019 foi elaborado em conformidade com os instrumentos normativos e estatutários vigentes no final do exercício de 2018. Assim, o PAINT/2019 foi submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2019, a Auditoria Interna concluiu 24 Relatórios de Auditoria, nos quais foram registradas 149 recomendações. Todos os relatórios foram encaminhados à gestão da Companhia, para o desenvolvimento de ações em atendimento às recomendações emitidas, e disponibilizados aos Conselhos de Administração e Fiscal. O atendimento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna é acompanhado pela gestão da Companhia e por esses colegiados. Ainda, os relatórios emitidos pela Auditoria Interna podem ser requisitados, a qualquer momento, pela CGU.

## 6.8 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Sustentabilidade Empresarial na Chesf tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental. Dentre essas diretrizes estão a priorização da produção de energia limpa e renovável, o uso racional de recursos, atuar como agente indutor da eficiência energética, ter compromisso com a ética e a transparência, respeitar os direitos humanos, agregar valor para as partes interessadas, garantir condições de trabalho e de bem-estar adequadas aos colaboradores.

Em 2019, destacamos as seguintes ações aprovadas no Comitê de Sustentabilidade:

- definição de projetos/iniciativas no PNG 2020-2024, de acordo com a nova diretriz “Sustentabilidade” do PDNG
- definição e acompanhamento dos indicadores/metasp empresariais da Chesf
- acompanhamento das metas e ações da Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- reestruturação da Comissão Técnica para Gestão de Resíduos, Efluentes e Emissões

A companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso - COP, aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, e ao Compromisso da Eletrobras com Mudanças Climáticas. Em 2019, houve adesão ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS.

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, em linha com as orientações do Relato Integrado - IR e com os padrões GRI Standards, opção Essencial, disponível no link [sustentabilidade-2018.chesf.gov.br](http://sustentabilidade-2018.chesf.gov.br). Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do *Dow Jones Sustainability Index* - DJSI e do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3.

## 6.9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos da Chesf tem sido cada vez mais sistematizada e incorporada à gestão empresarial e está baseada no conhecimento dos gestores das áreas de negócio sobre os riscos inerentes aos seus processos, que permite tratar as incertezas que possam afetar os objetivos estratégicos da companhia.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel fundamental na gestão de riscos, aprovando os documentos que orientam o processo e mantendo o acompanhamento sistemático dos resultados das análises de riscos.

Os princípios e diretrizes da gestão de riscos estão estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e sua metodologia, alinhada com a *holding*, abrange as etapas de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos de diversas naturezas.

Adicionalmente às atividades de gestão de riscos corporativos, o ambiente de controles internos da Chesf também é fortalecido por meio da certificação SOx, que é realizada anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, necessária para que a *holding* mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE. A certificação SOx também contribui para o aprimoramento dos processos empresariais, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da companhia e identificar pontos de melhoria.

A certificação SOx abrange as etapas de revisão anual da documentação dos processos de negócios, TI e governança, previamente definidos no escopo, e os testes de eficácia dos controles internos, realizados pelas auditorias interna e externa. A área de controles internos apoia as áreas de negócios de forma permanente na revisão dos seus processos, visando ao contínuo aprimoramento e à implantação das melhores práticas.

A cada ciclo de certificação SOx, é estabelecido um programa de remediação das deficiências (*gaps*) apontadas pelas auditorias interna e externa no ciclo anterior, com planos de ação definidos pelos gestores responsáveis e monitorados de forma permanente pela área de controles internos. A remediação dos *gaps* também é acompanhada por meio de indicadores estabelecidos no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, mantido entre a Chesf e a Eletrobras.

As deficiências registradas no âmbito da SOx são reportadas de forma sistemática para a alta administração da Chesf (Diretoria e Conselhos de Administração e Fiscal), especialmente as que são classificadas com maior nível de gravidade, assegurando assim o forte comprometimento de todos os gestores envolvidos na melhoria do ambiente de controles internos da companhia.

Tanto o processo de controles internos quanto o de gestão de riscos são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras - CAE, que é responsável pela supervisão desses temas em todas as empresas Eletrobras e emite diretrizes para alinhamento e melhoria dos processos.

## 6.10 INTEGRIDADE

A Chesf adota o Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, também chamado de “Programa Eletrobras 5 Dimensões”, que vem sendo aprimorado a cada ano com novas políticas, procedimentos e iniciativas desenvolvidas com a participação das áreas de integridade de todas as empresas Eletrobras, que formam a Comissão Diretiva de Compliance - CDC, fórum permanente de discussão sobre as melhores práticas de integridade corporativa.

Em 2019, destaca-se o início do treinamento *online* “Integridade e Cultura Ética”, promovido pela Universidade Corporativa das Empresas Eletrobras - UNISE e disponibilizado para realização por todos os empregados, além de ações específicas de sensibilização sobre o tema integridade para fornecedores, membros da alta administração (diretores e conselheiros) e representantes da Chesf nos Conselhos das Sociedades de Propósito Específico - SPE. Essas ações de treinamento proporcionaram a disseminação dos conceitos de integridade corporativa de forma ampla para públicos diversos, que é um dos objetivos do Programa de Integridade.

Novas políticas corporativas diretamente vinculadas ao Programa de Integridade também foram aprovadas na Chesf em 2019, fortalecendo ainda mais as diretrizes do programa, como a Política Anticorrupção e a Política de Administração de Conflito de Interesses.

Também foi destaque em 2019, a ampliação e consolidação do escopo de análises de integridade para novos segmentos, como patrocínios, convênios e doações, processo que já estava consolidado para o segmento de contratações (fornecedores) desde 2018. Foi realizada, ainda, uma atualização da avaliação de riscos de fraude e corrupção (*Fraud Risk Assessment - FRA*), de forma conjunta entre as empresas Eletrobras, que gerou a padronização dos fatores de risco de fraude e corrupção, facilitando o tratamento desses fatores de forma alinhada nas empresas do grupo.

O processo de gestão e tratamento de denúncias também foi aprimorado em 2019, com a criação na Chesf de uma área específica e com dedicação exclusiva à apuração de denúncias, que atua de forma alinhada e sob coordenação da área de apuração de denúncias da *holding*, em apoio ao Comitê do Sistema de Integridade – CSI, da Eletrobras, que possui representantes de todas as empresas Eletrobras e é responsável pela gestão das denúncias recebidas de forma centralizada pelo Canal de Denúncias do grupo.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões, do qual a Chesf faz parte, está em contínua evolução, e dessa forma novas ações e procedimentos deverão ser implantados e formalizados em 2020, para fortalecer ainda mais os mecanismos de integridade corporativa já adotados nas empresas do grupo.

## 6.11 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Planejamento Estratégico da Chesf é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação de cenários, dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando ao aprimoramento da gestão empresarial e ao atingimento das metas e dos resultados propostos, considerando uma perspectiva de longo prazo. O processo é fruto de um trabalho colaborativo e resultante da integração de esforços da diretoria, das lideranças estratégicas e principais stakeholders. Em sua elaboração, são levadas em consideração as perspectivas de autoridades públicas, de agentes do setor e de diversos públicos de interesse.

Este planejamento estratégico é elaborado em consonância com o Plano Estratégico da Eletrobras e de seu Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG. Atualmente, os instrumentos utilizados para o planejamento são o Mapa Estratégico da Chesf, o Plano de Negócios e Gestão - PNG e o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE. Esses instrumentos são institucionalizados por meio de apreciação e aprovação em reunião de Diretoria Executiva e com deliberação do Conselho de Administração.

O monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf é realizado mensalmente por meio de reuniões da Diretoria Executiva, para acompanhamento do Plano de Negócios e Gestão - PNG. Essas reuniões são realizadas com foco nos objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico da Chesf, nos projetos previstos no PNG e nos indicadores do CMDE, firmado entre a Eletrobras e suas empresas controladas. Dessa forma, a Chesf realiza o controle dos possíveis desvios existentes entre as metas e os resultados apurados, atuando sobre ocorrências e melhorando o desempenho empresarial.

Diante das mudanças ocorridas nos ambientes interno e externo da Chesf nos últimos anos e da necessidade de desenvolvimento de conteúdo estratégico visando ao crescimento nos próximos 15 anos, a Chesf vem realizando um trabalho de reposicionamento da empresa em sintonia com as diretrizes estratégicas da Eletrobras para alcançar os seguintes objetivos:

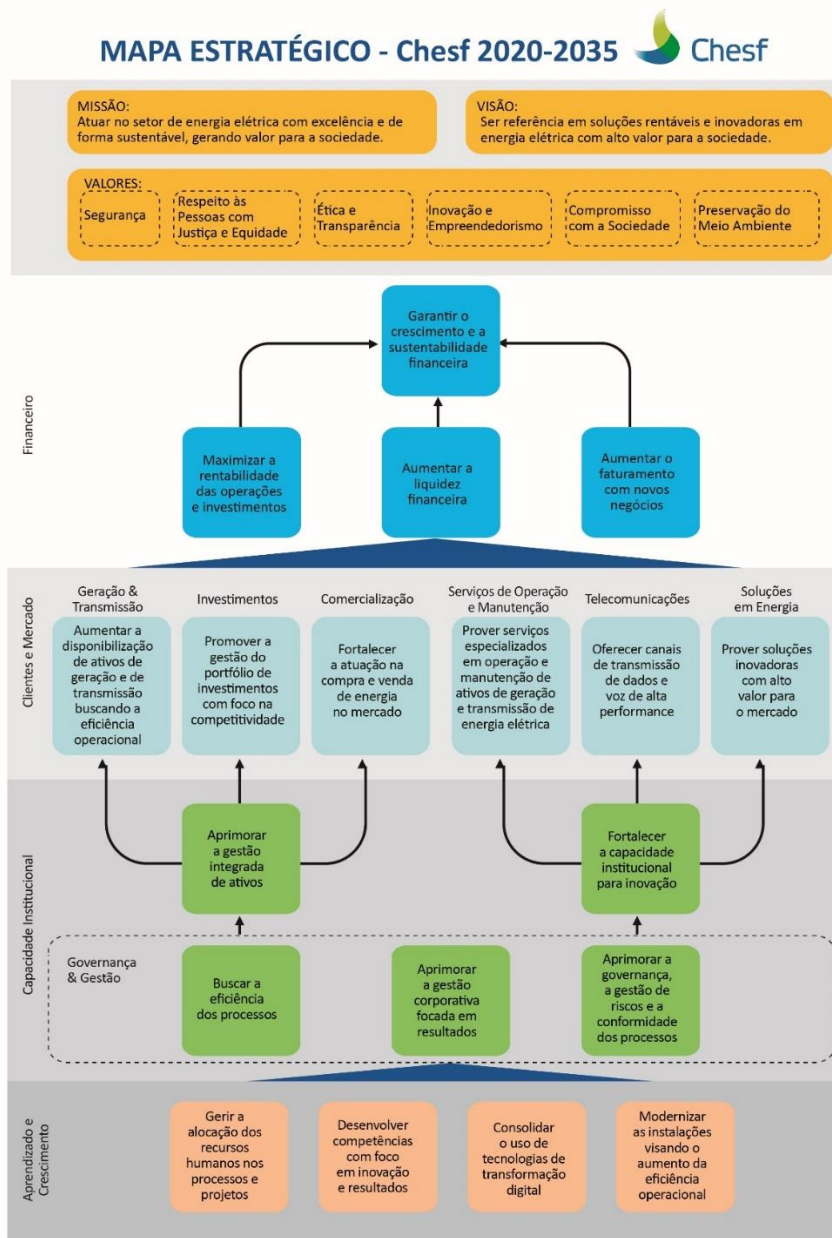
- ✓ Formular o planejamento estratégico de longo prazo da Chesf que norteie a organização para o seu crescimento nos próximos 15 anos, utilizando a elaboração de cenários e diagnóstico interno;
- ✓ Propor e implantar metodologia de governança e gestão da estratégia;
- ✓ Implantar o processo de monitoramento contínuo de alcance da estratégia.

Como resultado do trabalho de revisão do Planejamento Estratégico, previsto nos instrumentos normativos da companhia, está sendo desenvolvido um processo de atualização da identidade organizacional e dos objetivos

estratégicos da Chesf e, conseqüentemente, reformulação do seu Mapa Estratégico, que atenda aos desafios do atual cenário do Setor Elétrico nacional.

Em maio de 2019, o Presidente da Chesf deu conhecimento ao Conselho de Administração do início do processo de Planejamento Estratégico de Longo Prazo, com o objetivo de discutir o futuro da empresa. Na ocasião, o Presidente esclareceu que a metodologia utilizada para elaboração do Planejamento Estratégico contempla o alinhamento dos vetores com a *holding*.

O Mapa Estratégico da Chesf para o ciclo de 2020-2035 é apresentado abaixo.



## 7. REGULAÇÃO

A gestão da Regulação na Chesf consiste em integrar os processos regulatórios com as diversas áreas da Companhia, promovendo a articulação com os órgãos reguladores, especialmente com a Aneel, fortalecendo internamente a cultura regulatória, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva. Engloba também

a aplicação dos princípios da Gestão Integrada de Ativos, com foco na maximização do valor dos ativos e minimização de perdas, considerando as regras definidas para o setor elétrico.

Após um ano da criação da Superintendência de Regulação, vinculada à Diretoria de Operação, que passou a contar com uma estrutura de três departamentos, ampliando suas competências em Gestão de Ativos, Gestão de Contratos de Transmissão e Aspectos Regulatórios, os resultados alcançados ratificam a necessidade de investir nesses processos de forma mais integrada e alinhada aos objetivos estratégicos da Chesf. É notório que o fortalecimento da estrutura de Regulação, com uma visão integrada sobre todos os processos que envolvem aspectos regulatórios e sua atuação sobre a gestão dos contratos de transmissão e gestão de ativos (tanto de geração quanto de transmissão), trouxe resultados sólidos e significativos para a empresa, dos quais merecem os seguintes destaque em 2019:

- Redução de multas julgadas para o menor valor histórico anual já recebido pela Chesf, R\$ 690 mil. Esse fato deve-se aos recursos administrativos apresentados pela Chesf e, principalmente, às ações preventivas e acordos realizados com o órgão regulador através de Planos de Melhoria ou Planos de Resultado, o que representou uma economia da ordem de R\$ 15,6 milhões, comparando com o ano anterior;
- Incremento em mais de R\$ 12 milhões na receita de geração das usinas cotistas da Chesf, decorrente do pleito da Chesf em alterar o cálculo do Ajuste por Indisponibilidade, conforme exposto na NT nº 06/2019-SGT/ANEEL;
- Incremento no quantitativo de contratos de transmissão, decorrentes do grande número de autorizações de novos acessos ao Sistema Interligado Nacional - SIN, totalizando ao final de 2019, 1.364 contratos vigentes com outros agentes conectados às suas instalações, sejam com transmissoras (CCI) ou com geradoras, distribuidoras e consumidores (CCT) e contratos de prestação de serviços com o ONS (CPST) das 23 concessões de transmissão vigentes (CTT).
- Coordenação, pela área de Gestão de Ativos, do processo de Revisão Tarifária da Transmissão referente ao maior contrato de concessão da Chesf (Rede Básica), que envolve uma Receita Anual Permitida - RAP do ciclo da ordem de R\$ 187 milhões, mais de 1.400 itens de receita e 5.000 ativos físicos associados. Este trabalho, iniciado em 2019 e ainda em andamento, tem como objetivo preparar a empresa para a etapa de fiscalização pela Aneel, de modo a evitar possíveis glosas e multas, prezando pelo atendimento a todos os requisitos regulatórios na apresentação dos laudos técnicos, além de identificar melhorias nos processos envolvidos para implantação pelas áreas responsáveis para os próximos ciclos de revisão.
- Levantamento e priorização dos requisitos regulatórios e das melhores práticas de Gestão de Ativos na implementação no ProERP/SAP, de modo a permitir maior integração e integridade nas informações sobre o ciclo de vida dos ativos, considerando os aspectos de projetos de novos empreendimentos, operação, manutenção e imobilização/desimobilização de ativos.

## 8. MERCADO DE ENERGIA

---

O consumo nacional de energia elétrica em 2019 foi de 482.085 GWh, registrando crescimento de 1,4% em relação a 2018. Desse consumo, a região Nordeste participa com 16,7%, cujo montante corresponde 82.979 GWh, superando em 3,1% o consumo realizado em 2018. Dentre as classes de consumo registrou expansão o Residencial (+3,1%) e o Comercial (+4,0%), destacando o bom desempenho no setor de comércio e serviços nas regiões Nordeste (+6,8%), Norte (+4,7%) e Centro-Oeste (+4,7%). O consumo Industrial ainda não conseguiu se recuperar e sofreu retração de 1,6% em relação a 2018.

Para o atendimento a carga do submercado Nordeste (Região Nordeste menos o Estado do Maranhão), que corresponde a 11.042 MW médios, a geração hidráulica contribuiu com 22,2%; a geração eólica participou com 47,5%, a térmica com 17,7% e o intercâmbio com os submercados Norte e Sudeste respondeu por 9,6%; As outras fontes (PCH, biomassa e solar), localizadas no referido submercado, representou 3,0%.

## 9. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

---

Em 2019, as vendas corresponderam ao montante de 48.901 GWh, distribuídos entre 26 estados do Brasil e mais o Distrito Federal. Desse montante, 44.704 GWh (91,4%) foram comercializados no regime de cotas. O restante, 4.197 GWh (8,6%), foi destinado ao ACL (consumidores industriais livres, consumidores industriais atendidos no

âmbito da Lei 13.182 de 03 de novembro de 2015 e aos comercializadores) e ao ACR (distribuidoras). Já as compras de energia totalizaram 1.695 GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Empresa.

## 10. DESEMPENHO OPERACIONAL

---

Com a permanência da situação hídrica desfavorável na Bacia do Rio São Francisco e as baixas afluições ocorridas no período úmido 2018/2019, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2019, o armazenamento de 48,65 % e, em 31 de dezembro, chegou a 29,34 % do seu volume útil.

A Companhia gerou 20.734 GWh em 2019 e 15.132 GWh em 2018, representando um acréscimo de 37%. Este resultado foi devido a uma relativa melhora nas condições de armazenamento do Reservatório de Sobradinho, ocorrida no período úmido de 2018/2019, sendo possível a aplicação da Resolução ANA nº 2.081/2017, na qual foi estabelecida para este período, uma vazão defluente mínima média diária de 800 m<sup>3</sup>/s na Usina de Xingó.

Em 2019, foram incorporadas 12 instalações teleassistidas aos Centros de Operação e incluídos novos pontos de supervisão para atendimento ao Procedimento de Rede 2.7. Investimentos adicionais foram realizados na área de automação, tais como: Modernização da Medição Operacional da SE Itabaianinha e substituição de 54 Servidores do SAGE. Estes esforços resultaram no aumento da observabilidade do sistema, atingindo a marca de 248.641 pontos de supervisão. Ressalta-se, ainda, a implantação de *firewall* em 12 instalações para atendimento ao Programa de Segurança Cibernética e a ampliação dos sistemas de suporte à operação e manutenção, nas áreas de Regulação Automática de Tensão, Supervisão dos Sistemas de Proteção, Qualidade de Energia e Oscilografia. Salienta-se também a manutenção da Acreditação, junto ao INMETRO, do Laboratório de Metrologia da Chesf – MetroChesf, implantação de Pluviometria em 6 Postos Hidrológicos e operacionalização de medições hidrométricas em 7 Postos Hidrológicos, em atendimento à Resolução ANA/ANEEL 03/2010.

O sistema de telecomunicações foi ampliado, contemplando a integração de 3 subestações, implicando em um incremento de aproximadamente 50 km de cabos OPGW. É importante ressaltar a disponibilização de algumas rotas do Projeto 100G, fruto da parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, como a rota Recife – Salvador, Salvador – Paulo Afonso e Paulo Afonso – Recife. Esta parceria propiciará o aumento da rede de transporte de telecomunicações da Chesf em até 160 vezes, abrangendo cerca de 90% de suas instalações, distribuídas por oito estados do Nordeste e com previsão de início de operação da Fase 1 no primeiro trimestre de 2020.

Também foram realizadas outras melhorias no sistema de telecomunicações em rede de dados, telefonia e vídeo, onde evidenciamos:

- Conclusão da Instalação de novos roteadores em 75 instalações operacionais e administrativas, parte do projeto de modernização da Rede IP;
- Implantação de 35km de cabo OPGW para atendimento a SE Pilões em substituição a rota rádio digital, possibilitando redução de custeio e diminuição da indisponibilidade;
- Início da Implementação da primeira etapa do projeto de modernização do sistema de telefonia fixa e móvel da CHESF, com a implantação de sistema de telefonia VoIP e WLAN, em 21 localidades;
- Início da implantação de 72 novos equipamentos de teleproteção digital em 18 linhas de transmissão de 500kV e 230kV nos diversos estados do nordeste;

Todos estas melhorias proporcionam um aumento de confiabilidade e disponibilidade do sistema de telecomunicações, refletindo positivamente no seu desempenho operacional.

Destaca-se que, de acordo com o seu planejamento empresarial, a Chesf vem implantando, desde 2015, um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M. Ao final de 2019, foram totalizadas 74 subestações operadas e mantidas pela Chesf neste novo modelo.

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.



Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

O resultado em 2019 para o indicador de Parcela Variável – PV foi o melhor dos últimos 7 anos, mantendo a tendência de melhora nos resultados. Como fatores relevantes na redução da Parcela Variável em 2019, destacam-se a reversão de R\$ 822 mil, mediante recursos administrativos junto ao ONS e a manutenção do fórum mensal de parcela variável. No ranking das maiores empresas de transmissão que compõem o Sistema Interligado Nacional – SIN, a Chesf ficou entre as sete melhores, destacando-se dentro do grupo Eletrobras como a segunda melhor.

O indicador de Robustez do Sistema apresentou o terceiro melhor resultado dos últimos 5 anos, mantendo o resultado acima de 91,8%.

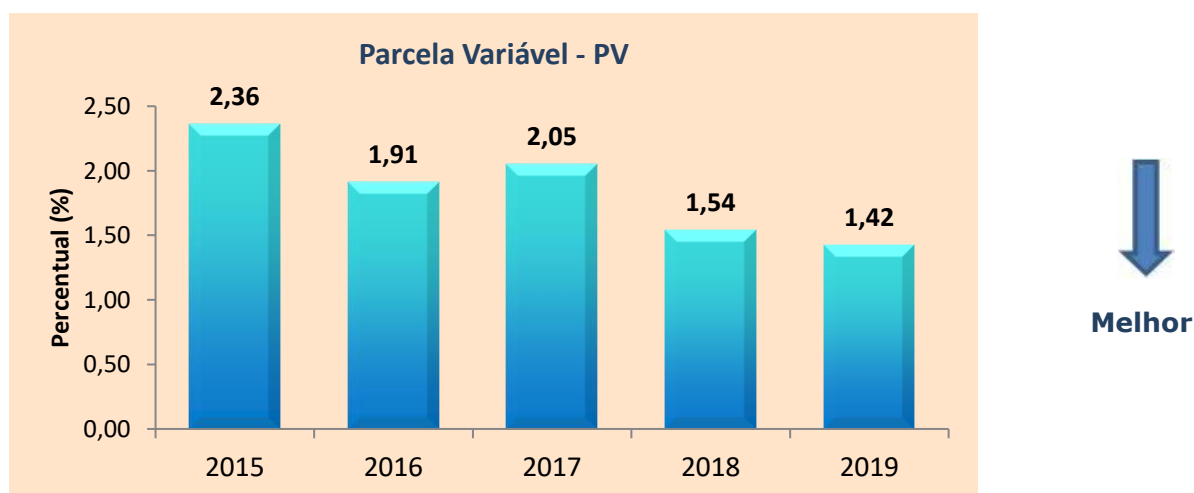
O indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB), apresentou o terceiro melhor resultado do histórico dos últimos 5 anos.

O Indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, apresentou o terceiro melhor resultado dos últimos 5 anos.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou o melhor resultado do histórico, refletindo um ótimo desempenho no serviço prestado e mantendo o valor de disponibilidade acima de 99,90%.

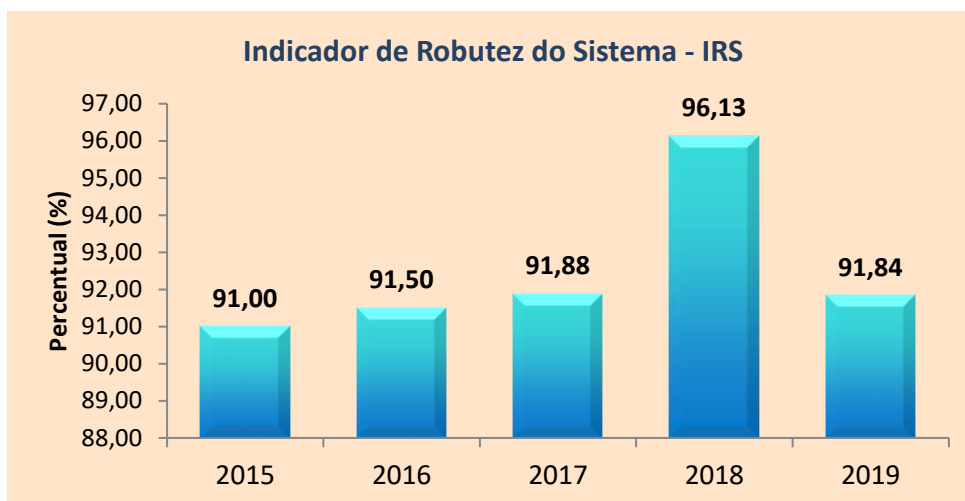
## 10.2 PARCELA VARIÁVEL – PV

Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Chesf, conforme legislação Aneel.



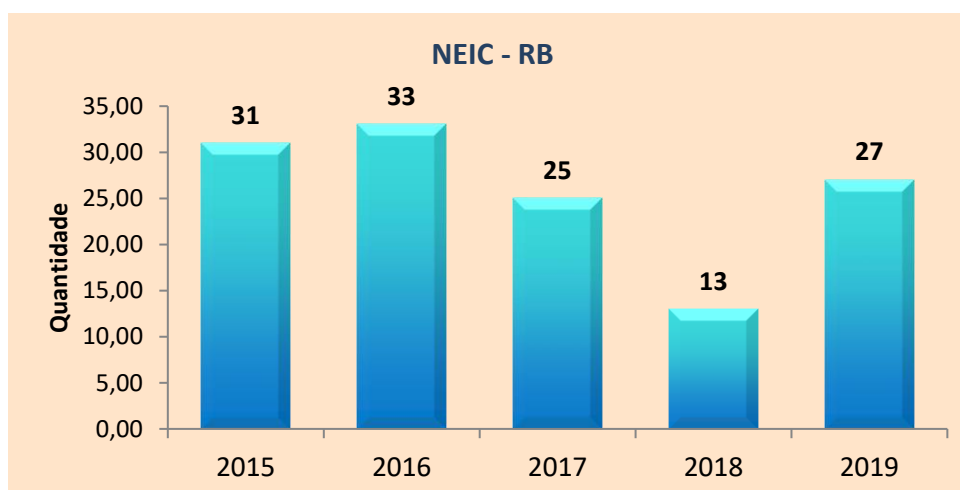
## 10.3 INDICADOR DE ROBUSTEZ DO SISTEMA – IRS

Avalia a capacidade da Rede Básica da Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).



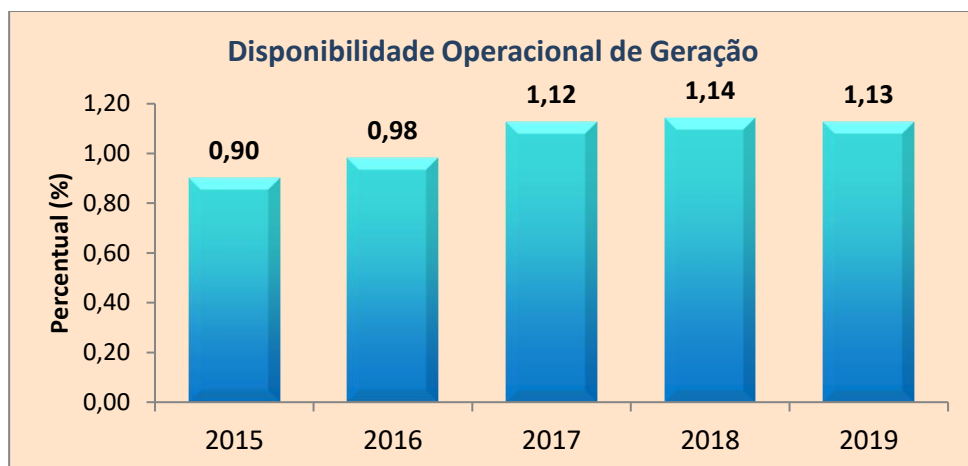
#### 10.4 NÚMERO DE EVENTOS COM INTERRUPTÃO DE CARGA NA REDE BÁSICA – NEIC-RB

É o número de desligamentos intempestivos com origem na Rede Básica da Chesf que ocasionam qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.



#### 10.5 DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



## 11. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de ativos próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPE.

### 11.1 INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2019, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 618,2 milhões, uma redução de 33,9% em relação ao ano de 2018. Este montante está assim distribuído: R\$ 70,0 milhões em geração de energia; R\$ 474,5 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 73,7 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -8,4%. O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf ao longo dos últimos cinco anos.



### 11.1.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf investiu em 2019 o montante de 26,4 milhões nas usinas hidrelétricas, sob concessão e em regime de cotas, para manter os níveis operacionais de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda. Foi atualizado o Projeto Básico para implantação dos sistemas digitais e modernização das unidades geradoras na UHE Sobradinho e encaminhado para a área responsável, para iniciar o processo de licitação do projeto Executivo e da execução das obras, com previsão de assinatura do contrato em fevereiro de 2020. Também foram concluídos os serviços de modernização das pontes rolantes da UHE PA-IV e o dos pórticos da UHE Apolônio Sales. Teve continuidade o desenvolvimento do projeto básico para implantação dos sistemas digitais e modernização das unidades geradoras da UHE Paulo Afonso IV, com previsão de finalização em março de 2020. Foram ainda executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Geração em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, além de substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

As atividades relacionadas a novos empreendimentos hidrelétricos estiveram temporariamente paralisadas em 2019, tendo em vista a baixa atratividade, no momento atual, dos aproveitamentos hidrelétricos estudados pela Chesf no Submédio e Baixo São Francisco, bem como no Rio Parnaíba e seus afluentes. Dessa mesma forma estiveram os estudos dos impactos técnicos, operativos e ambientais para a implantação de máquinas reversíveis na UHE Luiz Gonzaga. Presentemente, o foco da Empresa está sendo dado aos estudos de novos empreendimentos eólicos e solares (fotovoltaicos), objetos de outras Ações da LOA.

Na área de Geração Térmica, considerando que a Usina Térmica de Camaçari, localizada no município de Dias D'Ávila, no Estado da Bahia, teve sua concessão extinta em 05 de outubro de 2018 por meio da Portaria MME 420/2018. Em 2018, a Chesf iniciou um processo para cadastramento de empresas interessadas em firmar parceria através da Chamada Pública Chesf nº 001/2018, publicada no dia 05/10/2018, com vistas à viabilização de negócio em sociedade, utilizando os ativos remanescentes da extinta concessão desta UTE. Muito embora este processo não tenha atingido o objetivo esperado, de fazer parceria nos moldes de uma SPE para implantar no local uma nova termelétrica, ele propiciou a apresentação de uma proposta à Chesf, já em 2019, por uma das empresas que participaram da etapa final de negociação da Chamada Pública, sugerindo o arrendamento dos bens e instalações da UTE Camaçari. Após as negociações com esta empresa e as devidas aprovações, a Chesf assinou um contrato de arrendamento dos bens e instalações da UTE Camaçari por um período de 15 anos.

Quanto à Geração Eólica, após a realização de diligência no parque Eólico de Casa Nova I-A (27 MW) e Casa Nova I-B (27 MW), para levantar os custos necessários para a conclusão e energização desses dois parques, a Companhia iniciou um processo que permitiu a assinatura de um contrato com um fornecedor para finalizar a implantação e colocar em operação o Parque Eólico de Casa Nova I-A (27 MW). Os serviços tiveram seu início em novembro/2019 e a previsão de início de operação é para junho/2020. Também foram iniciadas em 2019 as ações para a contratação dos serviços necessários para a conclusão do Parque Eólico de Casa Nova I-B (27 MW), cujo processo deve ser

similar ao de Casa Nova I-A, com previsão de assinatura de contrato ainda no 1º semestre de 2020. No âmbito da prospecção e desenvolvimento de novos projetos eólicos próprios, a empresa prosseguiu em 2019 com os estudos para o desenvolvimento de 3 novos projetos que perfazem, com os dados iniciais já levantados até o momento, um total de 748 MW de potência instalada, com previsão de conclusão até 2023 e assim possibilitar a disputa da venda de energia desses projetos em futuros leilões a serem promovidos pela Aneel no ambiente regulado (ACR) ou também no mercado livre (ACL).

Na área de Geração Solar, em 2019 a Companhia avançou com a conclusão do desenvolvimento de dois parques de geração fotovoltaica: UFV Bom Nome (29,7 MWp) e UFV Lapa Solar (100 MWp), situados, respectivamente, nos municípios de São José do Belmonte, em Pernambuco, e Bom Jesus da Lapa, na Bahia. A implantação futura desses Projetos também depende do sucesso na venda de energia em futuros Leilões no ACR ou mesmo em venda direta no ACL. Com igual objetivo, a Companhia permanece nas áreas de estudos e efetua medições em 17 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando desenvolver projetos próprios de geração solar com tecnologias fotovoltaicas ou heliotérmicas. Essas medições propiciarão o desenvolvimento de 6 novos projetos que perfazem, com os dados iniciais já levantados até o momento, um total de 535 MWp de potência instalada, com previsão de conclusão do desenvolvimento desses projetos até 2023.

Outra ação na área de Geração Solar que a Chesf vem desenvolvendo é a implantação de painéis solares em suas Subestações em estados do Nordeste, para geração própria de energia, substituindo parte do suprimento oriundo das Distribuidoras. A primeira instalação foi concluída no início de 2018, a planta fotovoltaica da SE Messias, com 120 kW, em Alagoas. A partir desta exitosa iniciativa, a Chesf concebeu em 2018 o Programa Conta Zero, replicando essa iniciativa para outras instalações próprias. Em 2019 teve início a implantação dos 2,3 MWp em Subestações de 5 estados (AL, CE, PB, PI e RN) e a previsão é de que estejam todos concluídos no ano de 2020. Em alguns casos, por meio da associação com sistemas de armazenamento, a confiabilidade e a segurança operativa dessas instalações poderão ser ampliadas. Outros projetos na área de geração solar relacionados ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+) da Companhia serão detalhados em item específico deste Relatório.

#### 11.1.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Em 2019 a Companhia realizou o montante superior a R\$ 300 milhões no sistema de transmissão, com 42 empreendimentos de ampliação e reforço em andamento, resultando na conclusão de 22 empreendimentos. Foram entregues 331 km de linhas de transmissão, 4 novas subestações, 2 subestações com pátios novos e 17 novos transformadores com reforços nas instalações o que representa um aumento da capacidade de transformação em 2.644 MVA.

São destacados na tabela abaixo os empreendimentos energizados em 2019:

Descrição dos empreendimentos concluídos
SE Santa Cruz II - Transferência do 1º e instalação do 2º e 3º TR 138/69/13,8 kV, 50 MVA
SE Igaporã III - Instalação do 4º banco de ATR 500/230, de 3x250 MVA, e conexões.
SE Casa Nova II - Instalação Reator 11,9 MVAR
LT 230 kV Goianinha/Mirueira - Secc. para SE Pau Ferro e adequações para conexão da SE Mirueira II.
SE Paulo Afonso IV Separação, no setor de 500 kV, dos bancos 05T7 e 05T8 em vãos distintos
LT 230 kV Messias / Maceio II CD e SE Maceio II 230/69 kV - 400 MVA
LT 230 kV Jardim / Nossa Senhora do Socorro; SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV - 300 MVA
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas C2
LT 230 kV Eunápolis / Teixeira de Freitas II C1 e SE Teixeira de Freitas II 230/138 kV

SE Ibicoara - Instalação do 2º banco de ATR 500/230 kV, de 3 x 100 MVA, e conexões.
LT 230 kV B. J. Lapa I / Barreiras I - Remanejamento de reatores de linha na SE Barreiras I e II
SE Teixeira de Freitas II - 2º ATR 230/138 kV - 100 MVA
SE Ribeirão - Secc. LT 230 kV, Const. LT 230 kV e Inst. 2 EL 230 Kv
LT 230 kV Banabuiú / Russas II - Recapacitação para elevar limite de carregamento
LT 230 kV Garanhuns II / Angelim C2 e C3 - Recapacitação 12 km
SE Banabuiú - 1º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA
SE Irecê - 4º TR 230/69 kV - 39 MVA
SE Poções II - 230/138 KV - 200 MVA
SE Paulo Afonso III - Seccionamento longitudinal das barras de 230 kV e adequações associadas.
LT 230 kV Açú II / Açú III C1 - Recapacitação de curta duração de 300 MVA para 380 MVA
LT 230 kV Campina Grande II / Natal III C2 - Secc. para SE Extremoz II
SE Irecê - 3º ATR 230/138 kV - 55 MVA
SE Santana do Matos II - 1º e 2º transformadores 138/13,8/69 kV 50 MVA
SE Bom Jesus da Lapa - 1º TR 230/69 kV - 100 MVA (substituição)
LT 500 kV Luiz Gonzaga / Paulo Afonso IV - Recapacitação 37,4 km da LT e substituição EL e IB nas SE

Da relação anterior, 3 empreendimentos pertencem ao contrato de concessão nº005/2012 e nº 018/2009, especificamente LT 230 kV Messias/Maceio II CD, SE Maceio II 230/69 kV, LT 230 kV Jardim/Nossa Senhora do Socorro, SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV.e LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II C2, que foram concluídos no final de 2018 e iniciada a operação comercial no primeiro trimestre de 2019. Ressalte-se ainda que o empreendimento “LT 500 kV Luiz Gonzaga / Paulo Afonso IV - Recapacitação 37,4 km da LT e substituição EL e IB nas SE” foi concluído em 2019, entretanto sua operação comercial não foi reconhecida neste mesmo ano.

Além disso, destaca-se que a conclusão dos projetos de ampliação e reforço de transmissão representou 21% da expansão Rede Básica em 2019. Dos 322 MVA implantados na Rede Básica em dezembro de 2019, 222 foram de responsabilidade da Chesf. Somente no Estado da Bahia, a Chesf energizou 13 novos empreendimentos, possibilitando principalmente o atendimento à expansão do sistema de transmissão do sul do estado, garantindo o atendimento ao mercado no curto, médio e longo prazo, e beneficiando o atendimento às cargas supridas pelo sistema de distribuição elétrica.

A Chesf também concluiu 4 projetos importante de atendimento à região do Rio Grande do Norte, melhorando a qualidade de energia na região devido à entrega de dois novos pátios na SE Santa Cruz II e SE Santana do Matos. Esses reforços garatem maior confiabilidade ao sistema evitando corte de cargas na região em caso de contingência.

Em 2019, a Chesf concluiu 2 empreendimentos de reforços com antecipação em relação ao prazo estipulado pela Agência Reguladora: SE Paulo Afonso IV Separação, no setor de 500 kV, dos bancos 05T7 e 05T8 em vãos distintos e SE Paulo Afonso III - Seccionamento longitudinal das barras de 230 kV e adequações associadas.

A Chesf continua buscando a melhoria contínua dos processos de gestão de empreendimentos e as mudanças já apresentam resultados históricos que trouxeram 15 novos empreendimentos de reforços autorizados pela ANEEL para Companhia.

## 11.2 INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

No ano de 2019, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) totalizaram R\$ 358,0 milhões, que se deu através da **integralização de capital** e da realização de **adiantamentos para futuro aumento de capital** no montante R\$ 324,0 milhões, acrescidos de mais R\$ 34,0 milhões investidos na aquisição da participação acionária na TDG, adquirida da *Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda* (antiga ATP Engenharia Ltda), significando assim a manutenção do mesmo volume de investimento em relação ao ano de 2018. No período de 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -28,3%. O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPE ao longo dos últimos cinco anos.



### 11.2.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração por meio de SPE, em um total de 15.848,98 MW de potência instalada, correspondentes a 2.750,19 MW equivalentes, conforme quadro a seguir.

	SPEs	LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRÁULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261	24,50%	63,95	ago/11
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,00%	750,00	nov/16
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,00%	1.684,97	dez/15
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	401,88	24,50%	98,46	out/19
GERAÇÃO EÓLICA	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/RN	93	49,00%	45,57	nov/15
	Complexo Eólico Pindaí I	Pindaí/BA	68	99,95%	67,97	set/19
	Complexo Eólico Pindaí II	Pindaí/BA	26	99,97%	25,99	set/19
	Complexo Eólico Pindaí III	Pindaí/BA	16	83,01%	13,28	nov/19
<b>Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs</b>			<b>15.848,98</b>		<b>2.750,19</b>	
<b>Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.645,98</b>						
<b>Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 203 MW</b>						
<b>Nota: posição em 31/12/2019.</b>						

Nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu R\$ 324,5 milhões durante o ano de 2019, sendo R\$ 198,4 milhões aplicados nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) em Geração Hidráulica e R\$ 126,1 milhões em Geração Eólica.

Houve avanços significativos nas ações de suporte e nas atividades de campo visando finalizar a implantação dos 11 parques eólicos das SPEs vinculadas aos complexos eólicos de Pindaí. Foram entregues 7 parques e a conclusão dos demais está prevista para janeiro de 2020.

A UHE Belo Monte entrou 100% em operação, totalizando 11.223,10 MW de potência instalada. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 15%.

A UHE Sinop também entrou 100% em operação no ano de 2019 totalizando 401,8 MW de potência instalada. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 24,50%.

Em março de 2019, também foi concluído o desinvestimento da Chesf nas SPEs do Complexo Sento Sé, cuja venda foi realizada no âmbito do Leilão Eletrobras 01/2018.

### 11.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão por meio de SPEs, em um total de 3.590 km, correspondentes a 1.195,6 km equivalentes a sua participação, conforme quadro a seguir.

	Empreendimento	Local	km	Part.	km Equiv.	Início Operação
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546	49,00%	267,5	jan/06
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/SP	2.375	24,50%	581,9	ago/13
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	LT 230 kV São Luís II - São Luís III; SE Aquiraz II e SE Pecém II (em operação).	MA/CE	36	100,00%	36	out/13 (LT 230 kV São Luís II - São Luís III - Previsão set/20)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	633	49,00%	310,2	nov/15
<b>Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE</b>			<b>3.554,0</b>		<b>1.159,6</b>	
<b>Total de Linhas de Transmissão em construção – SPE</b>			<b>36,0</b>		<b>36,0</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>3.590,0</b>		<b>1.195,6</b>	



Não houve entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão por meio de parcerias da Chesf ao longo do ano de 2019.

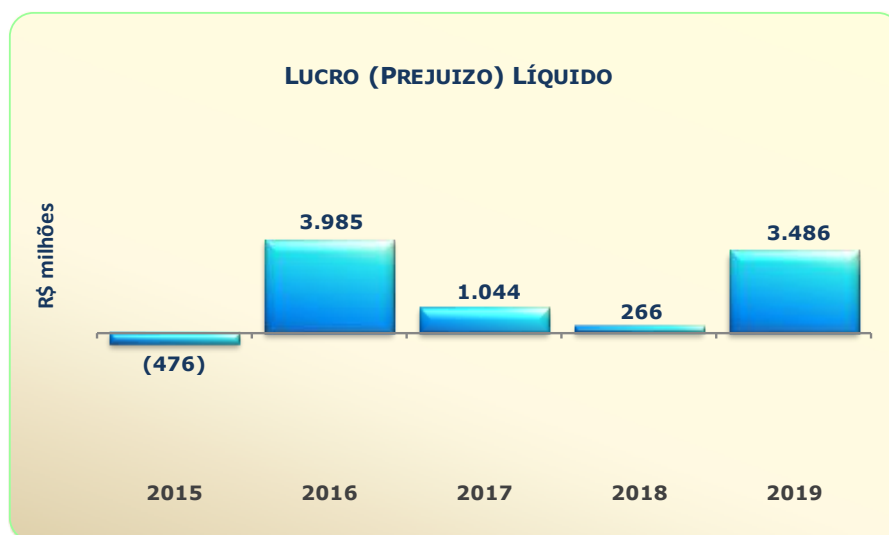
A SPE Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN foi incorporada pela Chesf em 01/11/2019. Já em relação a TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S/A, a Chesf adquiriu a parcela privada no empreendimento em out/2019 pelo valor de R\$ 34 milhões e detém 100% de seu capital. A incorporação deste ativo está prevista para ser concluída em 2020.

## 12. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2015 a 2019.

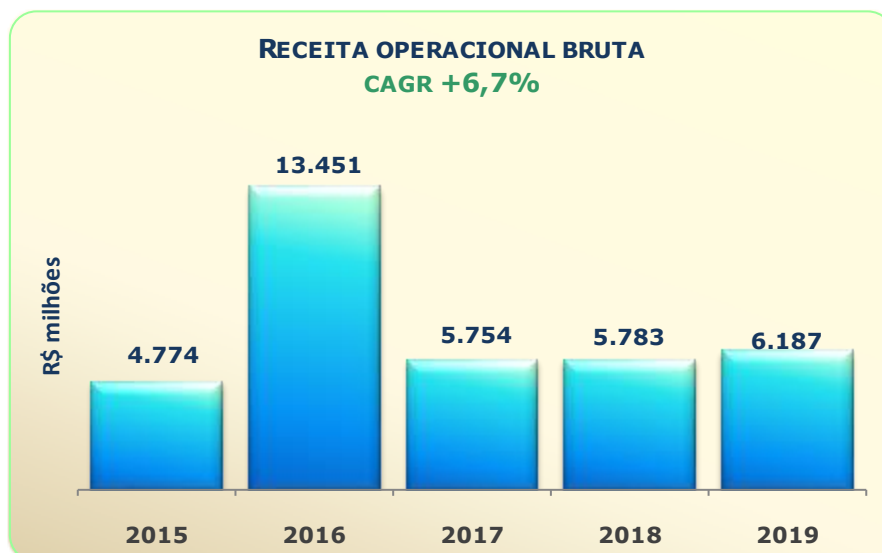
### 12.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2019 um lucro de R\$ 3.485,9 milhões (R\$ 265,9 milhões em 2018), representando um aumento de R\$ 3.220,0 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é decorrente principalmente, da provisão do imposto de renda diferido no valor de R\$ 2.072,3 milhões e da contribuição social diferida no valor de R\$ 475,0 milhões, além de aumentos em algumas rubricas de receitas descritos abaixo.



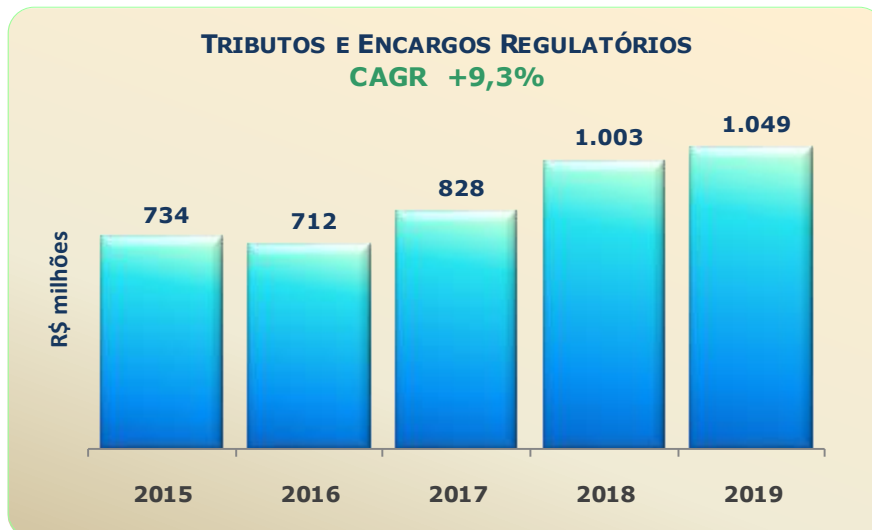
### 12.2 RECEITA OPERACIONAL BRUTA – ROB

A Companhia registrou em 2019 uma receita operacional bruta de R\$ 6.187,0 milhões (R\$ 5.782,6 em 2018), apresentando uma variação positiva de 7,0% em comparação ao exercício anterior. Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho estão o crescimento em relação ao ano anterior, das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R\$ 369,4 milhões); e com energia elétrica de curto prazo (R\$ 386,0 milhões). No período de 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +6,7%.



### 12.3 TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATORIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 1.049,1 milhões no ano de 2019 representando um aumento de 4,6% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 703,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais e R\$ 345,6 milhões a encargos regulatórios. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2015 a 2019 foi de +9,3%.



### 12.4 RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou um crescimento de 7,0% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 4.779,7 (em 2018) para R\$ 5.137,9 (em 2019). Os indicadores responsáveis por este crescimento são os mesmos que afetaram à ROB. De 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi +6,2%.



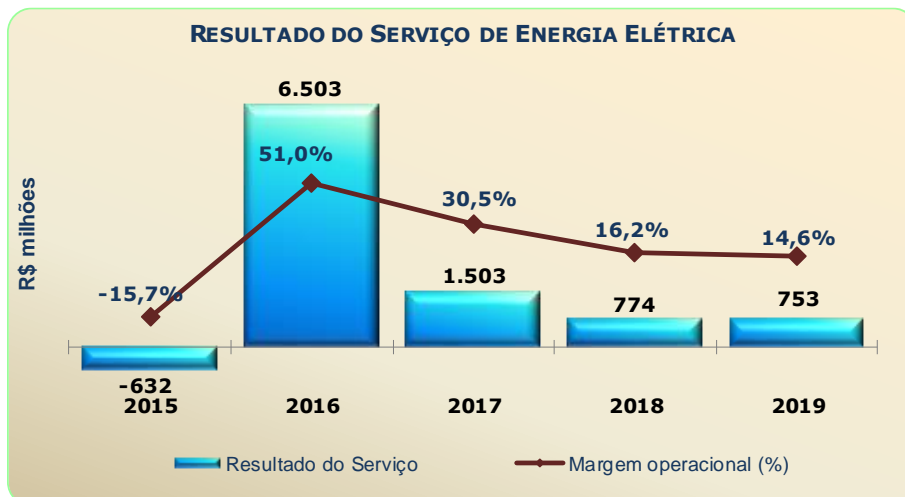
### 12.5 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 4.385,3 milhões no exercício de 2019, apresentando um crescimento de R\$ 379,8 milhões (9,5%) em relação ao exercício anterior. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, da variação negativa apurada no registro de provisão/reversão de impairment (R\$ 64,0 milhões); da variação negativa decorrente da reversão da provisão para perdas na realização de investimentos (R\$ 272,4 milhões); do aumento nos custos de energia elétrica comprada pra revenda (R\$ 40,2 milhões); do aumento dos custos de encargos de uso de rede elétrica (R\$ 99,6 milhões); da variação negativa decorrente da reversão de outras provisões FID (R\$ 58,5 milhões) em 2018, sem correspondente em 2019; e de outras provisões GAG Melhoria (R\$ 147,2 milhões). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -1,6%, no período de 2015 a 2019.



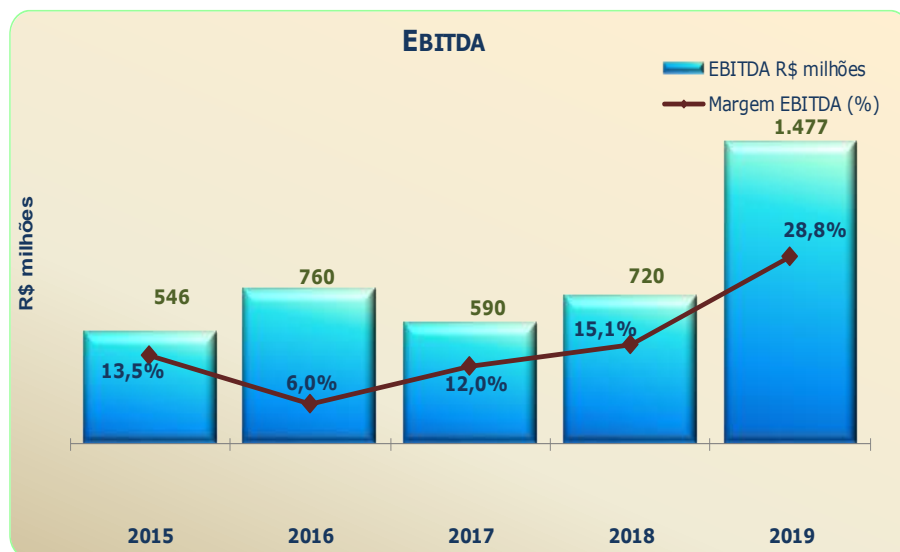
### 12.6 RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

O resultado do serviço (EBIT) foi positivo em R\$ 752,6 milhões, representando uma redução de R\$ 21,6 milhões em relação ao montante de R\$ 774,2 milhões obtido em 2018. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 16,2% em 2018, para 14,6% em 2019, uma variação de -1,6 pontos percentuais.



### 12.7 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 1.477,3 milhões em 2019, contra o montante de R\$ 720,1 milhões em 2018. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 28,8% em 2019 contra 15,1% obtida em 2018, representando um aumento de 13,7 pontos percentuais.



Demonstração do EBITDA	(R\$ milhões)	
	2019	2018
Lucro líquido	3.486	266
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	- 1.922	509
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	- 579	48
(+) Depreciação	112	94
(-) Receita RBSE - Portaria MME nº 120/2017	- 637	- 856
<b>(=) EBITDA</b>	<b>460</b>	<b>61</b>
(+) Receitas financeiras	246	232
(+) Provisões para contingências	417	537
(+) Provisão/Reversão Impairment	- 75	- 139
(+) Provisões para perdas em investimentos	262	- 10
(+) Provisões para Programa de Incentivo ao Desligamento	-	68
(+) Outras Provisões - FID	-	- 59
(+) Outras Provisões - GAG Melhoria	147	-
(+) Contrato oneroso	8	31
(+) Outras Provisões	12	-
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>1.477</b>	<b>720</b>

## 12.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício foi de R\$ 578,9 milhões, ante um resultado negativo de R\$ 42,0 milhões registrados em 2018, representando uma variação positiva de R\$ 620,9 milhões. Este valor se refere, principalmente, a diferença positiva ente a Receita Financeira - RBSE FV e a Despesa Financeira – RBSE FV no valor de R\$ 485,0 milhões.

Receitas (despesas) financeiras	(R\$ milhões)		
	2019	2018	2017
Resultado de aplicações financeiras	61,0	28,7	32,0
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	133,8	154,2	58,7
Outras variações monetárias ativas	44,5	11,3	9,3
Receita Financeira - RBSE FV	1.251,0	6,0	0,0
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(96,3)	(207,4)	(280,2)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(1,2)	(11,5)	(4,8)
Despesa Financeira - RBSE FV	(766,0)	0,0	0,0
Outras receitas (despesas) financeiras	(47,9)	(23,2)	(65,2)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>578,9</b>	<b>(42,0)</b>	<b>(250,2)</b>

## 12.9 FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

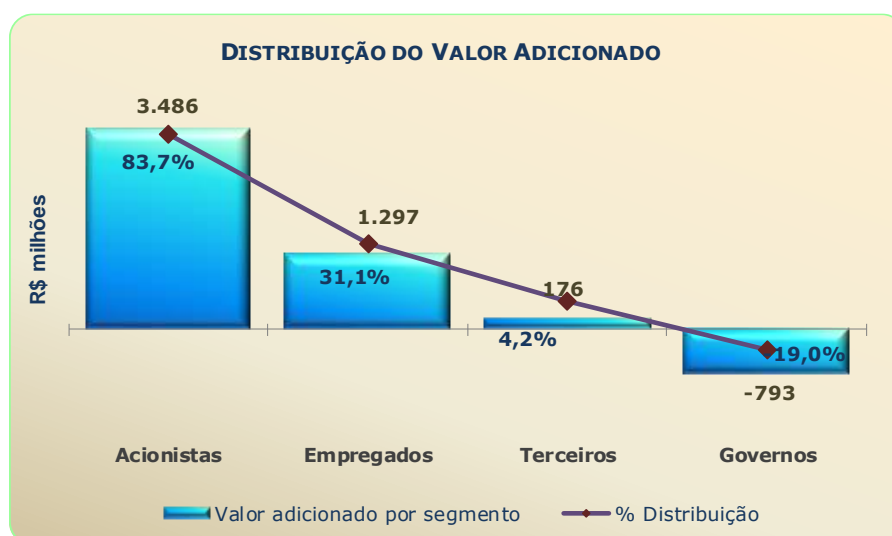
O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com instituições financeiras, encerrou no exercício com R\$ 1.333,1 milhões, uma redução de 19,2% em relação aos R\$ 1.650,3 milhões de 2018.

A posição da dívida líquida (financiamentos, empréstimos e debêntures, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 125,3 milhões, representando uma redução de 89,7% em relação a 2018, conforme demonstrado a seguir:

<b>Financiamentos, Empréstimos e Debêntures</b>			
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(R\$ milhões)</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>
Curto prazo – moeda nacional	229,2	566,3	(59,5)
Longo prazo – moeda nacional	1.103,9	1.084,0	1,8
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>1.333,1</b>	<b>1.650,3</b>	<b>(19,2)</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	1.207,8	430,6	180,5
<b>Dívida líquida</b>	<b>125,3</b>	<b>1.219,8</b>	<b>(89,7)</b>

### 12.10 VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2019 foi de R\$ 4.165,4 milhões, contra R\$ 3.296,2 milhões gerados em 2018, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (31,1%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (-19,0%); terceiros (4,2%); e lucro aos acionistas (83,7%).



### 13. ALIENAÇÃO DE BENS

A Companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis, atualmente não vinculados ao negócio da Companhia, a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Dentro desse propósito e visando atender uma das principais diretrizes emanadas da Diretoria Executiva da Companhia, em conformidade com seu Plano de Desmobilização, a Chesf vem efetuando ações objetivando a retirada gradual da participação da Chesf na administração do Hospital Nair Alves de Souza, a partir de 1º de janeiro de 2020, sendo essa diminuição na ordem de 25% do custo do Hospital a cada trimestre, de forma que, a partir de 2021, a Empresa não mais atue naquela unidade hospitalar.

Como resultado dessas alienações, objeto do referido Plano, foram alienados 02 (dois) imóveis no exercício de 2019, totalizando o valor de R\$ 1,5 milhão. Além das alienações dos imóveis, não necessários às atividades da Companhia, a Chesf realiza anualmente a venda de bens móveis inservíveis, tendo realizado em 2019 dois leilões, totalizando o valor de R\$ 2,1 milhões.

#### 14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

---

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que a auditoria, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2019, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados em contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, com início dos trabalhos no exercício de 2019.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

#### 15. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

---

No âmbito de seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), a Companhia desenvolve os seguintes projetos nas áreas de Geração Solar e Eólica, com seus respectivos avanços em 2019:

##### 1. CRESP – Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina

Complexo com diversas tecnologias solar: fotovoltaica e heliotérmica, além de desenvolver pesquisa de integração da solar com eólica e armazenamento de energia.

###### a) Tecnologia Fotovoltaica sobre o solo (3 MWp).

A Planta Básica do CRESP de 2,5 MWp encontra-se em operação e compõe o programa Conta Zero da Chesf. A Segunda etapa engloba a Planta Tecnológica de 0,5 MWp, que será composta por diversas tecnologias fotovoltaica (Terceira Geração) e sistema de fixação, rastreamento e concentração, foi concluído o processo de contratação em 2019 e terá seu início em março de 2020.

###### b) Tecnologia Fotovoltaica Flutuante no reservatório da UHE Sobradinho (2,5 MWp);

Em agosto a Chesf inaugurou a primeira etapa do projeto, correspondendo a uma planta fotovoltaica flutuante de 1 MWp. A planta encontra-se em operação e integrada a Usina Hidroelétrica de Sobradinho, atendendo a carga dos serviços auxiliares da usina. Foi dada continuidade aos estudos ambientais, analisando aspecto da flora e fauna marinha local. No terceiro trimestre de 2019 na planta de 1 MWp, teve início aos estudos técnicos de avaliação da tecnologia. A partir de 2020 será dando início a segunda etapa de implantação desse projeto que totalizará 2,5 MWp quando totalmente concluído. Este projeto, com características inéditas no país, faz parte do P&D+I aprovado pela Aneel e é intitulado “Exploração de Energia Solar em Lagos de Usinas Hidrelétricas”.

c) O CRESP também será contemplado por plantas termossolar de concentração: uma com tecnologia de Torre Central, que encontra-se em fase de Chamada Pública, visando receber novas propostas, e uma planta termossolar de concentração com calha parabólica encontra-se em fase de conclusão do convênio entre a Chesf e o CEPEL, que visará à elaboração de uma Chamada Pública para a contratação da empresa executora e instituições de pesquisa, com previsão de publicação até junho/2020.

##### 2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na temática da Energia Eólica;

A Chesf estuda linhas de pesquisa voltadas à melhoria no processo de conversão, bem como a sua integração ao sistema elétrico e com outras fontes limpas de geração, como a fotovoltaica e o armazenamento de energia. Foi lançado em 2018 uma Chamada Pública para projetos inovadores que desenvolvam tecnologias e estudos de plantas híbridas englobaram as seguintes áreas temáticas abaixo relacionadas, entre outras:

- Desenvolvimento de equipamentos e sistemas voltados a melhoria no processo de conversão de energia;

- Monitoramento e controle dos fatores críticos da indisponibilidade;
- Otimização da produção de energia e controle de curva de potência;
- Operação conjunta com sistemas de geração solar (parques híbridos);
- Análise da complementariedade com a geração hidráulica e outras fontes;
- Integração da geração híbrida com sistemas de armazenagem de energia;
- Redução dos impactos mais críticos da intermitência na geração;
- Análise das potencialidades para despacho em horário de ponta;
- Previsibilidade no suprimento de energia (diária, semanal, mensal e anual).

Como resultado deste trabalho, a Chesf em 2019, iniciou o processo de contratação de três projetos de P&D+I na temática de Eólica, denominados: 1) Desenvolvimento de novo conceito de aerogerador de baixo custo com capacidade de geração de 3 MW, (projeto contratado); 2) Otimização de Sistemas de Energias Renováveis com Armazenamento de Alto Desempenho, (projeto em contratação); e 3) Sistema Híbrido (Eólica e Solar) com armazenamento de energia. Totalizará uma potência instalada de mais de 4 MW (projeto em contratação).

Para o alcance destes resultados e dos vindouros, o total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2019, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, atingiu o montante de R\$ 56,9 milhões.

Com foco na carteira de projetos ANEEL, a Chesf investiu R\$ 32,6 milhões em 4 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ mil
Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica	2.377,90
Planejamento e Operação de Sistemas de Energia Elétrica	665,52
Outros	29.585,43
Total Geral	32.628,85

## 16. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2019, foram realizadas várias ações no segmento de Tecnologia da Informação - TI, totalizando investimentos no montante de R\$ 23,6 milhões. Dentre essas, destaca-se o projeto de implantação do sistema SAP em Instância Única no âmbito das empresas Eletrobras, com o Go Live dos módulos associados aos macroprocessos de Finanças, Contabilidade, Suprimentos, Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Ativos (Manutenção e Operação do Sistema de Elétrico de Potência).

A Chesf está coordenando o projeto para aquisição de uma Solução Inteligente de Gestão de Processos e Informação Jurídica, com a participação das empresas do Grupo Eletrobras, projeto este contemplado no PDNG da Eletrobras 2019-2023. Trata-se do primeiro projeto do Grupo Eletrobras envolvendo tecnologia com Inteligência Artificial, possuindo integração funcional com o SAP, os Tribunais de Justiça, órgãos Reguladores como Aneel e ONS, e sistemas legados de cada empresa, e tem como objetivo otimizar a gestão do contencioso e do consultivo, a partir da padronização dos processos, automação das rotinas, estabelecimento e aprimoramento de controles e mitigação de riscos associados. A solução será modularizada, abrangendo os módulos de Inteligência Jurídica,



Gestão Jurídica (Contencioso e Consultivo), Depósitos Judiciais, Acordos, Prevenção e Encerramento. A previsão para a implantação completa da solução é novembro/2020.

Foram desenvolvidos e entregues à Companhia 30 novos sistemas de informação e soluções analíticas, melhorando e otimizando importantes processos empresariais, além de consolidar o processo de tomada de decisão assertiva por todo o corpo gestor da empresa através de inteligência analítica de dados.

Destacamos a viabilização de processos eletrônicos para as áreas de Suprimentos, Gestão de Pessoas, Normativos e Secretaria Geral, a automatização e melhoria nos processos relacionados a área de transportes e o desenvolvimento de uma solução para gestão de alvarás.

No segmento de inteligência analítica (*Analytics*), foram disponibilizadas diversas soluções a partir da plataforma Qlik Sense (BI / BA) consolidando o processo de tomada de decisão assertiva por todo o corpo gestor da empresa, dentre as quais ressaltam-se: o Sistema de Controle Analítico Resumido de Pessoal – SCARP; o Sistema Analítico para Gerenciamento de Alarmes de Telecomunicações – SAGAT; o Sistema de Gestão e Monitoramento das Águas – SIGMA; a Solução Analítica para a Auditoria Interna; o Painel Histórico Analítico Orçamentário – Phantom; o Painel para Administração de Contratos; o Painel para Validação Fiscal (MIROS); o Painel de Indicadores do SIGET; a nova versão do Sistema de Gerenciamento Analítico do Custeio - SGAC; o Painel para a auditoria externa; o Painel de Base Analítica de Redução de Custeio – BARC (controle do credenciamento de periculosidade; hora extra, sobreaviso, penosidade, adicional por condução de veículo em serviço e insalubridade); o Painel analítico para acompanhamento de projetos de TI; os Painéis analíticos de indicadores e cálculo de parcela variável (PM / WCM do ERP SAP IU) para auxiliar os segmentos de Manutenção e Operação do sistema elétrico de potência; o Painel do Orçamento Base Zero - OBZ viabilizando as visões de orçado versus realizado, de pacotes e subpacotes e de hierarquia.

Referente à manutenção de sistemas de informação, o indicador “Atendimento às demandas de manutenção de sistemas” apresentou 95,81% de realização, totalizando 1.846 chamados atendidos e 442 solicitações de manutenção programadas concluídas.

Dentre os principais avanços em 2019, destacam-se a implantação da solução de comunicação, colaboração e produtividade em nuvem, através da suíte Microsoft 365 E3, na qual tivemos expressivos ganhos de produtividade, mobilidade, colaboração, integração e comunicação empresarial. Este projeto possibilitou a ampliação e migração das caixas de correio eletrônicas para nuvem (Outlook), a atualização do sistema operacional dos postos de trabalho para Windows 10, a ampliação da capacidade de armazenamento através do OnDrive com até 1Tb em nuvem para cada empregado, a implantação do pacote Office 365, a implantação de aplicativos como o Teams que possibilitou ganhos na comunicação corporativa passando a ser o padrão para comunicação empresarial, o Planner auxiliando no processo de controle e monitoramento das ações relacionadas ao planejamento setorial, do Yammer, do PowerApps, do Flow e diversos outros aplicativos do pacote M365.

A infraestrutura computacional da Chesf teve importantes avanços proporcionados pela atualização tecnológica de equipamentos que dão suporte ao gerenciamento de banco de dados, ambiente de armazenamento de dados e servidores. Dentre elas ressaltamos a substituição do *firewall* e atualização de seu *firmware*, resultando num aumento de disponibilidade e desempenho da segurança cibernética de TI, na confidencialidade e integridade das informações empresariais e na melhoria do controle de ameaças.

Foi realizado um *upgrade* do link de internet, com o aumento de velocidade de 300mbps para 600mbps possibilitando uma maior agilidade nos processos empresariais e serviços em nuvem (Cloud). Como reflexo das melhorias realizadas na infraestrutura, tivemos também importantes ganhos nos serviços dependentes da Internet, como, vídeoconferência, correio eletrônico, dispositivos móveis, ferramentas de comunicação e colaboração, além da utilização de diversos serviços em nuvem como o Portal de Assinaturas de documentos digitais com reconhecimento legal disponibilizado no último trimestre.

Do ponto de vista da relação com o cliente interno, a Central de Atendimento de TI manteve o alto nível de satisfação, tendo um percentual superior à 95% de solicitações atendidas dentro do prazo. Com relação ao atendimento de 1º nível, a Central de TI registrou 65.180 chamados (média de 5.431/mês), dos quais 40.619 foram resolvidos neste nível de atendimento (média de 3.384/mês), correspondendo a um percentual de atendimento de 1º nível de, aproximadamente, 62,3%. Para os atendimentos de 2º nível, os números registrados também foram relevantes,

tendo sido resolvidos 17.803 chamados, dos quais 17.184 dentro do prazo estabelecido, o que corresponde a um índice de realização de 96%.

## 17. GESTÃO DE PESSOAS

---

Em 31 de dezembro de 2019, a Chesf contava com uma força de trabalho (quadro efetivo de pessoal) de 3.193 empregados, composta por 3.186 do quadro próprio e 7 requisitados de órgãos ou empresas da Administração Pública. Do total, havia 587 mulheres e 2.606 homens.

No mesmo período, o índice de turnover foi de 8,67%. Houve 01 admissão (por determinação judicial) e 652 desligamentos. Essa redução no número de empregados em 2019 decorreu principalmente do Plano de Demissão Consensual – PDC, implantado simultaneamente nas empresas do Sistema Eletrobras em janeiro de 2019, como parte das iniciativas previstas no Desafio 23: Excelência Sustentável”, do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023) das Empresas Eletrobras. Na Chesf, foram desligados pelo PDC 626 empregados entre os meses de maio e dezembro de 2019.

### 17.1 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos empregados os seguintes benefícios, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Empresa; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf. As condições dos benefícios estão estabelecidas em acordo coletivo de trabalho e em instrumentos normativos.

Em 2019, a Chesf cumpriu as exigências solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) com a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa das empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União, nos benefícios Plano de Assistência Patronal (Relatório CGPAR 22) e Previdência Privada (Relatório CGPAR 09).

### 17.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O investimento contínuo na formação de seus empregados é uma premissa para a Companhia. O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais, por meio de variadas formas de ações educacionais, como cursos, palestras, oficinas e seminários, dentre outras. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 3.615 mil. O investimento médio por empregado foi de R\$ 947,32. O aumento foi de 327% em relação a 2018.

Em 2019, o número de horas de treinamento por empregado foi de 31,45 horas, correspondendo a 1,64% das horas de trabalho. Foram computadas 537 ações educacionais, contemplando 120.023 horas e atendendo 3.051 empregados, representando 79,95% do quadro de pessoal.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 1.632 horas em cursos de longa duração (Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados), 4.511 horas em congressos, seminários e simpósios, além de 113.880 horas nas demais ações educacionais. Na perspectiva das ações de conformidade (Ética, Compliance, Conflito de Interesses, Assédio, Equidade de Gênero e Raça), foram realizadas inúmeras ações educacionais, tais como: Código de Conduta Ética e Integridade, Comunicação Não Violenta, Tarde Rosa, Inteligência Ética, Curso de Imersão em Compliance, Inteligência Ética – Agenda 2.030, Gestão e Apuração da Ética Pública, Promoção do Respeito à Diversidade no Ambiente de Trabalho.

Com apoio do Serviço Nacional da Indústria – Senai, são feitos cursos técnicos, tais como: NR-10 Básico; NR-10 Complementar; NR-10 Reciclagem Integrada; NR33 Espaço Confinado, NR35 Trabalho em Altura. Além desses, existem outras ações educacionais de cunho técnico, com foco nos negócios da Companhia, como: Termografia, Curso Básico de Telecomunicações, Metrologia e Proteção de Sistemas Elétricos de Potência.

O acompanhamento dos indicadores de educação corporativa é feito trimestralmente, comparando as horas frequentadas pelos empregados, com as metas estipuladas em nosso Planejamento Educacional no início do ano. Para cálculo dos indicadores de educação corporativa, é considerado o número de empregados ativos em dezembro do ano anterior (neste caso, 2018). Dessa forma, o QP considerado seria de 3.816 empregados.

Tais resultados foram possíveis devido ao aumento no uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, as parcerias com instituições diversas para ações presenciais gratuitas e a divulgação de ações online gratuitas. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

### 17.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Ao longo de 2019, as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Chesf implantaram e deram continuidade a ações e programas específicos de prevenção, controle de riscos e promoção de saúde, qualidade de vida e bem-estar dos empregados, ao mesmo tempo em que vêm trabalhando sistematicamente com vistas a uma melhor eficiência dos seus programas.

Foi realizada, com sucesso, a Recertificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) na norma internacional OHSAS 18.001:2007, referente às atividades na Usina Hidrelétrica de Xingó (UXG), mantida pelo oitavo ano seguido.

Nesse mesmo ano, a Chesf obteve a instalação de um sistema piloto inovador para redução dos níveis de ruído, na Usina de Paulo Afonso IV, com a conclusão do P&D. O seu objetivo foi reduzir os níveis de ruído de uma das máquinas dentro do intervalo aceitável das normas, na busca de evitar os elevados custos socioeconômicos envolvidos pelo não atendimento dos requisitos, com a consciência de que a saúde humana é um bem inalienável. Destaca-se também toda a formação de conhecimento e qualificação dos profissionais da Chesf durante a realização dos projetos, que envolveram todas as diretorias da Empresa.

No período, houve também a implantação do módulo EH&S (Environment, Health & Safety) do SAP, com o objetivo de otimizar a interligação dos processos de saúde ocupacional e segurança do trabalho, possibilitando melhor gestão dos riscos e informações e integração dos processos de SST em todas as empresas do grupo Eletrobras. Para 2020, está previsto o lançamento de novas transações no módulo EH&S, que trará uma melhor gestão ao fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EP) na Companhia, bem como no tratamento das informações que serão disponibilizadas para o e-Social.

Houve, neste mesmo ano, a conclusão das inspeções de segurança, com foco nos equipamentos de proteção de trabalho em altura das equipes de manutenção em subestações e de linhas de transmissão, como parte do Projeto PREVINA-SE, realizada no Departamento de Operação Regional Recife.

Destaca-se também a assessoria ao funcionamento e desenvolvimento das ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, nas inspeções, auditorias e monitoramento dos documentos do Sistema de Gestão da CIPA – SGC e na realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, abordando temas relacionando a importância da Segurança do Trabalho como um Valor Empresarial.

Em 2019, o Projeto de Prevenção de Desligamento por Erro Humano (DEH), por meio de grupo multidisciplinar que atua na melhoria dos processos de análise das perturbações no Sistema Eletro Energético, buscando a redução dos DEH, além da prevenção de acidentes do trabalho, focou na capacitação dos profissionais envolvidos da Sede e nas Regionais, bem como nas ações de comunicação empresarial sobre o tema.

No processo de gestão de SST, exige-se também que as empresas contratadas atendam às legislações vigentes sobre o tema, formalizadas na Empresa por meio de Planos de Segurança. Destaca-se, em 2019, a realização de auditorias de segurança do trabalho em equipes próprias e de empresas contratadas e análise desses planos que

são exigidos pela Chesf das contratadas para a prestação de serviços ou entrega de produtos com regras de segurança e saúde ocupacional, que visam garantir a integridade e o bem-estar dos empregados.

Também foram realizadas as Inspeções de EPI *in loco* junto aos fabricantes, que têm por objetivo garantir que as condições de segurança estão sendo seguidas para os equipamentos.

Em 2019, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TFAT) fechou o ano com um valor de 1,93, inferior ao limite de tolerância especificado para a Empresa, de 2,87, e o segundo menor nos últimos 17 anos. A Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TGAT), por sua vez, fechou o ano de 2019 com um valor de 67, abaixo de 125, estabelecido como limite tolerável para este indicador.

Ao longo de 2019, diversas ações na área de Saúde e Qualidade de Vida foram realizadas na Sede e Regionais, como as Campanhas anuais como o Janeiro Branco, Prevenção no Carnaval, Abril Verde, Prevenção no São João, Outubro Rosa, Novembro Azul e o Dia Mundial de Combate à AIDS.

Dentre as ações corporativas e relativas à Saúde Mental, a Chesf realizou a segunda edição do Projeto Arte e Expressão, por meio de oficinas de artes e saúde na Sede, Paulo Afonso, Salvador e Sobradinho. Esta segunda edição contou ainda com Roda de Conversa com profissionais da Arte e Saúde Mental, exposição de arte e artesanato de peças produzidas pelos empregados, além de apresentações de teatro e oficinas diversas com vistas à melhoria do bem-estar emocional e ao cuidado com a autoestima. Destaca-se parceria com os empregados voluntários que compartilharam seus conhecimentos com os colegas bem como dos profissionais externos que disponibilizaram seu tempo no apoio a este evento. Ainda relativo à Saúde Mental foram realizadas palestras e oficinas sobre saúde mental no trabalho, prevenção do estresse e ansiedade, gestão das emoções e higiene do sono em Sobradinho, Teresina e Fortaleza. Os Eventos em Saúde Mental alcançaram a participação de 150 empregados em toda da Chesf.

A equipe psicossocial tem participado do Projeto de Prevenção de Desligamento por Erro Humano, contribuindo para identificação de fatores de risco, causadores, principais e contribuintes, bem como de medidas de bloqueio ao erro. Sobre este projeto, cabe registrar também a participação na realização de diversas capacitações na sede e regionais sobre a nova metodologia de análise das causas desses desligamentos no Sistema Eletro Energético.

Na Sede, foi realizada a celebração dos 5 anos da Sala de Apoio à Maternidade. O evento contou com a presença das chesfianas e seus filhos, que se beneficiaram do uso da sala no período de aleitamento. Nesta ocasião, houve debate com profissionais a importância da amamentação, partilhando experiências desse processo, bem como integrando, por meio de jogos e brincadeiras, as crianças e suas famílias no ambiente empresarial, promovendo uma melhor qualidade de vida no trabalho. A Sala de Apoio à Maternidade é um local tranquilo, confortável e adequado para a coleta e armazenamento corretos de leite materno, garantindo às lactantes (chesfianas e empregadas de Empresas Prestadoras de Serviço) espaço ideal para recolher e guardar o leite materno, a fim de levar para os filhos ou, ainda, destinar à doação. Desde sua inauguração, 25 empregadas já fizeram uso deste equipamento relevante no período de retorno da licença maternidade.

Diante dos Planos de Demissão Consensual (PDC) de 2019, a equipe de Psicologia também atuou para realização de duas edições do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), com a participação de 207 empregados. Foram promovidas palestras na Sede, com transmissão por videoconferência para as regionais, sobre temas de saúde, qualidade de vida, previdência privada e educação financeira, com o intuito de orientar os empregados sobre assuntos relevantes quanto à preparação para o momento de aposentadoria.

Destaca-se também a continuidade das atividades do Centro de Promoção da Saúde (CPS) em Recife e Sobradinho, por meio de contratos com empresas especializadas, e a retomada do funcionamento do CPS de Salvador, também com contrato externo. Em todas as localidades, tem sido aplicada a coparticipação do empregado nos custos do funcionamento dos CPS tendo boa adesão à nova política. Foram realizados circuitos juninos de atividade física nos CPS, a fim de motivar alunos e empregados em geral para um estilo de vida ativo. Além de promoverem a atividade física, os CPS representam centros de integração para os empregados, propiciando a melhoria do clima organizacional e da saúde integral dos participantes. A Chesf promoveu a participação no Circuito de Corridas das Estações em Recife e Salvador, na corrida *Night Run* e *Eco Run Sunset*, quando recebeu o prêmio de maior equipe participante. Ainda no combate ao sedentarismo, a regional de Fortaleza realizou o 2º Circuito Saudável na promoção de atividades físicas com a realização de uma corrida na área interna da Chesf.

Em paralelo, foram efetivadas outras ações de saúde, como a Campanha de Vacinação contra a gripe, que teve 1.836 empregados atendidos em toda Empresa, e as inspeções de saúde ocorridas em algumas instalações. Após período de interrupção, houve retomada da ginástica laboral para o público da Sede. Em Teresina, essa atividade de saúde esteve em funcionamento ao longo do ano.

Na Sede, em seu quarto ano, a Feira de Orgânicos continua tendo boa aceitação pelo público chesfiano, que tem buscado uma alimentação mais saudável, por meio do estímulo da Chesf ao consumo de alimentos livres de agrotóxicos.

É importante ressaltar que, para a realização de diversas ações, as parcerias com faculdades, clínicas, CIPA e Secretarias de Saúde foram fundamentais.

#### **17.4 RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO**

As ações de promoção à equidade de gênero e raça na Chesf, são realizadas na Sede e Regionais, com a participação e orientação do Comitê de Gênero e Raça, que atua há mais de dez anos nesses temas.

Em 2019, a área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero e Raça atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma das vertentes do Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça da Chesf, Palestras com o para o público interno – empregados diretos e de empresas terceirizadas – foram realizadas, reunindo pessoas para refletir e debater sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da Empresa no relacionamento com a sociedade.

Todas as ações previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça para serem realizadas em 2019 aconteceram: Campanha de conscientização no Mês da Mulher, durante todo o mês de março, com o tema Reconhecimento e Empoderamento das Mulheres no Mundo do Trabalho, realizada campanha eletrônica (descanso de tela, página na intranet, e-mails marketing) e rodas de diálogo sobre o tema. Campanha Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres, realizada campanha eletrônica e as palestras 13 Anos da Lei Maria da Penha e Combate à Violência contra a Mulher. Realizado também o evento Pipoca & Conhecimento com apresentação de filme Grandes Olhos para reflexão sobre a temática. A Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres teve como tema Use sua Energia para Defender as Mulheres, foi realizada campanha eletrônica, rodas de diálogo na Sede e Regionais, com intervenção artística Dor-Amor-Cura-Ruptura, uma adaptação do livro “Outros Jeitos de Usar a Boca” de Rupi Kaur, pela Companhia de Dança Perna de Palco e bate-papo com Andrea Corradini sobre Comunicação não Violenta e a Violência contra as Mulheres: precisamos conversar sobre isso. As ações citadas mostraram-se muito importantes para o crescimento e reflexão da temática na Chesf.

Destaque para a realização da Oficina Direitos Humanos e Diversidade, com o objetivo de aprofundar o conhecimento na temática gênero, raça e diversidade dos membros do Comitê de Gênero e Raça da Chesf, Sede e Regionais, promovida pela Promundo, em parceria com a Eletrobras. Disponibilizado nessa oficina o Caderno de Ferramentas: Promoção à Diversidade nas Empresas.

No 11º Encontro de Fornecedores da Chesf, realizado em novembro de 2019, o Comitê se fez presente com a palestra Direitos Humanos para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a área de Responsabilidade Social da Chesf. No Outubro Rosa e no Novembro Azul, a área de saúde da Empresa fez ampla campanha eletrônica com o corpo funcional e palestras foram realizadas, com o apoio do Comitê de Gênero e Raça.

#### **17.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Em 13 de julho de 2011, a Chesf foi a primeira das empresas do Sistema Eletrobras a instituir um Comitê de Acessibilidade e Inclusão, ferramenta que atua dentro da corporação para equalizar as necessidades e demandas dos empregados com deficiência à política econômica, financeira e aos objetivos estratégicos da Companhia. Ao final de 2019, a Chesf contava com 144 empregados com deficiência, sendo: 116 homens, 28 mulheres; 20 com deficiência auditiva (15/5); 100 com deficiência física (79/21); 16 com deficiência visual (14/2); e 8 empregados reabilitados pela Previdência Social (todos homens).

A Companhia conta com um Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência (PAPD). No programa, podem fazer uso dos benefícios o empregado com deficiência (PcD) ou os dependentes com deficiência de qualquer outro

empregado da empresa. Atualmente, dos 144 empregados com deficiência, 120 estão inscritos no programa. Quanto aos dependentes, 237 estão inscritos.

## 18. FORNECEDORES

---

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos e de integridade, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade, da conformidade legal e da integridade, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que a Companhia pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e compromissos de conduta empresarial em suas relações, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Compromissos de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige em seus contratos que os fornecedores não empreguem menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos; bem como que não possuam empregados executando trabalho degradante ou forçado; além de exigir o respeito a legislação ambiental aplicável.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras.

Além disso, na Chesf, todos os prestadores de serviços possuem condições adequadas de segurança e saúde em seus locais de trabalho, observadas através das exigências estabelecidas em nosso Plano de Segurança do Trabalho, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, de entrega do vale transporte e auxílio alimentação, de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e a relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho.

Em consonância com o Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões, a Chesf aplica cláusulas anticorrupção em seus contratos, além de promover a análise de *due diligence* de integridade em contratações que se enquadram nos critérios de risco determinados pela Eletrobras.

Oriundos de processos licitatórios, foram assinados 344 contratos com 245 fornecedores, totalizando R\$ 540,6 milhões.

## 19. PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

---

A Chesf apoia e realiza iniciativas e projetos de investimento social privado de forma estratégica, com o objetivo de contribuir com a redução da desigualdade social e com o desenvolvimento sustentável de seus territórios de convivência. Em 2019, foram investidos R\$ 45,2 milhões em projetos e ações sociais, destinados para as áreas de Saúde e Geração de Trabalho e Renda, beneficiando milhares de pessoas.

Consciente dos impactos de suas decisões e atividades nas comunidades e localidades onde atua, a Companhia adota sempre um comportamento ético, agindo com transparência e levando em consideração as expectativas de seus grupos de interesses.

Os projetos sociais apoiados pela Chesf em 2019 são:

- Projeto Lagos do São Francisco, executado Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa Semiárido, nos municípios de Pariconha, Olho D'Água dos Casados, Delmiro Gouveia e Piranhas (AL), Paulo

Afonso, Rodelas e Glória (BA), Petrolândia e Jatobá (PE), Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória (SE). O objetivo do projeto é promover ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias e de capacitação de técnicos, estudantes, produtores e pescadores, de modo a fortalecer a infraestrutura das atividades agropecuárias, assegurando um nível de produtividade que permita a melhoria da renda dos produtores e reprodutibilidades das unidades produtivas das comunidades dos municípios situados no entorno das barragens do Complexo de Paulo Afonso e as UHEs de Itaparica (Luiz Gonzaga) e Xingó

- Projeto Lago de Sobradinho, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa Semiárido, que abrange municípios Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, localizados no entorno da Usina de Sobradinho, que vem trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas com a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e de treinamento. Esse projeto promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho (BA);
- Projeto social executado pela Chesf no Hospital Nair Alves de Souza, de atendimento na área de saúde assistencial, beneficiando toda população dos 22 municípios num raio de 250 quilômetros da cidade de Paulo Afonso (BA), onde está situado o Complexo de Paulo Afonso.

Em 2019, o Programa de Voluntariado Empresarial da Chesf, formado por empregados da Companhia, promoveu arrecadação e distribuição de cestas básicas para comunidades carentes em Recife, participou da campanha Banho do Bem com arrecadação de itens de higiene pessoal e da arrecadação de produtos de higiene pessoal para os idosos do Abrigo Cristo Redentor.

O programa apoiou ainda iniciativas sociais em parceria com as ONGs ADOBEM, Hospitalhaços e Casa de Apoio ao Idoso Vovó Bibia. E manteve a parceria com o projeto de educação Energia Solidária da ONG Comitê da Cidadania dos Chesfianos de Recife e realizou o Natal Solidário para crianças do entorno da Sede da Chesf, em Recife.

## 20. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

---

A Chesf tem fundamentado a instalação e operação de seus empreendimentos com práticas socioambientais, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

A empresa conta com unidades organizacionais dedicadas à busca da conformidade ambiental de seus empreendimentos, com equipe multidisciplinar e orçamento específico, além de contratos com fornecedores e consultorias especializadas para a realização dos Programas Ambientais.

A Chesf busca manter a regularidade do licenciamento de todos os seus empreendimentos, tendo obtido em 2019 19 Licenças de Instalação (LI), renovações e outras autorizações ambientais para as obras de novos empreendimentos, melhorias e reforços, e 24 Licenças de Operação (LO) e renovações.

Dentre as licenças emitidas em 2019, cabe o destaque para as Licenças de Operação de novos empreendimentos: Seccionamento da LT 230 Angelim - Recife II C2 para SE Ribeirão; LT 230kV Pau Ferro/Mirueira e Pau Ferro/Goianinha; Seccionamento da LT Banabuiú/No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental, a Chesf executou o Plano de Ação Socioambiental (PAS) na área de influência do Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó, assim como o Programa de Educação Ambiental (PEA) nas Linhas de Transmissão LT 230 kV Jardim-Penedo, LT 500 kV Luiz Gonzaga/Milagres, no corredor de linhas que vai desde a SE Paulo Afonso, passando pela SE Bom Nome até a SE Milagres, além do Programa de Comunicação Social da LT 230 kV Picos/Tauá-C1. Foi realizado também o Subprograma de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas da LT 230 kV Socorro/Penedo e o Subprograma de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas da LT 230 kV Paulo Afonso/Bom Nome (C1,C2,C3), LT 230 kV Bom Nome/Milagres (C1,C2,C3) e LT 500 KV Luiz Gonzaga/Milagres. Fortaleza na SE Aquiraz II - C1 e C2; e SE Santana do Matos II.

Nesses programas, a Chesf efetuou várias ações, tais como: oficinas e campanhas educativas junto às comunidades, ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias.

Também foram realizadas Campanhas de Controle de Queima de Cana de Açúcar, nos estados de Pernambuco e Alagoas; Programa de Controle de Queima de Mato nos estados de Piauí, Ceará e Maranhão; e Campanhas de Pipa no estado de Sergipe. Esses programas consistem em diversas atividades, a exemplo de visitas, palestras e oficinas em comunidades localizadas nas proximidades dos empreendimentos.

O total de pessoas atendidas no Plano de Ação Socioambiental da UHE Xingó foram: 183 Professores, 3.729 Alunos e 2.234 Pessoas da Comunidade. No Plano de Ação Socioambiental no Complexo de Paulo Afonso foram: 35 Professores, 1.719 Alunos e 1.875 Pessoas da Comunidades. No Programa de Educação Ambiental da LT 230 kV Socorro/Penedo foram: 800 pessoas da Comunidade, no Programa de Educação Ambiental da LT 230 kV Paulo Afonso/Bom Nome (C1,C2,C3), LT 230 kV Bom Nome/Milagres (C1,C2,C3) e LT 500 KV Luiz Gonzaga/Milagres, Foram: 865 Pessoas da Comunidade, no Programa de Comunicação Social da LT 230 kV Picos/Tauá, foram: 879 Pessoas da Comunidade, no Programa de Comunicação Social para os Trabalhadores da LT 230 kV Picos/Tauá, foram: 26 Trabalhadores, nas Campanhas de Controle de Queimadas de Cana, foram: 1.030 entre Alunos e Comunidade, nas Campanhas de Controle de Mato, foram: 647 Pessoas da Comunidade e nas Campanhas de Pipa foram: 275 Alunos. Foram realizados também o Subprograma de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas da LT 230 kV Socorro/Penedo, com um total de: 136 Pessoas atendidas e no Subprograma de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas da LT 230 kV Paulo Afonso/Bom Nome (C1,C2,C3), LT 230 kV Bom Nome/Milagres (C1,C2,C3) e LT 500 KV Luiz Gonzaga/Milagres, foram atendidas: 207 Pessoas.

No que se refere à Gestão da Biodiversidade, a Chesf assegura a operação do Viveiro Florestal de Xingó, tendo em 2019 alcançado a produção de 93.457 mudas de espécies nativas da caatinga. Um dos destaques das ações do Viveiro é a pesquisa voltada à reprodução em escala da coroa-de-frade (*Melocactus* sp), que em 2019 procedeu com a continuidade dos cuidados e manutenção das 12.000 unidades em fase de crescimento e mais 2.000 em germinação, espécie protegida considerada em extinção. Ressalta-se que são necessários em média 3 anos para se obter uma muda de coroa de frade com diâmetro de 10 cm. Foram doadas 76.473 mudas a diversas instituições para plantio nas margens de rios e riachos na bacia do Rio São Francisco. Ainda no ano de 2019, escolas (11), universidades (03) e projetos (03) visitaram o viveiro com a participação de 1.069 pessoas.

Além disso, em 2019, a Chesf deu continuidade aos programas de reflorestamento e restauração na Estação Ecológica de Caetés, localizada no município de Paulista, integrante da Região Metropolitana de Recife/PE, na Reserva Biológica de Saltinho, localizada no município de Tamandaré/PE, e Parque Estadual Botânico do Ceará, em Caucaia/CE.

Na terceira ação, foram plantadas 200 carnaúbas em 2018, das quais 54 foram repostas em 2019, e ainda em 2019, foram plantadas mais 200 carnaúbas, as quais seguem em monitoramento juntamente com as plantadas em 2018, para eventuais reposições.

Com o primeiro Programa, em execução na Estação Ecológica de Caetés – ESEC Caetés, a Chesf realizou em 2019 a produção de cerca de 1.000 mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica, plantio de 526 mudas em área degradada, manutenção do viveiro florestal, instalação e operação de composteira e doação de mudas produzidas para alunos do curso de Formação de Agentes Populares de Meio Ambiente, desenvolvido na Unidade de Conservação.

Já com o segundo Programa, em execução em áreas compreendidas na Reserva Biológica - REBIO Saltinho e na Reserva Legal do Projeto de Assentamento Laranjeiras, zona de amortecimento da REBIO, a Chesf realizou em 2019 o plantio de 27.573 mudas em quase 32 hectares de área não contínuas dentro da REBIO e na sua área de amortecimento.

Os programas são desenvolvidos por empresas/instituições contratadas e seus resultados são gerenciados e analisados por especialistas da Chesf e, após validação, são encaminhados aos órgãos ambientais competentes para o devido acompanhamento.

Em 2019, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados no Rio Parnaíba, no reservatório de Boa Esperança, e no Rio São Francisco, nos reservatórios de Sobradinho-BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-



AL/SE, além do trecho Baixo. Adicionalmente também no último trecho do São Francisco foi realizado o Monitoramento da Cunha Salina. O Programa de Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) realizou 17 campanhas ao longo do ano. A Chesf deu continuidade ao processo de recuperação das áreas degradadas no entorno dos Reservatórios de Sobradinho, Xingó e Boa Esperança. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco, executados pela Piscicultura de Paulo Afonso.

## 21. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

---

Em 2019, houve o processo de contratação das obras do Projeto Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Ocorreu também a negociação para proceder com as indenizações de 48 famílias que não mais receberão seus lotes irrigados naquele perímetro de irrigação. A expectativa é que em 2020 todos os processos sejam finalizados.

Foram atendidas todas as condicionantes ambientais exigidas nas Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida, Fulgêncio, Icó Mandantes, Barreiras Bloco 01 e Bloco 02 e Apolônio Sales no estado de Pernambuco. Procedeu-se também o monitoramento das áreas de APP e Reserva Legal, bem como a preservação das sinalizações e marcos demarcatórios da poligonal das áreas do Projeto Jusante, em Glória/BA.

Quanto à desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos estados da Bahia e de Pernambuco, aguardam-se decisões definitivas para todos os processos.

Sobre as questões indígenas, não houve modificação de *status* quanto à aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da FUNAI, permanecendo ainda pendente. Não houve, também, posicionamento do Ministério da Justiça quanto aos recursos administrativos interpostos pela CHESF e municípios de Abaré/BA e Curaçá/BA acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que interferiria em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias do programa de reassentamento de Itaparica.

## 22. CULTURA

---

Em 2019, a Chesf investiu mais de R\$ 1 milhão em projetos de patrocínio, cujos segmentos contemplados visaram à disseminação da cultura e a produção e divulgação técnico-científicas, e, que, contribuíram com a preservação do patrimônio imaterial do Nordeste Brasileiro e a troca de experiências na área de energia elétrica.

Na produção e divulgação técnico-científicas, enfatiza-se a participação da Chesf no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico 2019, contribuindo para seleção de projetos de grande relevância no cenário nacional e internacional e por meio do qual aportou recursos financeiros em projetos alinhados aos seus objetivos: XXV SNPTEE - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Belo Horizonte/MG), XIII SIMPASE - Simpósio de Automação de Sistemas Elétricos (Recife/PE), XXIII SBRH - Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (Foz do Iguaçu/PR), 6º Seminário Socioambiental Eólico (Recife/PE) e 6º EGAESE - Encontro de Gestão de Ativos das Empresas do Setor Elétrico (São Paulo/SP).

Dentre as principais ações culturais realizadas em 2019, incluem-se os projetos Vozes em Movimento - Formação Musical para Crianças e Adolescentes, Orquestra Criança Cidadã e Projeto de Restauração e Requalificação do Museu de Arte Sacra de Pernambuco. No segmento cultural, mais de 95% dos valores aportados pela Chesf foram para projetos autorizados pelo Ministério da Cultura para captar recursos por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal da Lei Rouanet. Assim, a Companhia democratiza o acesso aos mecanismos culturais e garante a transparência no processo de concessão.

## 23. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

---

Em 2019, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Certificação no Nível I (nível de excelência), no 4º Ciclo da Certificação do Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia. A avaliação foi realizada com base em 49 conjuntos de quesitos que buscam analisar as melhores práticas de governança corporativa e são direcionados para o funcionamento da estrutura de governança da empresa. A média geral das avaliações apuradas nas 61 empresas foi de 8,48. A Chesf se destacou cravando uma avaliação de 9,87.
- Medalhas Eloy Chaves, por meio da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia – ABCE, premiando as empresas de energia elétrica de todo Brasil que foram destaques pela prevenção de acidentes do trabalho, no final do 10º Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro – SENSE, realizado de 27 a 29/11/2019 em Campinas – SP. Foram 2 (duas) medalhas recebidas, na categoria empresas transmissoras de energia, prata e bronze, referentes aos anos de 2017 e 2018 respectivamente.
- Pelo oitavo ano seguido, recebeu a Recertificação da Usina Hidrelétrica de Xingó no Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SGSST), com base na Norma Internacional OHSAS 18.001.
- No segmento Gestão de Energia a Chesf obteve, em novembro de 2019, a recomendação para a manutenção da validade da certificação para a SE Messias na Norma ABNT NBR ISO 50.001:2011 – Requisitos para a Gestão da Energia, após auditoria realizada no mês de outubro de 2019. Esta Norma foi criada em Julho de 2011 e tem o propósito de habilitar organizações, através de sistemas e processos, a melhorarem continuamente o seu desempenho energético (eficiência energética, uso e consumo de energia). Sua implementação visa a contribuir com a redução do custo da energia, além da redução das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE e de outros impactos ambientais.
- Manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, nas grandezas elétricas tensão, corrente, resistência, potência e energia, com a finalidade de proporcionar a calibração/certificação dos padrões de serviço, utilizados na manutenção dos sistemas de proteção, medição e automação;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2015 em todos os processos dos seus 10 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- O segmento Manutenção da Geração manteve as certificações, na norma ABNT NBR ISO 9001:2015, dos Sistemas de Gestão da Qualidade das divisões de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó, Paulo Afonso I, Paulo Afonso II, Paulo Afonso III e Luiz Gonzaga;
- O segmento Manutenção de Subestações obteve a certificação, na norma ABNT NBR ISO 9001:2015, do Sistema de Gestão da Qualidade envolvendo todos os órgãos do segmento.
- Certificado Empresa Cidadã – 17ª Edição conferido através do Diploma de Mérito Contábil emitido em 11/12/2019 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRCRJ ao contador José Henrique Mendes pelas informações contábeis do Relatório Sociambiental ano base 2018.
- A Casa de Queijo Nia Leite de Cabra, no Sítio Terra Seca, uma das estruturas viabilizadas por meio do projeto de Responsabilidade Social da Chesf “Lago de Sobradinho”, recebeu o Certificado de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Casa Nova (BA). Este é o primeiro Selo SIM emitido no município que permite rotular os produtos de fabricação caseira e comercializá-los, uma importante conquista para a produção familiar na região.
- A Chesf foi premiada como empresa que teve a maior equipe de participantes na corrida ECO RUN SUNSET, realizada na Reserva do Paiva, município de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.

## 24. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

---

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

## INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

### Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza	Em 2019:		Em 2018:			
Distribuição do Valor Adicionado	-19,04% governo	31,13% empregados	50,21% governo	32,58% empregados		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	33,69% acionistas	4,23% terceiros	8,07% acionistas	9,14% terceiros		
<b>2 - RECURSOS HUMANOS</b>	<b>Em 2019:</b>		<b>Em 2018:</b>			
<b>2.1 - Remuneração</b>						
Folha de pagamento bruta (FPB)	965.042		1028.346			
- Empregados	958.798		1021.744			
- Administradores	6.244		6.602			
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	33,2		33,8			
- Administradores	1,1		1,5			
<b>2.2 - Benefícios Concedidos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Encargos Sociais	206.351	21,4%	4,0%	225.492	21,9%	4,7%
Alimentação	52.158	5,4%	1,0%	57.144	5,6%	1,2%
Transporte	371	0,0%	0,0%	352	0,0%	0,0%
Previdência privada	60.738	6,3%	1,2%	32.187	3,1%	0,7%
Saúde	101.283	10,5%	2,0%	120.688	11,7%	2,5%
Segurança e medicina do trabalho	3.727	0,4%	0,1%	2.301	0,2%	0,0%
Educação e Creche	17.832	1,8%	0,3%	17.808	1,7%	0,4%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.659	0,4%	0,1%	1.196	0,1%	0,0%
Creches ou auxílio creche	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	69.825	7,2%	1,4%	99.304	9,7%	2,1%
Outros	3.339	0,3%	0,1%	16.968	1,7%	0,4%
<b>Total</b>	<b>519.283</b>	<b>53,8%</b>	<b>10,1%</b>	<b>573.440</b>	<b>55,8%</b>	<b>12,0%</b>
<b>2.3 - Composição do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados no final do exercício	3.226		3.841			
Nº de admissões	14		23			
Nº de demissões	659		357			
Nº de estagiários no final do exercício	55		-			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	144		157			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1		1			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	2.627		3.097			
- Feminino	599		744			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-		-			
- De 18 a 35 anos	392		497			
- De 36 a 60 anos	2.310		2.630			
- Acima de 60 anos	524		714			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-		-			
- Com ensino fundamental	222		363			
- Com ensino médio	360		502			
- Com ensino técnico	906		1.015			
- Com ensino superior	1.283		1.446			
- Pós-graduados	455		515			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	80,0%		79,0%			
- Feminino	20,0%		21,0%			
<b>2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:</b>						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	205		554			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	552		290			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	203		945			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	217		436			

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
<b>3.1 - Relacionamento com a comunidade</b>						
Total dos investimentos em:						
Educação	-	0,0%	0,0%	51	0,0%	0,0%
Cultura	1.193	0,1%	0,0%	775	0,1%	0,0%
Saúde e infraestrutura	56.287	3,6%	1,1%	39.376	5,1%	0,8%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Alimentação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	1.600	0,1%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	14.689	0,9%	0,3%	23.720	3,1%	0,5%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>73.769</b>	<b>4,7%</b>	<b>1,4%</b>	<b>63.922</b>	<b>8,2%</b>	<b>1,3%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	(1210.163)	-77,4%	-23,6%	1.171.700	15,2%	24,5%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,0%	0,0%	6.569	0,8%	0,1%
<b>Total - Relacionamento com a comunidade</b>	<b>(1.136.394)</b>	<b>-72,7%</b>	<b>-22,1%</b>	<b>1.242.191</b>	<b>160,3%</b>	<b>26,0%</b>
<b>3.2 - Interação com os Fornecedores</b>	<b>São exigidos controles sobre</b>					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.					
<b>4 - Interação com o Meio Ambiente</b>	<b>Em 2019:</b>			<b>Em 2018:</b>		
	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	7.696	0,5%	0,1%	8.386	1,1%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3.266	0,2%	0,1%	3.443	0,4%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,0%	0,0%	62	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.354	0,1%	0,0%	2.059	0,3%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	170	0,0%	0,0%	2.406	0,3%	0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	3	0,0%	0,0%	7	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	83	0,0%	0,0%	21	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total da Interação com o meio ambiente</b>	<b>12.569</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,2%</b>	<b>16.377</b>	<b>2,1%</b>	<b>0,3%</b>
<b>5 - Outras informações</b>	<b>Em 2019:</b>			<b>Em 2018:</b>		
Receita Líquida (RL)	5.137.946			4.779.739		
Resultado Operacional (RO)	1.563.972			774.864		

Recife, 27 de março de 2020

**A Administração**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.312	159.954	118.001	276.986
Títulos e valores mobiliários	7	1.089.603	153.382	1.089.603	153.382
Clientes	9	1.357.566	831.791	1.359.889	838.904
Tributos a recuperar	11	823.348	608.787	833.278	615.352
Cauções e depósitos vinculados	12	32.876	15.761	34.897	30.683
Almojarifado	13	77.793	72.809	77.793	72.809
Serviços em curso	14	361.709	320.967	361.709	321.557
Ativo da concessão de serviço público	15	2.125.779	2.169.863	2.148.096	2.210.630
Dividendos a receber	16	15.853	19.704	15.853	19.704
Fachesf Saúde Mais	17	65.854	35.182	65.854	35.182
Outros	20	158.838	153.708	171.557	155.760
		<b>6.110.531</b>	<b>4.541.908</b>	<b>6.276.530</b>	<b>4.730.949</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	19	125.816	175.651	125.816	175.651
		<b>6.236.347</b>	<b>4.717.559</b>	<b>6.402.346</b>	<b>4.906.600</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Clientes	9	-	8.413	-	8.413
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	10	487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	202	193	202	193
Benefícios para reinvestimento	8	32.131	-	32.131	-
Tributos a recuperar	11	198.689	202.176	198.689	202.176
Ativos fiscais diferidos	11.3	1.258.550	-	1.258.550	-
Cauções e depósitos vinculados	12	695.538	627.007	704.469	627.007
Ativo da concessão de serviço público	15	12.233.748	12.424.989	12.599.345	12.993.589
Adiantamento a investidas	18	66.200	275.529	66.200	275.529
Outros	20	20.503	30.347	20.503	30.602
		<b>14.993.383</b>	<b>14.056.476</b>	<b>15.367.911</b>	<b>14.625.331</b>
<b>Investimentos</b>	21	<b>6.082.759</b>	<b>6.149.406</b>	<b>5.127.176</b>	<b>4.967.077</b>
<b>Imobilizado</b>	22	<b>1.215.475</b>	<b>1.192.534</b>	<b>1.944.709</b>	<b>1.840.042</b>
<b>Intangível</b>	23	<b>123.191</b>	<b>76.615</b>	<b>142.506</b>	<b>95.931</b>
		<b>22.414.808</b>	<b>21.475.031</b>	<b>22.582.302</b>	<b>21.528.381</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>28.651.155</b>	<b>26.192.590</b>	<b>28.984.648</b>	<b>26.434.981</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	24	413.209	239.306	423.773	249.474
Folha de pagamento		5.117	59	5.144	126
Tributos a recolher	25	845.751	701.173	848.224	704.224
Financiamentos e empréstimos	26	212.100	555.721	218.280	555.721
Remuneração aos acionistas	41	1.175.647	158.680	1.175.647	158.680
Outras provisões operacionais	28	91.774	99.304	91.774	99.304
Obrigações estimadas	29	122.504	127.765	123.499	128.573
Incentivo ao desligamento voluntário	30	105.700	100.672	105.700	100.672
Benefícios pós-emprego	31	120.649	116.042	120.649	116.042
Encargos setoriais	32	153.334	133.658	153.743	135.546
Debêntures	27	10.923	-	10.923	10.607
Provisões para contingências	34	-	-	16.903	-
Outros	33	92.688	73.488	101.432	74.022
		<b>3.349.396</b>	<b>2.305.868</b>	<b>3.395.691</b>	<b>2.332.991</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos a recolher	25	-	-	34.653	20.368
Passivos fiscais diferidos	25.3	1.579.667	3.144.547	1.662.708	3.165.745
Financiamentos e empréstimos	26	815.698	942.480	964.539	942.480
Benefícios pós-emprego	31	1.149.134	974.667	1.149.134	974.667
Incentivo ao desligamento voluntário	30	113.048	35.305	113.048	35.305
Encargos setoriais	32	436.066	408.147	436.066	408.147
Provisões para contingências	34	3.114.875	2.715.332	3.114.875	2.715.332
Provisão contrato oneroso	35	43.209	215.288	43.209	215.288
Obrigações vinculadas à Concessão	37	54.005	55.693	54.005	55.693
Debêntures	27	139.399	-	139.399	141.526
Outros	33	169.392	19.818	169.392	32.995
		<b>7.614.493</b>	<b>8.511.277</b>	<b>7.881.028</b>	<b>8.707.546</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	38	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	38	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros	38	4.691.108	2.354.453	4.691.108	2.354.453
Outros resultados abrangentes	38	(1.673.994)	(1.649.160)	(1.673.994)	(1.649.160)
		<b>17.687.266</b>	<b>15.375.445</b>	<b>17.687.266</b>	<b>15.375.445</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	20.663	18.999
		<b>17.687.266</b>	<b>15.375.445</b>	<b>17.707.929</b>	<b>15.394.444</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.651.155</b>	<b>26.192.590</b>	<b>28.984.648</b>	<b>26.434.981</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	39	<b>5.071.382</b>	<b>4.723.826</b>	<b>5.137.946</b>	<b>4.779.739</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	41				
Energia elétrica comprada para revenda		(298.903)	(251.048)	(307.340)	(267.126)
Encargos de uso da rede de transmissão		(712.357)	(612.767)	(712.357)	(612.767)
Custo de construção		(470.751)	(842.782)	(471.275)	(835.002)
Custo de melhoria		(40.028)	(29.845)	(40.028)	(29.845)
		<b>(1.522.039)</b>	<b>(1.736.442)</b>	<b>(1.531.000)</b>	<b>(1.744.740)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>3.549.343</b>	<b>2.987.384</b>	<b>3.606.945</b>	<b>3.034.999</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	41	<b>(2.776.157)</b>	<b>(2.239.815)</b>	<b>(2.854.332)</b>	<b>(2.260.753)</b>
Pessoal, material e serviços de terceiros	41	(1.647.048)	(1.555.496)	(1.666.407)	(1.573.873)
Outros		(150.117)	(116.782)	(207.597)	(119.297)
Depreciação e amortização		(111.717)	(94.402)	(111.775)	(94.448)
Provisões Operacionais		(867.275)	(473.135)	(868.553)	(473.135)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>773.186</b>	<b>747.569</b>	<b>752.613</b>	<b>774.246</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	21	<b>192.789</b>	<b>42.156</b>	<b>232.507</b>	<b>42.669</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	42	<b>589.923</b>	<b>(19.484)</b>	<b>578.852</b>	<b>(42.051)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>1.555.898</b>	<b>770.241</b>	<b>1.563.972</b>	<b>774.864</b>
Imposto de renda e contribuição social	43	1.930.233	(502.463)	1.921.891	(508.922)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.486.131</b>	<b>267.778</b>	<b>3.485.862</b>	<b>265.942</b>
Resultado atribuível aos acionistas controladores		<b>3.486.131</b>	<b>267.778</b>	<b>3.486.131</b>	<b>267.778</b>
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	<b>(269)</b>	<b>(1.836)</b>
<b>TOTAL DE AÇÕES (em milhares)</b>	38	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>
Lucro básico por ação (em reais)	46	62,36	4,79	62,36	4,79
Lucro diluído por ação (em reais)	46	62,36	4,79	62,36	4,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.486.131</b>	<b>267.778</b>	<b>3.485.862</b>	<b>265.942</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>					
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	31	(326.054)	(72.357)	(326.054)	(72.357)
Constituição de tributos diferidos	11.3	301.220	-	301.220	-
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(24.834)</b>	<b>(72.357)</b>	<b>(24.834)</b>	<b>(72.357)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>3.461.297</b>	<b>195.421</b>	<b>3.461.028</b>	<b>193.585</b>
<b>Parcela atribuída aos controladores</b>		<b>3.461.297</b>	<b>195.421</b>	<b>3.461.297</b>	<b>195.421</b>
<b>Parcela atribuída aos não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(269)</b>	<b>(1.836)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS					
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>38.838</b>	<b>546.258</b>	<b>161.064</b>	<b>(1.576.803)</b>	<b>-</b>	<b>13.839.509</b>	<b>16.863</b>	<b>13.856.372</b>
Adoção inicial CPC 47/IFRS 15 - Ativo contratual	-	-	-	-	-	-	1.668.585	1.668.585	-	1.668.585
Adoção inicial CPC 47/IFRS 15 - SPes	-	-	-	-	-	-	(169.440)	(169.440)	-	(169.440)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	3.972	3.972
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(72.357)	-	(72.357)	-	(72.357)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	267.778	267.778	(1.836)	265.942
Destinação:										
Reserva legal	-	-	88.346	-	-	-	(88.346)	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	55.278	-	-	(183.313)	(128.035)	-	(128.035)
Reserva especial de dividendos não distribuídos - Adoção CPC 47	-	-	-	1.424.188	-	-	(1.424.188)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	40.481	-	(40.476)	5	-	5
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>127.184</b>	<b>2.025.724</b>	<b>201.545</b>	<b>(1.649.160)</b>	<b>-</b>	<b>15.375.445</b>	<b>18.999</b>	<b>15.394.444</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	1.933	1.933
Realização de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(24.834)	-	(24.834)	-	(24.834)
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.486.131	3.486.131	(269)	3.485.862
Destinação:										
Reserva legal	-	-	174.307	-	-	-	(174.307)	-	-	-
Dividendos mínimos - nota 45	-	-	-	-	-	-	(757.339)	(757.339)	-	(757.339)
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	(418.225)	-	-	-	(418.225)	-	(418.225)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	2.272.016	-	-	(2.272.016)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	308.557	-	(282.469)	26.088	-	26.088
	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>301.491</b>	<b>3.879.515</b>	<b>510.102</b>	<b>(1.673.994)</b>	<b>-</b>	<b>17.687.266</b>	<b>20.663</b>	<b>17.707.929</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDO EM 31/12/2019</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>301.491</b>	<b>3.879.515</b>	<b>510.102</b>	<b>(1.673.994)</b>	<b>-</b>	<b>17.687.266</b>	<b>20.663</b>	<b>17.707.929</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.555.898	770.241	1.563.972	774.863
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	111.717	94.402	111.775	94.448
Variações monetárias, líquidas	(43.867)	(41.493)	(43.221)	(41.493)
Equivalência patrimonial	(192.789)	(42.156)	(232.507)	(42.669)
Provisão para contingências	416.895	536.564	416.895	536.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.096	113.712	97.096	113.712
Provisão para perdas em investimentos	262.071	(10.343)	262.071	(10.343)
Resultado na alienação de investidas	(115.030)	-	(115.030)	-
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	80.417	84.343	80.417	84.343
Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa - Leniência	10.518	-	10.518	-
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(9.460)	(13.628)	(9.460)	(13.628)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(165)	(170)	(165)	(170)
Receita financeira – Ativo financeiro	(1.474.349)	(1.251.450)	(1.525.075)	(1.284.938)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	-	(58.522)
Provisão/Reversão contrato oneroso	8.449	30.701	8.449	30.701
Provisão para impairment	(74.977)	(138.977)	(74.977)	(138.977)
Participação nos lucros e resultados	65.341	45.571	65.341	45.571
Encargos financeiros	89.181	190.790	96.274	207.413
Outras provisões - GAG Melhoria	147.222	-	147.222	-
Incentivo ao desligamento de pessoal	-	68.158	-	68.158
Perdas caducidade	159.492	-	159.492	-
Outras	-	(2.267)	32.874	(2.267)
	<b>1.093.660</b>	<b>375.476</b>	<b>1.051.961</b>	<b>362.766</b>
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	(6.065)	(98.476)	(6.065)	(98.476)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(65.869)	(89.451)	(72.962)	(100.492)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(164.545)	(186.732)	(164.545)	(186.732)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(757.996)	-	(758.997)	(450)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(72.871)	(49.693)	(72.871)	(49.693)
Depósitos vinculados a litígios	(55.044)	66.732	(54.451)	66.732
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(614.459)	(358.410)	(613.449)	(359.250)
Almoxarifado	(4.984)	(5.462)	(4.984)	(5.462)
Tributos e contribuições sociais	74.444	(627.490)	84.152	(618.320)
Adiantamentos a empregados	(6.389)	11.434	(6.493)	11.416
Cauções e depósitos vinculados	(21.142)	(20.595)	(21.217)	(23.509)
Serviços em curso	(40.742)	(70.229)	(39.841)	(70.727)
Alienações em curso	5.939	(1.306)	5.939	(1.306)
Fachef Saúde Mais	(30.672)	30.677	(30.672)	30.677
Fornecedores	173.903	(173.680)	173.457	(173.881)
Folha de pagamento	5.058	-	5.046	(368)
Obrigações estimadas	(5.261)	(11.547)	(4.926)	(11.244)
Encargos setoriais	54.352	35.906	53.540	36.169
Provisão para contingências	(32.189)	(119.536)	(31.676)	(119.536)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	-	(58.522)
Outros ativos e passivos operacionais	4.869	(78.502)	(31.831)	(106.518)
	<b>(1.559.663)</b>	<b>(1.804.882)</b>	<b>(1.592.846)</b>	<b>(1.839.492)</b>
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>(466.003)</b>	<b>(1.429.406)</b>	<b>(540.885)</b>	<b>(1.476.726)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(110.087)	(57.408)	(193.049)	(141.396)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	1.972.677	1.918.934	2.003.060	1.968.275
Investimentos em participações societárias permanentes	(292.368)	(288.994)	(165.202)	(184.057)
Dividendos recebidos	50.099	87.510	50.099	87.510
Resgates de títulos e valores mobiliários	(936.230)	(105.161)	(936.230)	(105.161)
AFAC em investidas	(59.422)	(69.000)	(59.422)	(69.000)
Outros	-	-	1.192	17.068
	<b>624.669</b>	<b>1.485.881</b>	<b>700.448</b>	<b>1.573.239</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	2.144	3.978
Financiamentos e empréstimos obtidos	98.540	482.116	98.540	482.116
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(394.551)	(478.955)	(397.935)	(485.922)
Remuneração paga a acionistas	(171.619)	-	(171.619)	(961)
Debêntures	150.322	-	150.322	-
	<b>(317.308)</b>	<b>3.161</b>	<b>(318.548)</b>	<b>(789)</b>
<b>TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>(158.642)</b>	<b>59.636</b>	<b>(158.985)</b>	<b>95.724</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.954	100.318	276.986	181.262
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.312	159.954	118.001	276.986
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA</b>	<b>(158.642)</b>	<b>59.636</b>	<b>(158.985)</b>	<b>95.724</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Receitas</b>				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	6.105.687	5.724.155	6.180.856	5.788.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.097)	(113.712)	(97.097)	(113.712)
Perdas – Clientes	-	(31.975)	-	(31.975)
	<b>6.008.590</b>	<b>5.578.468</b>	<b>6.083.759</b>	<b>5.642.799</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Material	39.730	28.844	40.346	29.033
Serviço de terceiros	247.794	218.733	257.994	227.555
Energia elétrica comprada para revenda	298.903	251.048	307.340	267.126
Encargos de uso da rede de transmissão	712.357	612.767	712.357	612.767
Custo de construção	470.751	842.782	471.275	835.002
Provisão para impairment	(74.977)	(138.977)	(74.977)	(138.977)
Reversão contrato oneroso	8.449	30.701	8.449	30.701
Provisão para perdas em investimentos	262.071	(10.343)	262.071	(10.343)
Outros	734.017	672.130	791.142	673.693
	<b>2.699.095</b>	<b>2.507.685</b>	<b>2.775.997</b>	<b>2.526.557</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.309.495</b>	<b>3.070.783</b>	<b>3.307.762</b>	<b>3.116.242</b>
<b>(-) Retenções</b>				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	<b>111.717</b>	<b>94.402</b>	<b>111.775</b>	<b>94.448</b>
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>3.197.778</b>	<b>2.976.381</b>	<b>3.195.987</b>	<b>3.021.794</b>
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	192.789	42.156	232.507	42.669
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	240	-	240
Aluguéis	6.144	82	6.144	82
Receita Financeira - RBSE FV	485.032	-	485.032	-
Receitas financeiras	241.317	228.231	245.764	231.464
	<b>925.282</b>	<b>270.709</b>	<b>969.447</b>	<b>274.455</b>
<b>(=) Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>4.123.060</b>	<b>3.247.090</b>	<b>4.165.434</b>	<b>3.296.249</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal</b>				
Salários/benefícios/FGTS	1.297.280	860.641	1.305.823	869.723
Incentivo ao desligamento de pessoal	-	193.864	-	193.864
Honorários da diretoria	3.202	3.664	3.202	3.943
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	-	6.317	-	6.317
	<b>1.288.189</b>	<b>1.064.486</b>	<b>1.296.732</b>	<b>1.073.847</b>
<b>Governos:</b>				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	71.335	158.908	71.335	158.908
Tributos líquidos de incentivos fiscais	(1.225.975)	1.159.181	(1.210.163)	1.171.700
Encargos setoriais	343.894	322.029	345.591	324.577
	<b>(810.746)</b>	<b>1.640.118</b>	<b>(793.236)</b>	<b>1.655.185</b>
<b>Terceiros:</b>				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Eletrobras	-	100.881	-	100.881
Outros financiadores	136.426	153.011	151.875	178.895
Aluguéis	14.585	14.147	15.726	14.830
Doações, contrib. e subvenções	8.475	6.669	8.475	6.669
	<b>159.486</b>	<b>274.708</b>	<b>176.076</b>	<b>301.275</b>
<b>Acionistas:</b>				
Dividendos mínimos propostos	757.339	30.600	757.339	30.600
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores	418.225	-	418.225	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(269)	(1.836)
Lucro do exercício	2.310.567	237.178	2.310.567	237.178
	<b>3.486.131</b>	<b>267.778</b>	<b>3.485.862</b>	<b>265.942</b>
	<b>4.123.060</b>	<b>3.247.090</b>	<b>4.165.434</b>	<b>3.296.249</b>
Valor adicionado médio por empregado	1.284	846	119.012	94.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

*(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)*

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas e 2 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.323,4 MW (10.323,4 MW em 2018) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 143 (130 em 2018) subestações (considerando-se neste total 129 subestações de transmissão e 14 subestações elevadoras da geração) e 21.252,6 km (20.585,2 km em 2018) de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.646,0 MW (15.646,0 MW, em 2018) e 203,0 MW (360,5 MW, em 2018), respectivamente. A redução na capacidade instalada em 157,5 MW das usinas de geração eólica se deveu a alienação de algumas SPEs. Há também empreendimentos de transmissão compostos por 3.590,0 km (3.872,0 km em 2018) de linhas de transmissão, conforme nota 2.2. Houve redução de 282,0 Km na extensão desses empreendimentos, devido a incorporação dos ativos da SPE Extremoz aos empreendimentos corporativos da companhia.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

## 2 - DAS CONCESSÕES

### 2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

#### 2.1.1 - Geração

- **Geração hidráulica**

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2018 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
<b>Em Serviço:</b>						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	0,270	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	0,380	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	0,330	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	573,650	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	0,730	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	258,620	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	585,430	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Funil	de Contas	30,000	4,510	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	0,590	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	138,210	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	144,640	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piancó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(\*) Informações não auditadas.

- **Geração eólica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2018 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
<b>Em Serviço:</b>						
220/2014	Casa Nova II (***)	Casa Nova - BA	32,900	9,810	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	Casa Nova III (***)	Casa Nova - BA	28,200	9,050	28/05/2014	28/05/2049
<b>Em Construção</b>						
-	Casa Nova (**)	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(\*) Informações não auditadas.

(\*\*) Referente leilão 007/2010

(\*\*\*) Referente leilão 010/2010

#### Subestações Elevatórias

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em serviço:</b>					
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	10/02/2052
220/2014	SE Elev. Casa Nova II	BA	1,0	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	SE Elev. Casa Nova III	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, parte dessas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e das instalações de transmissão do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05/12/2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou à Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da Aneel procedeu à avaliação do pleito da Companhia, conforme Despacho nº 247, de 03/02/2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16/12/2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente a essa decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 – UG3, em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10/08/1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

Em agosto de 2016, a Aneel, através do Despacho nº 258/2016, suspendeu a operação comercial da Usina Termelétrica de Camaçari – UTE Camaçari, devido à deterioração de vários de seus equipamentos, que já se encontravam com a vida útil ultrapassada, repercutindo no desempenho operacional e, conseqüentemente, na eficiência e confiabilidade desta UTE.

Em 3 de outubro de 2018, através da Portaria nº 420 do MME, o governo extinguiu a concessão da UTE Camaçari. Ainda em outubro de 2018, a Chesf publicou Chamada Pública para cadastrar empresas interessadas em firmar parceria com vistas à viabilização de negócio em sociedade, utilizando os ativos remanescentes da extinta concessão desta UTE.

**2.1.2 – Transmissão**
**• Linhas de transmissão**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em serviço:</b>					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	19.029,1	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibiçara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,2	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C2	RN	19,2	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kv	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kv	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,4	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	61,5	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	36,1	01/06/2012	01/06/2042
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	BA	67,1	28/05/2014	28/05/2049
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	64,1	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv, C1/C2	PI	45,6	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv, C1/C2	SE/AL/BA	39,4	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,2	10/05/2012	10/05/2042
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230kv, C1	BA	144,8	16/10/2008	16/10/2038
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	145,1	03/08/2009	03/08/2039
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kv	RN/PB	63,3	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kv	RN/PB	19,2	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kv	RN/PB	192,2	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kv	RN/PB	9,8	13/10/2011	13/10/2041
			<b>21.252,6</b>		
<b>Em construção:</b>					
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kv	PE, PB, AL, RN	85,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
			<b>387,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em serviço:</b>					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	95,0	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	SE Suape III - 230/69 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
017/2009	SE Zebu - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
017/2009	SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2007	SE Brumado II	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova II 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	SE Pindai II 230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
010/2011	SE Ibiapina II 230 kV	CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros II, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Mossoró IV, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
225/2014	SE Casa Nova II	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
017/2012	SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV	SE	1,0	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	SE Maceió II, 230/69 kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
008/2011	SE João Camara III	RN	1,0	13/10/2011	13/10/2041
			<b>129,0</b>		
<b>Em construção:</b>					
005/2012	SE Poções II 230/138kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
			<b>1,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.



## 2.2 – Controladas, controladas em conjunto e coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

### 2.2.1 - Geração

#### • Geração Hidráulica

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,10	2010	2045
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,00	2007	2042
002/2008	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	Madeira	3.750,00	2008	2043
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	401,88	2014	2049

(\*) Informações não auditadas.

#### • Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindaí (BA)	6,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindaí (BA)	4,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindaí (BA)	8,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corupião 3	Corupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049

(\*) Informações não auditadas.

### 2.2.2 – Transmissão

#### • Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
005/2004	LT Teresina II - Sobral III / Teresina II - Fortaleza II / Sobral III - Fortaleza II, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interfiação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns II, em 500 KV	Interfiação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	218,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Campina Grande III, em 500 KV	Interfiação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	194,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Pau Ferro, em 500 kV	Interfiação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	209,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Angelim I	Interfiação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	12,0	2011	2041
					<b>3.554,0</b>		
<b>Em construção:</b>							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	36,0	2010	2040
					<b>36,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b> 015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					<b>6,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

### 2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11/01/2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destacam-se entre as mudanças no modelo de negócios, a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa ANEEL nº 596, de 19/12/2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31/05/2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela Aneel relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31/12/2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de transmissão, serão incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho nº 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização-RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei nº 10.848 e o Art. 54 do Decreto nº 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22/06/2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10/07/2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/12/2019, conforme quadro abaixo:

<b>Transmissão</b>	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
<b>Valor Homologado pela ANEEL</b>	<b>5.092.384</b>
Atualização IPCA e Remuneração	6.472.952
Recebimento	(1.829.566)
<b>Valor total do ativo Financeiro atualizado</b>	<b>9.735.770</b>
<b>Efeito Resultado</b>	
Receita operacional	1.276.310
Imposto de Renda e Contribuição Social	(194.637)
<b>Efeito líquido</b>	<b>1.081.673</b>

#### 2.4 - CONTRATO DE CONCESSÃO ANEEL Nº 005/2007, 018/2011, 019/2011 e 015/2012

Em dezembro de /2017, a Aneel emitiu Despacho encaminhando ao Ministério de Minas e Energia – MME proposta de declaração de caducidade dos Contratos de Concessão nos 005/2007, 018/2011, 019/2011 e 015/2012.

Diante deste fato, a Companhia impetrou pedido de reconsideração. A Aneel, em reunião realizada em dezembro de 2018, decidiu não acolher o pedido interposto pela Chesf, mantendo o despacho em sua integridade.

Em 25/03/2019, conforme Portaria nº 176/2019, o MME acatou a recomendação da Aneel, e declarou a caducidade dos referidos Contratos de Concessão.

A Chesf interpôs recurso administrativo contra a referida portaria, sendo então negada pelo MME em junho/2019. Poderão ser aplicadas sanções contratuais à Chesf, inclusive multa administrativa, sendo que a Chesf possui garantia de fiel cumprimento do contrato, que poderá ser executada para pagamento da referida multa.

<b>Contratos de Concessão</b>	<b>Prazo de Execução</b>	<b>Saldo Ativo Contratual</b>
05/2007 - Lt Funil - Itapebi	20/10/2008	99.206
15/2012 - Lt Camaçari IV - Pirajá	09/10/2013	58.257
18/2011 - Lt Recife II - Suape II	09/12/2013	86.109
19/2011 - Lt Camaçari IV - Sapeaçu	10/11/2013	143.520
<b>Total</b>		<b>387.092</b>
Reversão contrato oneroso		(180.528)
<b>Ativo líquido societário</b>		<b>206.564</b>
Efeito da diferença de mensuração entre bases societária e regulatória		(34.696)
<b>Ativo líquido regulatório</b>		<b>171.868</b>
Equipamentos reaproveitados		(47.072)
<b>Perda reconhecida</b>		<b>124.796</b>

#### 2.5. REVISÃO TARIFÁRIA – CONCESSÃO 061/2001

Conforme previsto nos contratos de concessão, os contratos de transmissão renovados preveem revisão tarifária a cada ciclo de 5 anos.

A revisão tarifária dos contratos renovados por meio da MP nº579, renovados em 2012, deveriam ocorrer em julho de 2017, entretanto esse prazo foi prorrogado e é esperado que o processo de revisão tarifária ocorra no exercício de 2020.

Em resumo, no processo de revisão tarifária, a Aneel verifica a base de ativos da Companhia e os custos operacionais da concessão gerando uma nova base tarifária para os próximos 5 anos. Para a Companhia o contrato 61/2001 será objeto de revisão tarifária.

Assim que a Aneel finalizar o processo de revisão tarifária dessas concessões, os efeitos contábeis serão avaliados. Até o momento não é possível concluir quais seriam esses impactos, se houver.

### **3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2019, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

#### **3.2. Base de elaboração e mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados às concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição - VNR, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

#### **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **4.1. Investimentos em controladas em conjunto**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sociedades controladas e/ou controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (*IAS 28*), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas investidas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e/ou controladas em conjunto são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como redução do valor dos respectivos investimentos.

#### **4.2. Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

#### 4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

#### 4.4. – Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes numa base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais e diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimentos e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos de remunerações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método de equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

#### 4.5. – Reconhecimento da Receita

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita.

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

##### a) Geração

As receitas de geração são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

## b) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

## 4.6. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

## 4.7. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

### 4.7.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### 4.7.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

#### 4.8. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

#### 4.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.



#### 4.10. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

#### 4.11. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

#### 4.12. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicaram os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 01/01/2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

##### a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros podem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, instrumento de dívida mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

2) Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

3) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

- **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais**

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não entenderia essa condição.

- **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os ativos contratuais dentro do alcance do pronunciamento contábil CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a entidade adotou a abordagem simplificada e mensura a perda esperada de crédito com base no valor da vida do ativo.

## **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado o método de juros efetivos.

### **4.13. Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto para as *IFRS* representa informação financeira adicional.

#### 4.14. Normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas *IFRS*.
- Definição de um negócio (alterações ao *CPC 15/IFRS 3*).
- Definição de materialidade (emendas ao *CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8*).
- *IFRS 17* Contratos de Seguros.

#### 4.15. Principais mudanças nas políticas contábeis

##### 4.15.1 – Adoção do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato

###### 4.15.1.1 – Mensuração

No reconhecimento inicial as principais premissas de mensuração adotadas pela Eletrobras para valoração do ativo contratual estão descritas abaixo;

- Data de assinatura e prazo de entrada em operação obtidos no contrato de concessão;
- Receita RAP estipulada no contrato de concessão;
- Investimento previsto do contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Para financiamento da contraparte foi considerada a NTN-B (Notas do Tesouro Nacional série B) na data de assinatura do contrato com vencimento mais próximo ao final da concessão, pois reflete as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, a União;
- A abordagem da Companhia foi de estabelecer o ativo contratual pelo critério de custo esperado mais margem. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato e tiveram como premissa de margem unificada entre construção e operação;
- Durante a construção, qualquer desvio em relação ao previsto será apurado direto no resultado pela diferença entre Receita de Construção contratada e custo de construção efetivo apurado;
- Apurada pelo residual entre a RAP total faturada mensalmente e à parcela destinada à amortização do Ativo contratual, e, por conseguinte reflete a margem atribuída ao componente O&M do contrato de concessão.

###### 4.15.1.2 – Reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial foi necessário reanalisar cada contrato de concessão desde sua constituição. Primeiramente foi necessário obter as margens de construção e O&M e alocação dessas margens em função dos requerimentos do CPC 47/IFRS15, por conseguinte foi o estabelecido o componente de financiamento significativo, pré-definido, conforme parágrafo 64 da Norma.

###### 4.15.1.3 – Impairment

Com a entrada em vigor do CPC 47/IFRS 15, a Companhia remensurou todos seus ativos da transmissão desde a assinatura dos respectivos contratos de concessão, para tal, foi constituído o “novo” ativo da transmissão usando as prerrogativas do CPC 47/IFRS15. Fruto da remensuração, o ativo contratual foi formado substancialmente pelos valores recuperáveis considerados no fluxo de RAP estabelecidos como investimentos de referência nos contratos de concessão e tão somente registrados após a obrigação de desempenho concluída (construção). Com base na natureza recuperável desses ativos (componente da RAP) as contraprestações são sempre iguais ou superiores aos ativos formados. Desta forma, não foram encontradas evidências para registro de provisão significativa.

#### 4.15.2 – CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia adotou as normas do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

O Pronunciamento Técnico CPC 06(R2)/IFRS 16 induz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Isenções de reconhecimento são possíveis nos casos de arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Adicionalmente, o referido pronunciamento, substitui a despesa linear de arrendamento, pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A adoção do CPC 06 (R2), devido a imaterialidade dos valores envolvidos em contratos de arrendamentos, não provocou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A seguir demonstramos o impacto da adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS nas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2019, bem como em 31/12/2019:

	Saldos em 1º de janeiro de 2019		Saldos em 31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	2.121	-	2.025	-
Obrigações por arrendamentos mercantis	-	2.121	-	2.095

#### 4.15.3 – ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

#### 4.16. Benefícios a empregados

##### 4.16.1 - Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### 4.16.2 - Benefícios pós-emprego

###### a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a

ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

#### **b) Outras obrigações pós-emprego**

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

#### **4.17. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

#### **4.18. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

#### **4.19. Demais Práticas Contábeis**

##### **a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Na preparação das presentes demonstrações financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como

provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo está reconhecido a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

#### **e) Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **f) Ativos indexados**

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

#### **g) Contrato de concessão de serviços públicos**

Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. Se a Companhia concluir o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes, que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. A Companhia deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9/CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do IFRS 9/CPC 48.

#### **h) Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

#### **i) Resultado**

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 43).

#### **j) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

### **4.20. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO**

#### **4.20.1 - Receita Anual Permitida – RAP**

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos da concessão.

#### **4.20.2. Receita Anual de Geração - RAG**

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

#### **4.20.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

#### **4.20.4. Reserva Global de Reversão - RGR**

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 01/01/2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

#### **4.20.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfra**

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

#### **4.20.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH**

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula:  $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$ , onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

#### **4.20.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que



comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

#### **4.20.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

#### **4.20.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE**

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

#### **4.20.10. Encargo de Energia de Reserva - EER**

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16/01/2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

### **5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

#### **a) Participação de não controladores**

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

#### **b) Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf, das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, Complexo Eólico Pindaí III e TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., sendo utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 21.1.1.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30/11/2019.

#### **c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

#### d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

## 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	1.312	43.718	41.841	64.491
Aplicações financeiras	-	116.236	76.160	212.495
<b>Total</b>	<b>1.312</b>	<b>159.954</b>	<b>118.001</b>	<b>276.986</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos de investimentos de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31/12/2019 e 2018:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Aplicação financeira</b>					
<b>Banco do Brasil</b>					
<b>BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF</b>	<b>6,68%</b>	-	<b>869</b>	-	<b>869</b>
Operações compromissadas		-	869	-	869
<b>BBDTVM Extramercado - FAE 2</b>	<b>6,95%</b>	-	<b>875</b>	-	<b>875</b>
Operações compromissadas		-	875	-	875
<b>BB CP 50</b>	<b>5,07%</b>	-	-	<b>35.492</b>	<b>30.867</b>
<b>BB AUTOMATICO</b>	<b>2,27%</b>	-	-	<b>76</b>	-
<b>Caixa Econômica Federal</b>					
<b>FI CX Extramercado IV IRFM RF LP</b>	<b>6,72%</b>	-	<b>114.492</b>	-	<b>114.492</b>
LTN		-	99.974	-	99.974
NTN-B		-	-	-	-
Operações compromissadas		-	14.518	-	14.518
<b>FIF Caixa</b>	<b>Taxa DI</b>	-	-	-	<b>54.773</b>
<b>Banco Santander S.A.</b>					
<b>FIC JUD -Santander</b>	<b>Taxa DI</b>	-	-	-	<b>10.035</b>
<b>Banco Safra S.A.</b>					
<b>TCM Renda fixa</b>	<b>1,67%</b>	-	-	<b>607</b>	<b>584</b>
<b>BNB</b>					
<b>FI RENDA FIXA</b>	<b>8,24%</b>	-	-	<b>29.140</b>	-
<b>CDB/RDB</b>	<b>Taxa DI</b>	-	-	<b>10.823</b>	-
<b>TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>6,17%</b>	-	-	<b>22</b>	-
<b>Total</b>		-	<b>116.236</b>	<b>76.160</b>	<b>212.495</b>

## 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado				
	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2019	31/12/2018
Participações minoritárias	-	-	JCP/Dividendos	23	25
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	CEF	Após 90 dias	Pré Fixado	172.670	49.357
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	CEF	Após 90 dias	Pré Fixado	281.262	32.474
Operações Compromissadas	CEF	-	-	15.781	-
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Banco do Brasil	-	Pré Fixado	372.565	-
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	Banco do Brasil	-	Pré Fixado	5.661	-
Operações Compromissadas	Banco do Brasil	-	-	137.549	-
CDB	Santander	-	-	18	-
Renda Fixa	Santander	-	-	1.974	-
Renda Fixa	CEF	-	-	3.300	-
Títulos da dívida agrária – TDA	-	Março/2020	TR + 3% a.a.	8.125	8.103
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN	CEF	-	Pré Fixado	90.675	63.423
<b>Total Circulante</b>				<b>1.089.603</b>	<b>153.382</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P		01/01/2030	TR + 6% a.a.	202	193
<b>Total Não Circulante</b>				<b>202</b>	<b>193</b>
<b>Total</b>				<b>1.089.805</b>	<b>153.575</b>

As ações ordinárias e preferenciais representam participações minoritárias em empresas de telecomunicações, registradas ao valor de custo de aquisição no Ativo Circulante, ajustadas a valor de mercado quando este for inferior ao valor de custo.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Durante o exercício de 2019, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 5,57% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2019, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 0,84% a.a.

### Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

## 8 – BENEFÍCIOS PARA REINVESTIMENTOS

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios.

Os valores são recolhidos ao BNB e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

## 9 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>						
Suprimento de energia	200.452	7.803	199.767	207.570	408.022	385.780
Fornecimento de energia	48.302	18.183	329.144	347.327	395.629	346.491
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	320.273	10.646	107.960	118.606	438.879	407.982
Comercialização na CCEE	709.647	-	-	-	709.647	207.352
Parcelamento	-	16.960	73.055	90.015	90.015	79.391
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(453)	-	-	-	(453)	(402)
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.297)	(32.509)	(650.367)	(682.876)	(684.173)	(594.803)
<b>Total Circulante</b>	<b>1.276.924</b>	<b>21.083</b>	<b>59.559</b>	<b>80.642</b>	<b>1.357.566</b>	<b>831.791</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>						
Parcelamento	10.661	-	-	-	10.661	11.495
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(2.935)	-	-	-	(2.935)	(3.082)
(-) Provisão para perdas esperadas	(7.726)	-	-	-	(7.726)	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.413</b>
<b>Total</b>	<b>1.276.924</b>	<b>21.083</b>	<b>59.559</b>	<b>80.642</b>	<b>1.357.566</b>	<b>840.204</b>

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>						
Suprimento de energia	200.647	7.803	199.767	207.570	408.217	385.847
Fornecimento de energia	48.302	18.183	329.144	347.327	395.629	346.491
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	322.401	10.646	107.960	118.606	441.007	415.028
Comercialização na CCEE	709.647	-	-	-	709.647	207.352
Parcelamento	-	16.960	73.055	90.015	90.015	79.391
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(453)	-	-	-	(453)	(402)
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.297)	(32.509)	(650.367)	(682.876)	(684.173)	(594.803)
<b>Total Circulante</b>	<b>1.279.247</b>	<b>21.083</b>	<b>59.559</b>	<b>80.642</b>	<b>1.359.889</b>	<b>838.904</b>
<b>Não Circulante</b>						
Parcelamento	10.661	-	-	-	10.661	11.495
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(2.935)	-	-	-	(2.935)	(3.082)
(-) Provisão para perdas esperadas	(7.726)	-	-	-	(7.726)	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.413</b>
<b>Total</b>	<b>1.279.247</b>	<b>21.083</b>	<b>59.559</b>	<b>80.642</b>	<b>1.359.889</b>	<b>847.317</b>

#### • PARCELAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ligas do Brasil S.A.	82.340	68.691
Santana Têxtil	18.336	22.194
	<b>100.676</b>	<b>90.885</b>
(-) Provisão para perdas esperadas	(97.288)	(75.441)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(3.388)	(3.484)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>11.960</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>3.547</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.413</b>

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Santana Têxtil** – Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado perante o Juízo da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife, no valor de R\$ 21.233, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 7.675 (R\$ 6.750, em 2018).

- **Santana Têxtil** - Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças DFER-001/2017, no valor de R\$ 3.892, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária.
- **PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS**

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>(594.803)</b>
Constituição	(131.516)
Reversão	11.517
Baixa	22.903
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>(691.899)</b>

A provisão para perdas esperadas é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do exercício.

#### 10 – VALORES A RECEBER – LEI nº 12.783/2013

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

A Companhia apresentou à Aneel, em dezembro de 2014, relatórios de consultores independentes apontando os investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de determinadas usinas, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A seguir apresentamos os montantes apurados pela consultoria e o valor contábil residual da mesma data.

<b>Modernizações e melhorias</b>	<b>31/12/2019</b>
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
<b>Total</b>	<b>487.822</b>

**11 - TRIBUTOS A RECUPERAR**
**11.1 - Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
Tributos a recuperar	823.348	608.787	833.278	615.352
	<b>823.348</b>	<b>608.787</b>	<b>833.278</b>	<b>615.352</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Tributos a recuperar	198.689	202.176	198.689	202.176
Ativos fiscais diferidos	1.258.550	-	1.258.550	-
	<b>1.457.239</b>	<b>202.176</b>	<b>1.457.239</b>	<b>202.176</b>
<b>Total</b>	<b>2.280.587</b>	<b>810.963</b>	<b>2.290.517</b>	<b>817.528</b>

**11.2 – Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ/CSLL	782.882	596.132	790.760	602.027
IR Fonte	12.798	4.638	14.441	5.307
Finsocial	-	2.786	-	2.786
PIS/Pasep	3.318	1.545	3.396	1.545
Cofins	10.556	2.382	10.758	2.382
Outros	13.794	1.304	13.923	1.305
	<b>823.348</b>	<b>608.787</b>	<b>833.278</b>	<b>615.352</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Finsocial	-	8.564	-	8.564
PIS/Pasep	20.000	19.493	20.000	19.493
Cofins	178.654	174.119	178.654	174.119
ICMS a Recuperar	35	-	35	-
	<b>198.689</b>	<b>202.176</b>	<b>198.689</b>	<b>202.176</b>
<b>Total</b>	<b>1.022.037</b>	<b>810.963</b>	<b>1.031.967</b>	<b>817.528</b>

**PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo**

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09/06/2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08/06/2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o



julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento. Desde 24/11/2015 o processo se encontra com o relator no TRF5.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 178.654, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 20.000, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

### 11.3– Ativos fiscais diferidos

A Companhia mantém em 31/12/2019 reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nº 595 e 599, ambas de 15/09/2009, ativos diferidos, no montante de R\$ 1.258.550, resultantes de diferenças temporárias, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lançamentos do ORA</b>	<b>1.975.215</b>	-
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>6.277.572</b>	-
<b>Créditos Fiscais</b>		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	515.799	-
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	742.751	-
	<b>1.258.550</b>	-
<b>Não circulante</b>	<b>1.258.550</b>	-

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%, reduzida para 6,25% durante o período de fruição do incentivo fiscal (nota 43) para as diferenças temporárias que influirão no cálculo desse incentivo, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de diferenças temporárias – efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, Portaria DNAEE nº 250/1985, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, participações nos lucros ou resultados, provisão para seguro de vida e adoções das novas práticas contábeis (BRGAAP), serão utilizados de acordo com a realização do Ativo Imobilizado, o desfecho das ações judiciais, o ressarcimento e a arrecadação de clientes, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, pagamentos aos funcionários e pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) , aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, respectivamente.

Os montantes reconhecidos refletem a melhor estimativa quanto a sua realização, com base em projeções em lucros tributáveis futuros os quais são projetados no prazo de até dez anos.

## 12- CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

### 12.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
Cauções e outros depósitos vinculados	32.876	15.761	34.897	30.683
	<b>32.876</b>	<b>15.761</b>	<b>34.897</b>	<b>30.683</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Depósitos vinculados a litígios	529.751	465.247	538.682	465.247
Cauções e outros depósitos vinculados	165.787	161.760	165.787	161.760
	<b>695.538</b>	<b>627.007</b>	<b>704.469</b>	<b>627.007</b>
<b>Total</b>	<b>728.414</b>	<b>642.768</b>	<b>739.366</b>	<b>657.690</b>

### 12.2 - Depósitos vinculados a litígios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	163.951	174.783	163.951	174.783
Cíveis	246.277	190.382	255.208	190.382
Fiscais	119.523	100.082	119.523	100.082
<b>Total</b>	<b>529.751</b>	<b>465.247</b>	<b>538.682</b>	<b>465.247</b>

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2019, R\$ 337.358 (R\$ 337.539, em 2018) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 32.3.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2019 como receita financeira é de R\$ 25.995 (R\$ 13.628, em 2018).

### 12.3 - Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
Caução contratual CEF - empréstimo	19.204	15.759	19.204	15.759
Caução Santander	13.670	-	13.670	-
Outros	2	2	2.023	14.924
	<b>32.876</b>	<b>15.761</b>	<b>34.897</b>	<b>30.683</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Caução contratual BB	16.150	16.150	16.150	16.150
Caução contratual CEF - outras	14.989	17.410	14.989	17.410
Caução contratual CEF - Aneel	-	5.400	-	5.400
Caução contratual Bradesco	60.691	57.892	60.691	57.892
Caução contratual BNB	1.937	1.937	1.937	1.937
Carta de crédito BNB	47.020	37.971	47.020	37.971
Garantia contratual BB	25.000	25.000	25.000	25.000
	<b>165.787</b>	<b>161.760</b>	<b>165.787</b>	<b>161.760</b>
<b>Total</b>	<b>198.663</b>	<b>177.521</b>	<b>200.684</b>	<b>192.443</b>

A caução contratual CEF – empréstimo foi constituída em garantia ao contrato de empréstimo contraído junto ao banco.

A caução contratual CEF – outras foi constituída em garantia como de operações de liquidação financeira no âmbito da CCEE, ofertada através de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado junto ao banco, com recursos aportados em fundo extramercado.

A caução contratual Bradesco foi constituída em garantia junto ao BNDES com saldo equivalente a 6 (seis) prestações de amortização do financiamento concedido.

A carta de crédito BNB refere-se a reserva com saldo equivalente a 3 (três) prestações de amortização do financiamento concedido, em garantia ao contrato junto ao banco.

### 13 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Matéria-prima para a produção de energia elétrica</b>	-	<b>276</b>
<b>Material</b>		
Almoxarifado	67.012	62.986
Destinado a alienação	5.894	4.660
Outros	4.272	4.272
	<b>77.178</b>	<b>71.918</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>615</b>	<b>615</b>
<b>Total</b>	<b>77.793</b>	<b>72.809</b>

### 14 – SERVIÇOS EM CURSO

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

### 15 – ATIVOS DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritos na nota 2.

As concessões de geração, relacionados às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, estão mensuradas como custo amortizado.

As Concessões de transmissão da Companhia, exceto os ativos da Lei 12.783/2013 – RBSE, estão classificadas, a partir de 01/01/2018, como ativos de contrato, conforme adoção do IFRS 15 (CPC 47). O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

Em 2019, esses ativos de concessão tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>14.594.852</b>	<b>15.204.219</b>
Ingressos	116.460	117.195
Atualização	989.317	1.074.378
Ajuste Fair Value - RBSE	485.032	485.032
Amortização	(2.089.137)	(2.153.854)
Incorporação SPE	603.023	-
Perda	(340.020)	(340.020)
Ajustes de consolidação	-	360.491
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>14.359.527</b>	<b>14.747.441</b>
Circulante	<b>2.125.779</b>	<b>2.148.096</b>
Não circulante	<b>12.233.748</b>	<b>12.599.345</b>

No exercício, a Companhia registrou perdas em investimentos, no montante de R\$ 340.020 em decorrência da caducidade declarada pelo Poder Concedente, dos contratos de concessão de transmissão: 05/2007, 15/2012, 18/2011 e 19/2011 (nota 2.4).

A Companhia possuía, em 31/12/2019, R\$ 14.359.527 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 14.594.852, em 2018).

#### 15.1 – Ativos de Transmissão – Lei 12.783/2013 (RBSE)

Corresponde aos ativos correspondentes às instalações componentes da Rede Básica existentes renovados pela Lei nº 12.783/2013. A ativo foi reconhecido considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016 e a Nota Técnica da ANEEL nº 336/2016.

Em virtude do repasse dos custos da RBSE para os consumidores, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a Aneel e a União Federal, questionando as indenizações às transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida liminar, sem julgamento de mérito, a favor da ABRACE no âmbito do citado processo judicial atendendo parcialmente ao pleito da ABRACE determinando que “a Aneel exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”.

Assim, em cumprimento à decisão liminar a Aneel recalculou uma nova RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018. No entanto, a exclusão da parcela objeto da liminar (a remuneração excedente à inflação a partir de janeiro de 2013) foi estendida a todos os usuários do sistema de transmissão e não apenas aos reclamantes, em razão da impraticabilidade alegada pela Aneel de segregação dos componentes tarifários e da irreversibilidade dos efeitos provocados, segundo o Despacho nº 1.779 da Aneel de 20 de junho de 2017.

Diante do exposto e em atendimento à citada liminar, com base nos valores homologados pela Aneel, dos ativos reversíveis não amortizados previstos no art. 15 § 2º, da Lei nº 12.783/2013, nos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 762, de 2017 e no Despacho nº 1.779, de 2017, foi calculado o custo de capital de que trata a Portaria MME nº 120, de 2016, que passou a compor a RAP das concessionárias de transmissão abrangidas pela Lei nº 12.783, de 2013, a partir do ciclo 2017-2018. Tais valores estão demonstrados na Nota Técnica nº 183/2017 da Aneel, de 22 de junho de 2017.

Em novembro de 2019, a decisão liminar acima relatada que excluía a parcela da remuneração foi cassada. Logo, não há mais impedimento para a inclusão da parcela referente à remuneração da RBSE no processo tarifário.

- Alteração de estimativa contábil dos ativos da RBSE

Com a adoção inicial do IFRS 09, o componente RBSE foi mensurado a valor justo por meio do resultado, ao longo dos exercícios de 2018 e 2019 a Administração identificou que a mensuração utilizando marcação a mercado por NTN-B resultou em grande volatilidade no resultado devido às oscilações da taxa NTN-B, descolando da realidade econômica e financeira deste ativo e modelo de negócio no qual prevê a manutenção de recebimento dos fluxos de caixa deste ativo. Abaixo seguem os índices da NTN-B consideradas nos fechamentos trimestrais e os respectivos resultados trimestrais apurados.

Fechamentos	NTN-Bs	Resultado RBSE Trimestres
1ITR18	4,56%	285.908
2ITR18	5,72%	108.873
3ITR18	5,88%	84.316
4ITR18	4,60%	400.397
1ITR19	4,10%	181.393
2ITR19	3,09%	816.900
3ITR19	2,60%	160.978

Na mensuração inicial o uso da NTN-B se justificou por ser uma taxa observável em contratos de empréstimo com a União, considerada como contraparte e por haver ausência do risco de demanda dos ativos financeiros da transmissão, e o ente governamental como garantidor final desses ativos. Apesar de haver a mitigação do risco de demanda desses ativos, o pagamento se faz substancialmente via usuários da Rede Básica de energia, Geradoras, Distribuidoras, Consumidores Livres e Potencialmente Livres, e Comercializadoras que importam e exportam energia elétrica.

Entretanto, ao observar o descolamento da taxa NTN-B e do valor mensurado deste ativo foi identificada a necessidade de adequação na mensuração do valor justo que substancialmente se reflete pela taxa de desconto considerada. Desta forma, a Companhia passou a considerar uma taxa de desconto próxima a regulatória para a mensuração deste ativo.

A alteração apresentada visa refletir de melhor maneira a essência econômica deste ativo financeiro que não apresenta oscilações constantes em seu valor e tampouco possui mercado ativo. Logo, de forma a afastar a oscilação no qual a NTN-B representa na mensuração por um risco não associado ao ativo financeiro avaliado e considerando que o fluxo financeiro é de origem substancialmente dos grandes usuários da rede, o componente de remuneração regulatório se apresenta mais adequado para a mensuração a valor justo.

Adicionalmente, em novembro de 2019, a decisão liminar acima relatada que excluía a parcela da remuneração foi cassada. Logo, não há mais impedimento para a inclusão da parcela referente à remuneração da RBSE na Portaria MME 120/2016, que estabeleceu que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, deveria ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Com a cassação da tutela antecipada, a Companhia entende que os valores a serem pagos a título de RBSE deverão ser recalculados, a fim de incluir a parcela prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016.

Diante deste cenário a Eletrobras revisou o tema e alterou suas estimativas considerando o cenário jurídico e regulatório atual, as seguintes estimativas foram ajustadas:

- Atualização da parcela remuneração “Ke” pelo WACC regulatório da transmissão e IPCA até a data de mensuração;
- Alteração da taxa de desconto para refletir a remuneração regulatória; e
- Prazo do “Ke” – início do recebimento/amortização – ciclo tarifário 21/22 – início do recebimento em junho de 2021 pelo prazo da Portaria 120, até junho de 2025.

Tais alterações foram efetuadas visando aproximar o cenário jurídico atual da RBSE e adequar seus fluxos de caixa, aproximando da expectativa de realização.

- Efeitos da alteração de estimativa

Efeito no Resultado e patrimonial:

<b>Resultado Acumulado e Patrimonial</b>		
<b>31/12/2019</b> (Original)	<b>31/12/2019</b> (Remensurado)	<b>Impactos</b>
1.440.382	1.276.310	(164.072)

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos ativos referentes à RBSE é demonstrada a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>		<b>Total</b>
	<b>RBSE (incontroverso)</b>	<b>Ke (controverso)</b>	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>8.502.989</b>	<b>1.786.037</b>	<b>10.289.026</b>
Amortização - Recebimentos (caixa)	(1.829.566)	-	(1.829.566)
Atualização	725.932	65.346	791.278
Ajuste Fair Value	(108.734)	593.766	485.032
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>7.290.621</b>	<b>2.445.149</b>	<b>9.735.770</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.725.579</b>	<b>-</b>	<b>1.725.579</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.565.042</b>	<b>2.445.149</b>	<b>8.010.191</b>

- Fluxo de caixa nominal:

O fluxo de caixa estimado considerando as premissas da Companhia segue abaixo demonstrado:

<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>TOTAL</b>
<b>RBSE TOTAL</b>	<b>2.055.179</b>	<b>2.481.890</b>	<b>2.908.601</b>	<b>2.451.111</b>	<b>1.993.622</b>	<b>996.811</b>	<b>12.887.214</b>
<b>Parcela Econômica</b>	<b>1.571.663</b>	<b>1.937.087</b>	<b>2.495.667</b>	<b>2.197.702</b>	<b>1.864.806</b>	<b>978.335</b>	<b>11.045.260</b>
<b>Parcela Financeira Total</b>	<b>483.516</b>	<b>544.803</b>	<b>412.934</b>	<b>253.409</b>	<b>128.816</b>	<b>18.476</b>	<b>1.841.954</b>
Parcela Incontroversa	483.516	373.161	261.475	148.561	73.673	10.567	1.350.953
Parcela Controversa Ke	-	171.642	151.459	104.848	55.143	7.909	491.001
<b>RBSE TOTAL</b>	<b>2.055.179</b>	<b>2.481.890</b>	<b>2.908.601</b>	<b>2.451.111</b>	<b>1.993.622</b>	<b>996.811</b>	<b>12.887.214</b>

## 15.2 – Ativo Contratual de Transmissão

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais conforme IFRS 15/CPC 47.

A movimentação e composição deste ativo no período é como segue:

<b>Movimentação Ativo Contratual</b>		
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo inicial antes da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 31.12.2017	4.791.611	5.447.581
Ajuste de adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	(913.963)	(955.053)
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>3.877.648</b>	<b>4.492.528</b>
Adição - Receita de construção	214.351	216.155
Receita Financeira contratual	207.762	247.201
Amortização	(258.870)	(258.870)
Baixas e transferências	-	(46.755)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.040.891</b>	<b>4.650.259</b>
Adição - Receita de construção	116.460	117.195
Receita Financeira contratual	198.039	248.765
Amortização	(248.052)	(278.434)
Baixas e transferências	(340.020)	(340.020)
Incorporação da SPE	603.023	-
Ajustes de consolidação	-	360.491
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.370.341</b>	<b>4.758.256</b>

### • Obrigações de Desempenho

A Companhia identificou duas obrigações de desempenho na atividade de transmissão, operação e construção. O reconhecimento da receita é mediante satisfação dessas obrigações e são refletidas no resultado da Companhia como Receita de Construção e de operação e manutenção.

O efeito no resultado do ativo contratual segue abaixo:

<b>Resultado do Ativo Contratual</b>		
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita Financeira contratual	198.039	248.765
Receita de construção	116.460	117.195
Receita de operação e manutenção	202.190	134.781
Custo de construção	(470.751)	(300.922)
	<b>45.938</b>	<b>199.819</b>

### • Realização do ativo contratual

Ao longo da operação da concessão o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa, (i) pelo recebimento de RAP para a parcela que será amortizada até o término da concessão e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

Abaixo segue a estimativa da Companhia de realização desses componentes contratuais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Contratual de Transmissão - Circulante	389.604	457.809	411.921	498.584
Ativo Contratual de Transmissão - Não Circulante	3.980.737	3.583.082	4.346.335	4.151.675
	<b>4.370.341</b>	<b>4.040.891</b>	<b>4.758.256</b>	<b>4.650.259</b>
<b>Realização do Ativo Contratual</b>				
Ativo Contratual - RAP	3.683.345	3.438.231	4.071.260	4.047.599
Ativo Contratual - Indenização	686.996	602.660	686.996	602.660

## 16 – DIVIDENDOS A RECEBER

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	8.396
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
Energética Águas da Pedra S.A.	6.675	-
Vamcruz I Participações S.A.	-	2.130
<b>Total</b>	<b>15.853</b>	<b>19.704</b>

## 17 – FACHESF SAÚDE MAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Fachesf Saúde Mais	65.854	35.182
<b>Total</b>	<b>65.854</b>	<b>35.182</b>

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes dos programas de incentivo ao desligamento (PIDV, PAE e PDC), conforme nota 30. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

## 18 – ADIANTAMENTOS A CONTROLADAS EM CONJUNTO (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

### 18.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Não Circulante</b>		
Energia Sustentável do Brasil S.A.	66.200	168.600
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	101.000
Vamcruz I Participações S.A.	-	5.929
<b>Total</b>	<b>66.200</b>	<b>275.529</b>



**18.2 – Movimentação dos adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC):**

Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Capitalizações	Atualização Monetária	Devolução AFAC	Saldo em 31/12/2019
Energia Sustentável do Brasil S.A.	168.600	66.200	(168.600)	-	-	66.200
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	-	(101.000)	-	-	-
Vamcruz I Participações S.A.	5.929	-	(1.751)	849	(5.027)	-
<b>Total</b>	<b>275.529</b>	<b>66.200</b>	<b>(271.351)</b>	<b>849</b>	<b>(5.027)</b>	<b>66.200</b>

**19 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA**

No exercício foi concluída a transferência, para a Eletrobras, das SPES do Complexo Eólico Sento Sé II e do Complexo Eólico Sento Sé III (nota 21.5). Esta operação ocasionou o registro de uma receita no montante de R\$ 188.941 a qual foi usada para quitação de dívidas de financiamentos e empréstimos com a Holding (nota 26).

Controladora e Consolidado		
SPEs	31/12/2019	31/12/2018
Vamcruz I Participações S.A.	125.816	124.065
Complexo Eólico Sento Sé II	-	50.674
Complexo Eólico Sento Sé II	-	912
<b>Total</b>	<b>125.816</b>	<b>175.651</b>

**20 - OUTROS ATIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a empregados	21.934	15.545	22.145	15.618
Alienações em curso	9.502	15.441	9.502	15.441
Prêmios de seguros	5.596	5.849	6.289	5.915
Gastos reembolsáveis	-	9.314	-	9.314
Alienações de bens e direitos	1.639	1.638	1.639	1.638
Adiantamentos a fornecedores	19.673	22.293	20.084	22.570
Serviços prestados a terceiros	34.753	27.954	34.753	27.954
Subsídios e redução tarifária equilibrada	21.899	-	21.899	-
Bens e direitos destinados a alienação	10.971	-	10.971	-
Outros	32.871	55.674	44.275	57.310
	<b>158.838</b>	<b>153.708</b>	<b>171.557</b>	<b>155.760</b>
<b>Não Circulante</b>				
FGTS - Conta-Empresa	4.991	4.704	4.991	4.704
Bens destinados a alienação	-	10.971	-	10.971
Reserva Global de Reversão	-	5.441	-	5.441
Outros	15.512	9.231	15.512	9.486
	<b>20.503</b>	<b>30.347</b>	<b>20.503</b>	<b>30.602</b>
<b>Total</b>	<b>179.341</b>	<b>184.055</b>	<b>192.060</b>	<b>186.362</b>

Em 2018, foi firmado o termo de adesão ao Acordo de Leniência, firmado entre o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ("CGU") e a Odebrecht S/A ("Odebrecht"), com a interveniência da Advocacia Geral da União ("AGU"), para fins de ressarcimento, em relação a empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

A Companhia foi beneficiada pelo referido Acordo de Leniência com o valor a receber no montante de R\$ 13.263, em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, a serem corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019. A Companhia mantém provisão de a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 3.568.

Os valores a receber consideram as participações acionárias das empresas Eletrobras nos empreendimentos das Usinas Hidroelétricas de Santo Antônio e de Belo Monte, para os quais já haviam sido registradas perdas oriundas dos achados da investigação independente, contratada pela Eletrobras, até 31/12/2019, foram registrados na linha de outros ativos.

A adesão ao Acordo é uma oportunidade de fazer retornar à Eletrobras e suas controladas, parte dos recursos a que a Companhia tem direito, diante dos prejuízos causados.

Em decorrência do não pagamento da primeira parcela do referido acordo foi constituída uma provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 10.518.

## 21 - INVESTIMENTOS

### 21.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Participações societárias permanentes</u></b>				
Controladas	955.583	1.182.329	-	-
Controladas em conjunto	5.634.135	5.216.790	5.634.135	5.216.790
Coligadas	116.345	111.518	116.345	111.518
Outras participações	479	481	479	481
<b>(-) Provisão para perdas em investimentos</b>	<b>(627.086)</b>	<b>(365.015)</b>	<b>(627.086)</b>	<b>(365.015)</b>
<b>Total participações societárias</b>	<b>6.079.456</b>	<b>6.146.103</b>	<b>5.123.873</b>	<b>4.963.774</b>
<b><u>Outros investimentos</u></b>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.212	2.212	2.212
Outros	1.091	1.091	1.091	1.091
<b>Total outros investimentos</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>	<b>3.303</b>
<b>Total</b>	<b>6.082.759</b>	<b>6.149.406</b>	<b>5.127.176</b>	<b>4.967.077</b>

**21.1.1 – Participação direta**

<b>Empresas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b><u>Controladas</u></b>		
<b>Complexo Eólico Pindaí I</b>		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
<b>Complexo Eólico Pindaí II</b>		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
<b>Complexo Eólico Pindaí III</b>		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
<b>TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.</b>	100,00%	49,00%
<b>Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.</b>	0,00%	100,00%
<b><u>Controladas em conjunto</u></b>		
<b>STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Energia Sustentável do Brasil S.A.</b>	20,00%	20,00%
<b>Interligação Elétrica do Madeira S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b>Manaus Construtora Ltda.</b>	19,50%	19,50%
<b>Norte Energia S.A.</b>	15,00%	15,00%
<b>Interligação Elétrica Garanhuns S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Companhia Energética SINOP S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b><u>Coligada</u></b>		
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	24,50%	24,50%

**Complexo Eólico Pindaí I**

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititu 2 Energia S.A., Caititu 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14/11/2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 68 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre março e outubro de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 103.062, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 15.254 (perda de R\$ 13.026 em 2018) neste complexo eólico.

**Complexo Eólico Pindaí II**

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão ANEEL nº 09/2013 (A-3) realizado em 18/11/2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 16 MW, e da UEE Papagaio, de 10 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto entre abril e maio de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 25.242, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.406 (perda de R\$ 2.039 em 2018) neste complexo eólico.

### **Complexo Eólico Pindaí III**

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão ANEEL nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 16 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para março de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. No exercício, a Companhia efetuou aportes de capital no montante de R\$ 9.148, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.252 (perda de R\$ 8.944 em 2018) neste complexo eólico.

### **Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro de 2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2019 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 63.775 (ganho de R\$ 51.957, em 2018).

### **ESBR Participações S.A./ Energia Sustentável do Brasil S.A.**

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, detém a totalidade das ações da Energia Sustentável do Brasil S.A., que foi constituída a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2016 com 50 unidades em operação comercial, totalizando 3.750 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Em 29/06/2018, decorrente da Assembleia Geral Extraordinária – AGE da ESBR Participações S.A. foi aprovada a incorporação das SPEs ESBR Participações S.A. (“Incorporada”) e Energia Sustentável do Brasil S.A. (“Incorporadora”). A incorporação foi realizada mediante laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, com base nas demonstrações financeiras da ESBR Participações S.A. e do Protocolo de Justificação de Incorporação. Durante o exercício de 2019 a Companhia realizou AFAC no montante de R\$ 66.200, aportes de capital no montante de R\$ 168.600, mediante a capitalização parcial de AFAC e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 19.149 (perda de R\$ 234.561, em 2018).

### **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, e tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos contados a partir de 26/02/2009, data da assinatura do Contrato de Concessão. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2019, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 66.539 (ganho de R\$ 74.490, em 2018).

### **Manaus Construtora Ltda.**

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2019 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 193 (perda de R\$ 37, em 2018).

**TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 39 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em outubro de 2013 entrou em operação as Subestações Pecém II, de 500/230kV, e Aquiraz, de 230/69 kV. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2019 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 21.806 (ganho de R\$ 4.532, em 2018).

**Norte Energia S.A.**

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte está sendo instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. Em abril de 2016, a SPE deu início à operação comercial, totalizando ao final daquele exercício 1.295 MW de capacidade instalada referente a 04 unidades geradoras, e, em 2017, com 13 (treze) unidades geradoras em operação comercial que totalizam 4.305,1 MW. No exercício, apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 51.363 (ganho de R\$ 192.742, em 2018).

**Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02/09/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida. Durante o exercício de 2019 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 36.484 (ganho de R\$ 37.229, em 2018).

**Companhia Energética Sinop S.A.**

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 408 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para janeiro de 2019 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. No exercício de 2019, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28.962 (perda de R\$ 65.389 em 2018) neste empreendimento.

**Energética Águas da Pedra S.A.**

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A sua operação comercial teve início em agosto de 2011. Durante o exercício de 2019, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 29.135 (ganho de R\$ 25.208, em 2018).

**21.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:**

	31/12/2018	Aumento de Capital	Capitalização de AFAC	Dividendos	Resultado de participação societária	Provisão/ Reversão	Outros	31/12/2019
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>								
<b><u>Controladas</u></b>								
· Complexo Eólico Pindaí I	431.893	91.694	-	-	(15.254)	-	-	508.333
· Complexo Eólico Pindaí II	171.252	25.242	-	-	(1.406)	-	-	195.088
· Complexo Eólico Pindaí III	91.596	9.148	-	-	(1.252)	-	-	99.492
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. (*)	487.588	-	-	(5.879)	33.129	-	(514.838)	-
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (**)	31.841	-	101.000	-	(21.806)	-	41.635	152.670
<b><u>Controladas em conjunto</u></b>								
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	165.749	-	-	(16.044)	63.775	-	-	213.480
· Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.681.609	-	168.600	-	(19.149)	-	-	1.831.060
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	688.992	-	-	-	66.539	-	-	755.531
· Manaus Construtora Ltda.	7.508	-	-	-	193	-	-	7.701
· Norte Energia S.A.	2.058.675	-	-	-	51.363	-	-	2.110.038
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	342.776	-	-	(5.897)	36.484	-	-	373.363
· Companhia Energética SINOP S.A.	239.640	132.284	-	-	(28.962)	-	-	342.962
<b><u>Coligada</u></b>								
· Energética Águas da Pedra S.A.	111.518	-	-	(24.308)	29.135	-	-	116.345
<b>Avaliadas ao custo</b>								
· Outras participações	481	-	-	-	-	-	(2)	479
<b>Sub-total</b>	<b>6.511.118</b>	<b>258.368</b>	<b>269.600</b>	<b>(52.128)</b>	<b>192.789</b>	<b>-</b>	<b>(473.205)</b>	<b>6.706.542</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>								
· Complexo Eólico Pindaí I	(78.986)	-	-	-	-	(1.007)	-	(79.993)
· Complexo Eólico Pindaí II	(1.014)	-	-	-	-	-	-	(1.014)
· Complexo Eólico Pindaí III	(151)	-	-	-	-	-	-	(151)
· Energia Sustentável do Brasil S.A.	(193.386)	-	-	-	-	(217.252)	-	(410.638)
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(3.621)	-	-	-	-	3.621	-	-
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	(70.691)	-	-	-	-	35.951	-	(34.740)
· Vamcruz I Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
· Companhia Energética SINOP S.A.	(17.166)	-	-	-	-	(83.384)	-	(100.550)
<b>Sub-total</b>	<b>(365.015)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(262.071)</b>	<b>-</b>	<b>(627.086)</b>
<b>Total</b>	<b>6.146.103</b>	<b>258.368</b>	<b>269.600</b>	<b>(52.128)</b>	<b>192.789</b>	<b>(262.071)</b>	<b>(473.205)</b>	<b>6.079.456</b>

(\*) A SPE foi incorporada em novembro/2019.

(\*\*) Em 31/10/2019 a Companhia adquiriu o controle total da SPE.

**21.3 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.**

Em 10/06/2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&F Bovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tinha investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da

acionista CTEEP fosse aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumia a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf, no qual, até o presente momento, permeou as instâncias abaixo:

Em 27/07/2017, foi emitido o Memorando DJJJ nº 2660/2017, pelo jurídico da Eletrobras, atestando o posicionamento favorável com alterações de minutas elaboradas.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN, passando a exercer o controle acionário.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN, condicionando a sua incorporação até 30/06/2018.

Em 20/06/2018, a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-116/2018 para exame de manifestação de proposta de prorrogação de prazo para conclusão da incorporação da ETN, passando de 30/06/2018 para 30/09/2018.

Em 05/07/2018, atendendo a solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 13209/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 30/09/2018.

Em 06/08/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 1.763/2018, concedendo anuência para operação de incorporação da ETN, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a implementação da operação.

Em 18/09/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-151/2018 para exame de manifestação de proposta nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 30/09/2018 para 07/12/2018.

Em 18/10/2018, atendendo à solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22551/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 07/12/2018.

Em 19/11/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 2.654/2018, concedendo prorrogação do prazo estabelecido pelo Despacho nº 1.763/2018, por mais 120 (cento e vinte) dias, para conclusão da operação de incorporação da ETN.

Em 20/12/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-190/2018, para exame de manifestação de proposta de nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 07/12/2018 para 05/04/2019.

Em 17/01/2019, atendendo à solicitação da Companhia, o Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 1000/2019 – MP prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 05.04.2019.

Em 03/05/2019 a ETN encaminhou a Aneel a CE-ETN nº 382/2019, dando início a um novo processo de solicitação de anuência prévia daquela Agência, visto que a prorrogação de prazo concedida por meio do Despacho nº 1.763/2018 expirou, sem que o processo de incorporação fosse concluído.

Em 19/05/2019 a ETN realizou Assembleia Geral de Debenturistas - AGD para aprovação do processo de incorporação e alterações de instrumentos contratuais, a Ordem do dia foi aprovada por 90,25% das debêntures em circulação.

Em 15/07/2019 foi emitido o Despacho da Aneel nº 1.975/2019, concedendo anuência para operação de incorporação da ETN, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a implementação da operação.

Após a obtenção de todas as anuências necessárias por parte dos órgãos reguladores, em 01/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade de Propósito Específico Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. (“SPE”) pela Chesf e o laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido da SPE, exercício 2018, a ser vertido à Chesf.

O processo de incorporação Chesf encontra-se concluído com a transferência de todos os ativos e passivos da incorporada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. para a Chesf.

A incorporação da ETN permitirá um incremento da receita da Companhia em R\$ 62 milhões por ano, além disso possibilitará a racionalização dos custos administrativos que irão propiciar melhora no resultado da Companhia.

## 21.4 – Combinação de negócios

### 21.4.1 - TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

Em 31/10/2019, a Companhia adquiriu o controle sobre a SPE Transmissora Delmiro Gouveia S.A., mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda, decorrente da capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumentos de Capital (AFACs) realizados pela Chesf, no valor de R\$ 101.000, passando a Companhia a ter participação acionária de 72,31%.

Na mesma data, a Companhia adquiriu a participação acionária da Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda, mediante o pagamento de R\$ 34.000, tornando assim a TDG em sua subsidiária integral.

- **Determinação do valor justo da contraprestação**

Em consonância com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos devem ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras sempre pelo valor justo.

Demonstramos abaixo quadro comparativo entre o valor justo e o valor contábil do Balanço Patrimonial da referida SPE, levantado em 31/10/2019, bem como o valor decorrente da compra vantajosa:

<b>Balanço da TDG em 31/10/2019</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Ativo	442.312	442.312
Passivo	291.950	291.950
PL	150.362	150.362

	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
Valor Investimento Chesf (72,31%)	108.727	108.727
Valor Investimento ATP (27,69%)	41.635	41.635
<b>Total</b>	<b>150.362</b>	<b>150.362</b>

	<b>Valor Contábil da Participação Adquirida</b>	
Valor Justo da Participação Adquirida		41.635
Valor pago pela Chesf para aquisição dos 27,69% da SPE	-	34.000
<b>Ganho proviente de compra vantajosa</b>		<b>7.635</b>

A combinação de negócios gerou ativo de concessão de R\$ 41.635, registrado no subgrupo investimentos. O ativo de concessão representa a diferença entre o valor do negócio e o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos, tal valor será amortizado no prazo de concessão.

## 21.5 – Alienação de participações societárias

Em 28/03/2019, foi concluído o processo de alienação das ações das SPEs do Complexo Sento Sé II e Complexo Sento Sé III. Esta operação está vinculada ao Pilar Disciplina Financeira do Plano Diretor de Negócios e Gestão



(“PDNG”) 2018/2022, e tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhoria do indicador “Dívida Líquida/EBITDA”.

## 21.6 – Provisão/Reversão para perdas em investimentos

No exercício foi registrada reversão da provisão para perdas dos investimentos na SPE Interligação Elétrica Garanhuns S.A., no montante de R\$ 262.071, decorrente de perdas por redução ao valor recuperável nas participações societárias em SPEs, derivado do menor valor, entre o valor contábil e o Preço Mínimo de Venda, conforme quadro abaixo:

SPE	Participação Societária	31/12/2018	Provisão/Reversão	31/12/2019
Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%	(6.970)	(89)	(7.059)
Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%	(11.615)	(148)	(11.763)
Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%	(4.647)	(59)	(4.706)
Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	(11.615)	(148)	(11.763)
Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	(11.615)	(148)	(11.763)
Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%	(11.615)	(148)	(11.763)
Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	(11.616)	(148)	(11.764)
Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	(9.293)	(119)	(9.412)
Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	(624)	-	(624)
Papagaio Energia S.A.	99,96%	(390)	-	(390)
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	(151)	-	(151)
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	(193.386)	(217.252)	(410.638)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	(3.621)	3.621	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	(70.691)	35.951	(34.740)
Companhia Energética SINOP S.A.	24,5%	(17.166)	(83.384)	(100.550)
<b>TOTAL</b>		<b>(365.015)</b>	<b>(262.071)</b>	<b>(627.086)</b>

## 21.7 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2019	Equivalência Patrimonial
<b><u>Controladas</u></b>				
- Complexo Eólico Pindaí I	508.333	508.580	(15.263)	(15.254)
- Complexo Eólico Pindaí II	195.088	194.933	(1.409)	(1.406)
- Complexo Eólico Pindaí III	99.492	119.854	(1.509)	(1.252)
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. (*)	-	511.477	29.768	33.129
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	152.670	152.670	(21.806)	(21.806)
<b><u>Controladas em conjunto</u></b>				
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	213.480	435.675	130.154	63.775
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.831.060	9.155.299	(95.748)	(19.149)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	755.531	3.083.798	271.588	66.539
- Manaus Construtora Ltda.	7.701	39.489	982	193
- Norte Energia S.A.	2.110.038	14.066.922	342.421	51.363
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	373.363	761.969	74.458	36.484
- Companhia Energética SINOP S.A.	342.962	1.399.845	(118.211)	(28.962)
<b><u>Coligada</u></b>				
- Energética Águas da Pedra S.A.	116.345	474.873	118.917	29.135
<b>TOTAL</b>	<b>6.706.063</b>	<b>30.905.384</b>	<b>714.343</b>	<b>192.789</b>

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 30/11/2019, exceto, Energia Sustentável do Brasil S.A., Norte Energia S.A., Interligação Elétrica do Madeira S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Companhia Energética SINOP S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2019.

## 21.8 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

### BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2019								2018							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Não Circulante			Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Não Circulante			Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
	Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos						Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
<b>Controladas</b>																
- Complexo Eólico Pindal I	66.467	-	456.000	522.467	13.887	-	508.580	522.467	38.393	-	399.460	437.853	5.750	-	432.103	437.853
- Complexo Eólico Pindal II	18.129	-	180.384	198.513	3.580	-	194.933	198.513	9.749	-	164.883	174.632	3.331	-	171.301	174.632
- Complexo Eólico Pindal III	9.943	-	112.080	122.023	2.169	-	119.854	122.023	10.206	-	102.394	112.600	2.257	-	110.343	112.600
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	148.505	564.507	75	713.087	22.304	179.306	511.477	713.087	130.697	568.855	87	699.639	15.782	196.269	487.588	699.639
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	71.250	374.528	85	445.863	26.658	266.535	152.670	445.863	64.932	304.164	117	369.213	23.400	280.832	64.981	369.213
<b>Controladas em conjunto</b>																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	236.282	481.145	32.011	749.438	73.253	240.510	435.675	749.438	254.322	398.181	436	652.939	80.166	234.511	338.262	652.939
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	728.881	1.304.520	19.232.356	21.265.757	926.137	11.184.321	9.155.299	21.265.757	549.186	1.508.356	19.362.325	21.419.867	889.658	12.122.162	8.408.047	21.419.867
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	774.396	5.457.108	19.080	6.250.584	334.778	2.832.009	3.083.798	6.250.584	656.319	5.267.270	25.094	5.948.683	289.020	2.847.453	2.812.210	5.948.683
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	259.774	2.703.807	-	2.963.581	225.022	1.301.121	1.437.438	2.963.581
- Manaus Construtora Ltda.	30.426	58.548	-	88.974	2.418	47.067	39.489	88.974	460	87.430	-	87.890	2.316	47.067	38.507	87.890
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Norte Energia S.A.	1.137.958	783.634	43.279.924	45.201.515	4.412.115	26.722.478	14.066.922	45.201.515	1.475.361	1.075.826	41.608.558	44.159.745	3.690.126	26.745.119	13.724.500	44.159.745
- Complexo Eólico Sento Sé I	-	-	-	-	-	-	-	-	25.852	35.684	259.789	321.325	25.020	171.222	125.083	321.325
- Complexo Eólico Sento Sé II	-	-	-	-	-	-	-	-	14.027	12.934	350.358	377.319	24.164	249.740	103.415	377.319
- Complexo Eólico Sento Sé III	-	-	-	-	-	-	-	-	27.070	3.555	212.021	242.646	17.276	164.526	60.844	242.646
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	117.714	1.068.564	2.974	1.189.252	56.211	371.072	761.969	1.189.252	140.074	1.020.061	1.261	1.161.396	77.492	384.359	699.545	1.161.396
- Vamcruz I Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	99.111	-	453.165	552.276	32.869	251.870	267.537	552.276
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	41.678	29.464	746.512	817.654	56.391	642.946	118.317	817.654
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	42.401	22.805	839.972	905.178	82.310	534.842	288.026	905.178
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	21.398	14.427	483.119	518.944	31.912	305.919	181.113	518.944
- Companhia Energética SINOP S.A.	160.503	592.299	2.119.912	2.872.714	57.236	1.415.633	1.399.845	2.872.714	85.017	424.107	1.923.926	2.433.050	175.066	1.279.865	978.119	2.433.050
<b>Coligada</b>																
- Energética Águas da Pedra S.A.	111.396	28.372	656.075	795.843	95.088	225.882	474.873	795.843	71.864	28.786	691.421	792.071	73.782	263.118	455.171	792.071
<b>Total</b>	<b>3.611.850</b>	<b>10.713.225</b>	<b>66.090.956</b>	<b>80.416.031</b>	<b>6.025.834</b>	<b>43.484.813</b>	<b>30.905.384</b>	<b>80.416.030</b>	<b>3.952.959</b>	<b>13.201.548</b>	<b>67.624.781</b>	<b>84.779.288</b>	<b>5.799.710</b>	<b>47.742.109</b>	<b>31.237.469</b>	<b>84.779.288</b>

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 30/11/2019, exceto, Energia Sustentável do Brasil S.A., Norte Energia S.A., Interligação Elétrica do Madeira S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Companhia Energética SINOP S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2019.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2019								2018							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
<b>Controladas</b>																
- Complexo Eólico Pindaí I	2.405	(11.108)	(8.703)	(6.560)	(15.263)	-	-	(15.263)	-	(6.035)	(6.035)	(6.998)	(13.033)	-	-	(13.033)
- Complexo Eólico Pindaí II	4.208	(5.939)	(1.731)	322	(1.409)	-	-	(1.409)	7	(1.984)	(1.977)	(61)	(2.038)	-	-	(2.038)
- Complexo Eólico Pindaí III	2.985	(4.649)	(1.664)	155	(1.509)	-	-	(1.509)	3.579	(14.145)	(10.566)	(209)	(10.775)	-	-	(10.775)
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	28.323	12.010	40.333	(7.953)	32.380	(3.423)	811	29.768	52.328	(7.074)	45.254	(15.299)	29.955	(7.726)	1.267	23.496
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	56.966	(65.440)	(8.474)	(4.989)	(13.463)	(8.342)	-	(21.806)	33.275	(15.654)	17.621	(5.432)	12.189	(3.090)	150	9.249
<b>Controladas em conjunto</b>																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	106.975	50.618	157.593	(6.876)	150.717	(39.278)	18.715	130.154	157.576	(26.142)	131.434	(10.489)	120.945	(53.734)	20.674	87.885
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	2.568.049	(1.750.297)	817.752	(969.429)	(151.677)	55.929	-	(95.748)	2.449.638	(3.203.122)	(753.484)	(1.040.312)	(1.793.796)	621.542	-	(1.172.254)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	613.672	(82.867)	530.805	(148.807)	381.998	(110.411)	-	271.588	637.388	(142.379)	495.009	(172.267)	322.742	(18.705)	-	304.037
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	131.265	(15.662)	115.603	(42.652)	72.951	(23.604)	-	49.347
- Manaus Construtora Ltda.	-	(198)	(198)	1.437	1.239	(257)	-	982	-	(12)	(12)	(167)	(179)	(9)	-	(188)
- Norte Energia S.A.	4.506.807	(2.561.682)	1.945.125	(1.792.091)	153.034	189.387	-	342.421	4.241.678	(1.694.080)	2.547.598	(1.034.277)	1.513.321	(228.373)	-	1.284.948
- Complexo Eólico Sento Sé I	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.775)	(9.093)	(13.868)	(3.407)	(17.275)	(62)	-	(17.337)
- Complexo Eólico Sento Sé II	-	-	-	-	-	-	-	-	31.924	(24.771)	7.153	(15.929)	(8.776)	(1.241)	-	(10.017)
- Complexo Eólico Sento Sé III	-	-	-	-	-	-	-	-	20.449	(13.777)	6.672	(10.340)	(3.668)	(1.034)	-	(4.702)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	93.126	(18.542)	74.584	(6.525)	68.059	2.984	3.415	74.458	121.036	(16.044)	104.992	(16.280)	88.712	(16.004)	3.271	75.979
- Vamorzul Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	32.479	(25.006)	7.473	(15.080)	(7.607)	(1.965)	-	(9.572)
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	71.755	(46.638)	25.117	(54.791)	(29.674)	(2.204)	-	(31.878)
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7.217	(7.545)	(328)	(21.530)	(21.858)	(501)	-	(22.359)
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	26.561	(11.983)	14.578	(13.073)	1.505	(1.015)	-	490
- Companhia Energética SINOP S.A.	241.589	(395.056)	(153.467)	(24.052)	(177.519)	59.308	-	(118.211)	145.746	(555.427)	(409.681)	5.268	(404.413)	137.517	-	(266.896)
<b>Coligada</b>																
- Energética Águas da Pedra S.A.	277.371	(115.394)	161.977	(20.599)	141.378	(22.461)	-	118.917	256.540	(110.903)	145.637	(23.181)	122.456	(19.568)	-	102.888
<b>Total</b>	<b>8.502.476</b>	<b>(4.948.543)</b>	<b>3.553.933</b>	<b>(2.985.967)</b>	<b>567.965</b>	<b>123.437</b>	<b>22.941</b>	<b>714.343</b>	<b>8.382.391</b>	<b>(5.931.822)</b>	<b>2.450.569</b>	<b>(2.491.074)</b>	<b>(40.505)</b>	<b>383.314</b>	<b>25.212</b>	<b>368.021</b>

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 30/11/2019, exceto, Energia Sustentável do Brasil S.A., Norte Energia S.A., Interligação Elétrica do Madeira S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Companhia Energética SINOP S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2019.

**22 – IMOBILIZADO**

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

**22.1 - Imobilizado segregado por atividade**

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2019 (%)	31/12/2019	31/12/2018
<b>IFRS 16 - CPC 06</b>			
Em serviço		2.122	-
Depreciação acumulada		(97)	-
<b>Total</b>		<b>2.025</b>	<b>-</b>
<b>Geração</b>			
Imobilizações em serviço	2,36%	2.128.090	2.130.031
Depreciação acumulada		(1.353.672)	(1.297.154)
Imobilizações em curso		412.672	399.707
Impairment		(586.417)	(661.394)
<b>Total da Geração</b>		<b>600.673</b>	<b>571.190</b>
<b>Administração</b>			
Imobilizações em serviço	6,09%	1.240.497	1.254.172
Depreciação acumulada		(865.547)	(818.652)
Imobilizações em curso		237.827	185.824
<b>Total da Administração</b>		<b>612.777</b>	<b>621.344</b>
<b>Total</b>		<b>1.215.475</b>	<b>1.192.534</b>

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2019 (%)	31/12/2019	31/12/2018
<b>IFRS 16 - CPC 06</b>			
Em serviço		2.122	-
Depreciação acumulada		(97)	-
Em curso		-	-
<b>Total</b>		<b>2.025</b>	<b>-</b>
<b>Geração</b>			
Imobilizações em serviço	2,36%	2.128.090	2.130.031
Depreciação acumulada		(1.353.672)	(1.297.154)
Imobilizações em curso		1.141.432	1.046.826
Impairment		(586.417)	(661.394)
<b>Total da Geração</b>		<b>1.329.433</b>	<b>1.218.309</b>
<b>Administração</b>			
Imobilizações em serviço	6,09%	1.241.274	1.254.770
Depreciação acumulada		(865.850)	(818.861)
Imobilizações em curso		237.827	185.824
<b>Total da Administração</b>		<b>613.251</b>	<b>621.733</b>
<b>Total</b>		<b>1.944.709</b>	<b>1.840.042</b>

**22.2 - Movimentação do Imobilizado**

	Controladora								
	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	Incorporação SPE	31/12/2019
<b>IFRS 16 - CPC 06</b>									
Em serviço	-	2.122	-	-	-	-	-	-	2.122
Depreciação	-	-	-	-	(97)	-	-	-	(97)
<b>Total IFRS 16</b>	-	<b>2.122</b>	-	-	<b>(97)</b>	-	-	-	<b>2.025</b>
<b>Geração</b>									
Em serviço	2.130.031	-	-	(1.941)	-	-	-	-	2.128.090
Terrenos	507.347	-	-	(1.941)	-	-	-	-	505.406
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.591	-	-	-	-	-	-	-	970.591
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.297.154)	-	-	498	(57.016)	-	-	-	(1.353.672)
Em curso	399.707	-	37.166	-	-	-	(24.271)	70	412.672
Impairment	(661.394)	-	-	-	-	74.977	-	-	(586.417)
<b>Total Geração</b>	<b>571.190</b>	-	<b>37.166</b>	<b>(1.443)</b>	<b>(57.016)</b>	<b>74.977</b>	<b>(24.271)</b>	<b>70</b>	<b>600.673</b>
<b>Administração</b>									
Em serviço	1.254.172	-	-	(1.356)	-	-	(12.319)	-	1.240.497
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	(12.319)	-	(8.026)
Terrenos	165.884	-	-	-	-	-	-	-	165.884
Edificações	260.748	-	-	-	-	-	-	-	260.748
Máquinas e equipamentos	710.029	-	-	(166)	-	-	-	-	709.863
Veículos	83.390	-	-	(961)	-	-	-	-	82.429
Móveis e utensílios	29.828	-	-	(229)	-	-	-	-	29.599
Depreciação	(818.652)	-	-	1.285	(48.180)	-	-	-	(865.547)
Em curso	185.824	-	57.484	-	-	-	(5.481)	-	237.827
<b>Total Administração</b>	<b>621.344</b>	-	<b>57.484</b>	<b>(71)</b>	<b>(48.180)</b>	-	<b>(17.800)</b>	-	<b>612.777</b>
<b>Total</b>	<b>1.192.534</b>	<b>2.122</b>	<b>94.650</b>	<b>(1.514)</b>	<b>(105.293)</b>	<b>74.977</b>	<b>(42.071)</b>	<b>70</b>	<b>1.215.475</b>

\* A transferência entre contas se refere a reclassificações de investimento para o ativo intangível.

	Consolidado								
	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	Ajustes de consolidação	31/12/2019
<b>IFRS 16 - CPC 06</b>									
Em serviço	-	2.122	-	-	-	-	-	-	2.122
Depreciação	-	-	-	-	(97)	-	-	-	(97)
<b>Total IFRS 16</b>	<b>-</b>	<b>2.122</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(97)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.025</b>
<b>Geração</b>									
Em serviço	2.130.031	-	-	(1.941)	-	-	-	-	2.128.090
Terrenos	507.346	-	-	(1.941)	-	-	-	-	505.405
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.592	-	-	-	-	-	-	-	970.592
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.297.154)	-	-	498	(57.016)	-	-	-	(1.353.672)
Em curso	1.046.784	-	119.999	(1.192)	-	-	(24.271)	-	1.141.320
Impairment	(661.394)	-	-	-	-	74.977	-	-	(586.417)
<b>Total Geração</b>	<b>1.218.267</b>	<b>-</b>	<b>119.999</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(57.016)</b>	<b>74.977</b>	<b>(24.271)</b>	<b>-</b>	<b>1.329.321</b>
<b>Administração</b>									
Em serviço	1.254.758	-	128	(1.356)	-	-	(12.319)	239	1.241.450
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	(12.319)	-	(8.026)
Terrenos	165.885	-	-	-	-	-	-	-	165.885
Edificações	260.797	-	-	-	-	-	-	-	260.797
Máquinas e equipamentos	710.076	-	7	(166)	-	-	-	78	709.995
Veículos	83.390	-	-	(961)	-	-	-	-	82.429
Móveis e utensílios	30.317	-	121	(229)	-	-	-	161	30.370
Depreciação	(818.860)	-	-	1.285	(48.253)	-	-	(139)	(865.967)
Em curso	185.877	-	57.484	-	-	-	(5.481)	-	237.880
<b>Total Administração</b>	<b>621.775</b>	<b>-</b>	<b>57.612</b>	<b>(71)</b>	<b>(48.253)</b>	<b>-</b>	<b>(17.800)</b>	<b>100</b>	<b>613.363</b>
<b>Total</b>	<b>1.840.042</b>	<b>2.122</b>	<b>177.611</b>	<b>(2.706)</b>	<b>(105.366)</b>	<b>74.977</b>	<b>(42.071)</b>	<b>100</b>	<b>1.944.709</b>

	Controladora							
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	31/12/2018
<b><u>Geração</u></b>								
Em serviço	1.800.556	-	-	-	329.475	-	-	2.130.031
Terrenos	177.889	-	-	-	329.458	-	-	507.347
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.574	-	-	-	17	-	-	970.591
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.263.478)	-	-	(33.676)	-	-	-	(1.297.154)
Em curso	688.788	40.394	-	-	(329.475)	-	-	399.707
Impairment	(800.371)	-	-	-	-	138.977	-	(661.394)
<b>Total Geração</b>	<b>425.495</b>	<b>40.394</b>	<b>-</b>	<b>(33.676)</b>	<b>-</b>	<b>138.977</b>	<b>-</b>	<b>571.190</b>
<b><u>Administração</u></b>								
Em serviço	1.103.788	-	(11.202)	-	161.586	-	-	1.254.172
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.760	-	(132)	-	147.256	-	-	165.884
Edificações	267.863	-	(7.115)	-	-	-	-	260.748
Máquinas e equipamentos	707.297	-	(933)	-	3.665	-	-	710.029
Veículos	75.801	-	(2.987)	-	10.576	-	-	83.390
Móveis e utensílios	29.774	-	(35)	-	89	-	-	29.828
Depreciação	(776.341)	-	10.574	(52.905)	-	-	20	(818.652)
Em curso	378.018	2.584	(8)	-	(161.586)	-	(33.184)	185.824
<b>Total Administração</b>	<b>705.465</b>	<b>2.584</b>	<b>(636)</b>	<b>(52.905)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.164)</b>	<b>621.344</b>
<b>Total</b>	<b>1.130.960</b>	<b>42.978</b>	<b>(636)</b>	<b>(86.581)</b>	<b>-</b>	<b>138.977</b>	<b>(33.164)</b>	<b>1.192.534</b>



	Consolidado							
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	31/12/2018
<b>Geração</b>								
Em serviço	1.800.556	-	-	-	329.475	-	-	2.130.031
Terrenos	177.888	-	-	-	329.458	-	-	507.346
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.575	-	-	-	17	-	-	970.592
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.263.478)	-	-	(33.676)	-	-	-	(1.297.154)
Em curso	1.268.960	124.365	(17.066)	-	(329.475)	-	-	1.046.784
Impairment	(800.371)	-	-	-	-	138.977	-	(661.394)
<b>Total Geração</b>	<b>1.005.667</b>	<b>124.365</b>	<b>(17.066)</b>	<b>(33.676)</b>	<b>-</b>	<b>138.977</b>		<b>1.218.267</b>
<b>Administração</b>								
Em serviço	1.104.357	17	(11.202)	-	161.586	-	-	1.254.758
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	-	4.293
Terrenos	18.761	-	(132)	-	147.256	-	-	165.885
Edificações	267.912	-	(7.115)	-	-	-	-	260.797
Máquinas e equipamentos	707.327	17	(933)	-	3.665	-	-	710.076
Veículos	75.801	-	(2.987)	-	10.576	-	-	83.390
Móveis e utensílios	30.263	-	(35)	-	89	-	-	30.317
Depreciação	(776.500)	-	10.573	(52.953)	-	-	20	(818.860)
Em curso	378.018	2.637	(8)	-	(161.586)	-	(33.184)	185.877
<b>Total Administração</b>	<b>705.875</b>	<b>2.654</b>	<b>(637)</b>	<b>(52.953)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.164)</b>	<b>621.775</b>
<b>Total</b>	<b>1.711.542</b>	<b>127.019</b>	<b>(17.703)</b>	<b>(86.629)</b>	<b>-</b>	<b>138.977</b>	<b>(33.164)</b>	<b>1.840.042</b>

### 22.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 02/06/2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Geração</b>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<b>Administração central</b>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

## 22.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 2019 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de *impairment*, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 4,40% (5,00% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 74.977 (R\$ 138.977, em 2018), conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2019	Impairment em 2018
<b>Geração</b>					
Casa Nova II	2036	155.406	4,40%	(30.569)	(41.503)
Casa Nova III	2036	138.900	4,40%	(21.177)	(63.735)
UTE Camaçari	2027	263.956	4,40%	(23.231)	(33.739)
<b>Total</b>		<b>558.262</b>		<b>(74.977)</b>	<b>(138.977)</b>

**23- INTANGÍVEL**
**23.1 - Intangível segregado por natureza e atividade**

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Administração	20,00%	125.408	(104.468)	20.940	16.733
		<b>125.408</b>	<b>(104.468)</b>	<b>20.940</b>	<b>16.733</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		21.452	-	21.452	-
Administração		80.799	-	80.799	59.882
		<b>102.251</b>	<b>-</b>	<b>102.251</b>	<b>59.882</b>
<b>Total</b>		<b>227.659</b>	<b>(104.468)</b>	<b>123.191</b>	<b>76.615</b>

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Administração	20,00%	125.477	(104.472)	21.005	16.799
		<b>125.477</b>	<b>(104.472)</b>	<b>21.005</b>	<b>16.799</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		40.702	-	40.702	19.250
Administração		80.799	-	80.799	59.882
		<b>121.501</b>	<b>-</b>	<b>121.501</b>	<b>79.132</b>
<b>Total</b>		<b>246.978</b>	<b>(104.472)</b>	<b>142.506</b>	<b>95.931</b>

**23.2 - Movimentação do Intangível**

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2019
<b>Geração</b>						
Em serviço		-	-	-	21.452	21.452
<b>Total geração</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.452</b>	<b>21.452</b>
<b>Administração</b>						
Em serviço	20,0%					
Software		113.088	-	-	12.320	125.408
Amortização		(96.355)	-	(8.113)	-	(104.468)
Em curso		59.882	15.437	-	5.480	80.799
<b>Total administração</b>		<b>76.615</b>	<b>15.437</b>	<b>(8.113)</b>	<b>17.800</b>	<b>101.739</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>76.615</b>	<b>15.437</b>	<b>(8.113)</b>	<b>39.252</b>	<b>123.191</b>

\* Parte dos valores das transferência entre contas se refere a investimentos do ativo imobilizado.

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2019
<b>Geração</b>						
Em serviço		-	-	-	21.452	21.452
<b>Total geração</b>		-	-	-	<b>21.452</b>	<b>21.452</b>
<b>Administração</b>						
Em serviço	20,0%					
Software		113.155	-	-	12.320	125.475
Amortização		(96.356)	-	(8.114)	-	(104.470)
Em curso		79.132	15.437	-	5.480	100.049
<b>Total administração</b>		<b>95.931</b>	<b>15.437</b>	<b>(8.114)</b>	<b>17.800</b>	<b>121.054</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>95.931</b>	<b>15.437</b>	<b>(8.114)</b>	<b>39.252</b>	<b>142.506</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora					
		31/12/2017	Adições	Amortização	Transferência para serviço	Transferência entre contas	31/12/2018
<b>Não vinculadas a concessão</b>							
Em serviço	20,0%						
Software		111.722	-	-	1.366	-	113.088
Amortização		(86.846)	-	(9.509)	-	-	(96.355)
Em curso		13.696	14.430	-	(1.366)	33.122	59.882
<b>Total Intangível</b>		<b>38.572</b>	<b>14.430</b>	<b>(9.509)</b>	<b>-</b>	<b>33.122</b>	<b>76.615</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado					
		31/12/2017	Adições	Amortização	Transferência para serviço	Transferência entre contas	31/12/2018
<b>Não vinculadas a concessão</b>							
Em serviço	20,0%						
Software		111.789	-	-	1.366	-	113.155
Amortização		(86.847)	-	(9.509)	-	-	(96.356)
Em curso		32.946	14.430	-	(1.366)	33.122	79.132
<b>Total Intangível</b>		<b>57.888</b>	<b>14.430</b>	<b>(9.509)</b>	<b>-</b>	<b>33.122</b>	<b>95.931</b>

## 24 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica comprada	-	29.070	-	29.070
Materiais e serviços	353.096	156.623	10.564	166.791
Encargos de uso da rede elétrica:	60.113	53.613	413.209	53.613
Eletronorte	4.645	5.271	-	5.271
Eletrosul	3.205	3.420	-	3.420
Furnas	8.407	8.861	-	8.861
CTEEP	-	4.175	-	4.175
Outros	43.856	31.886	413.209	31.886
<b>Total</b>	<b>413.209</b>	<b>239.306</b>	<b>423.773</b>	<b>249.474</b>

## 25 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

### 25.1 – Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
Tributos a recolher	845.751	701.173	848.224	704.224
	<b>845.751</b>	<b>701.173</b>	<b>848.224</b>	<b>704.224</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Tributos a recolher	-	-	34.653	20.368
Passivos fiscais diferidos	1.579.667	3.144.547	1.662.708	3.165.745
	<b>1.579.667</b>	<b>3.144.547</b>	<b>1.697.361</b>	<b>3.186.113</b>
<b>Total</b>	<b>2.425.418</b>	<b>3.845.720</b>	<b>2.545.585</b>	<b>3.890.337</b>

## 25.2 – Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ - retenção	445.987	422.647	445.976	422.675
CSLL - retenção	270.051	164.636	270.162	165.263
Cofins	24.375	42.369	25.653	43.858
ICMS	18.894	31.779	18.958	31.809
INSS	26.834	20.403	27.108	20.634
PIS/Pasep	4.916	9.194	5.182	9.539
IRRF	17.763	7.783	18.024	7.837
FGTS	29.504	-	29.536	33
Outros	7.427	2.362	7.625	2.576
	<b>845.751</b>	<b>701.173</b>	<b>848.224</b>	<b>704.224</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
IRPJ	-	-	-	601
CSLL	-	-	-	216
Cofins	-	-	28.467	16.170
PIS/Pasep	-	-	6.186	3.381
	-	-	<b>34.653</b>	<b>20.368</b>
<b>Total</b>	<b>845.751</b>	<b>701.173</b>	<b>882.877</b>	<b>724.592</b>

## 25.3 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 1.579.667 (R\$ 3.144.547, em 2018), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Diferenças temporárias</u></b>				
Reconhecimento do laudo (Port. MME nº 120/2016)	8.063.708	9.101.997	8.063.708	9.110.665
Ajustes decorrentes da ICPC 01	58.921	-	58.921	-
Diferenças temporárias	2.235.843	146.670	2.780.374	200.350
	<b>10.358.472</b>	<b>9.248.667</b>	<b>10.903.003</b>	<b>9.311.015</b>
<b><u>Débitos Fiscais</u></b>				
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	647.660	2.312.167	701.992	2.321.944
Contribuição social sobre diferenças temporárias	932.007	832.380	960.716	843.801
<b>Não Circulante</b>	<b>1.579.667</b>	<b>3.144.547</b>	<b>1.662.708</b>	<b>3.165.745</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 6,25% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias do ICPC 01(R1) (IFRIC 12); ressarcimento dos investimentos na RBSE - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), será realizado pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) e pelo recebimento via RAP.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

2020/2022	1.072.587
2023/2025	507.080
<b>Total</b>	<b>1.579.667</b>

## 26– FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

### 26.1 - Composição:

	Controladora									
	31/12/2019					31/12/2018				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Partes relacionadas</b>										
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	228.656	228.656	42.438	271.094
<b>Instituições financeiras</b>										
Banco do Brasil	5	17.242	17.247	-	17.247	43	103.449	103.492	17.241	120.733
Banco do Nordeste	3.137	27.872	31.009	224.547	255.556	2.450	45.473	47.923	156.880	204.803
Caixa Econômica Federal	368	50.000	50.368	37.500	87.868	1.170	100.000	101.170	87.500	188.670
BNDES	1.267	67.279	68.546	375.064	443.610	1.380	66.866	68.246	438.421	506.667
SAFRA	23.517	21.413	44.930	178.587	223.517	6.234	-	6.234	200.000	206.234
<b>Total</b>	<b>28.294</b>	<b>183.806</b>	<b>212.100</b>	<b>815.698</b>	<b>1.027.798</b>	<b>11.277</b>	<b>544.444</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>	<b>1.498.201</b>

	Consolidado									
	31/12/2019					31/12/2018				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Partes relacionadas</b>										
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	228.656	228.656	42.438	271.094
<b>Instituições financeiras</b>										
Banco do Brasil	5	17.242	17.247	-	17.247	43	103.449	103.492	17.241	120.733
Banco do Nordeste	3.137	34.052	37.189	373.388	410.577	2.450	45.473	47.923	156.880	204.803
Caixa Econômica Federal	368	50.000	50.368	37.500	87.868	1.170	100.000	101.170	87.500	188.670
BNDES	1.267	67.279	68.546	375.064	443.610	1.380	66.866	68.246	438.421	506.667
SAFRA	23.517	21.413	44.930	178.587	223.517	6.234	-	6.234	200.000	206.234
<b>Total</b>	<b>28.294</b>	<b>189.986</b>	<b>218.280</b>	<b>964.539</b>	<b>1.182.819</b>	<b>11.277</b>	<b>544.444</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>	<b>1.498.201</b>

- **Eletrobras**

No exercício, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 271.374, destes, R\$ 82.531 mediante pagamentos, R\$ 190.472 através de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, para a Eletrobras, considerando a uma atualização negativa de R\$ 1.629, no período. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira (nota 21.5).

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 17.247 (R\$ 120.733, em 2018) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (135% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras (vide nota 11.3).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- Não honrar o pagamento pontual quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispusermos de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil S.A. promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações;

- b) Sofrermos protesto cambiário cuja somatória seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), requerermos recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tivermos falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades;
- c) Sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- d) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários prestarmos ao Banco do Brasil S.A. informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- e) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixarmos de prestar informações que, se do conhecimento do Banco do Brasil S.A. poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- f) Tornar-nos inadimplentes em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao Banco do Brasil S.A.;
- g) Excedermos o limite de crédito concedido;
- h) Trocarmos o controle do nosso capital, sem a prévia e expressa anuência do Banco do Brasil S.A.;
- i) Manutenção do índice financeiro obtido da divisão da dívida financeira bruta pelo patrimônio líquido não superior a 0,50 a dívida financeira bruta corresponde às dívidas contraídas junto a bancos, entidades multilaterais ou empresas coligadas e/ou emissões no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

Em novembro de 2019 ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 73.200, do financiamento de R\$ 155.000 contratado junto ao Banco do Nordeste em 2018 voltado para reforços e melhorias de transmissão com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Do valor contratado, R\$ 115.799 (desembolsados R\$ 55.083) são vinculados aos empreendimentos situados em municípios classificados como prioritários pelo Banco e R\$ 40.019 (desembolsados R\$ 18.117) para empreendimentos situados em outros municípios. As taxas destes montantes também são classificadas conforme a localização dos municípios sendo, respectivamente, 2,7382% a.a. (municípios prioritários) e 3,3467% a.a., ambas com bônus de adimplência de 15% e multiplicadas pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) conforme metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.622, de 02 de janeiro de 2018. Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 15 de dezembro de 2020 e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 73.481.

Em maio deste exercício também ocorreu o segundo desembolso, no valor de R\$ 22.340, de financiamento voltado Usinas Eólicas Casa Nova II e III contratado em julho de 2017 junto ao Banco do Nordeste com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O valor total contratado foi de R\$ 158.420 e o total desembolsado foi de R\$ 157.132, no qual incidem juros devidos à taxa efetiva de 10,14% a.a. (com bônus de adimplência de 15%). Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 25 de agosto de 2020 e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 159.982 (R\$ 137.237 em 2018).

O saldo dos demais contratos junto ao Banco do Nordeste, é de R\$ 22.093 (R\$ 67.566, em 2018), sendo o montante de R\$ 21.615 (R\$ 64.834, em 2018), contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e o montante de R\$ 477 (R\$ 2.732, em 2018) contratado com juros de 4,5% a.a..

Estes empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 12.3).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;



- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o setor público indireto;
- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;
- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 87.868 (R\$ 188.670, em 2018), com juros de 140% da taxa média diária do CDI, e será amortizado em 60 (sessenta) meses, sendo: (a) Carência: de 12 (doze) meses, com pagamento mensal dos juros; e (b) Amortização: 48 (quarenta e oito) meses, com pagamento mensal de parcela de juros e amortização.

Os empréstimos junto a Caixa Econômica Federal foram destinados à constituição de capital de giro. Estão garantidos por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

O saldo de principal e encargos é de R\$ 443.610 (R\$ 506.667, em 2018). Deste saldo, R\$ 302.349 (R\$ 333.126, em 2018) referem-se a créditos oriundos do FINEM no qual incidem juros de 3,28% a.a. acima da TJLP, pagos mensalmente para os subcréditos A e B do contrato 1148.1 e subcrédito A do contrato 1149.1. A outra parte do saldo no montante de R\$ 138.258 (R\$ 173.541, em 2018) refere-se à créditos da linha FINAME aonde incidem juros de 3,5% a.a., pagos mensalmente para o subcrédito C do contrato 1148.1 e subcrédito B do contrato 1149.1. Por fim, para o saldo de R\$ 3.003 referente ao subcrédito social, cujo primeiro desembolso ocorreu em 2019, incide juros atrelados apenas à TJLP a.a., pagos mensalmente para o subcrédito D do contrato 1148.1 e subcrédito C do contrato 1149.1. Os Contratos foram firmados em 2013, com liberações de recursos a partir de 2015, após a redefinição das garantias a serem prestadas pela Chesf em favor do banco.

Os financiamentos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a e cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de

Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

O aporte mais recente ocorreu em 26/12/2019, quando a Chesf recebeu R\$ 3.000 referentes à linha de crédito social. O recurso tem sido utilizado na implementação do Projeto Lagos do São Francisco, por meio de um Convênio celebrado com a EMBRAPA Semiárido, a qual desempenha o papel de executora do referido programa.

Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco Safra**

Saldo de R\$ 223.517 (R\$ 206.234, em 2018) referente à Cédula de Crédito Bancário – CCB contratada junto ao Banco Safra S.A., com juros de CDI + 2,49% ao ano.

Empréstimo contratado em agosto de 2018 no montante de R\$ 200.000, com juros de CDI + 2,49% ao ano, prazo de 72 (setenta e dois) meses, sendo 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal e dos juros, destinado ao financiamento do capital de giro da Companhia, garantido pela cessão fiduciária de recebíveis de Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVEs.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro.
- b) Se não realizarem, na respectiva data de vencimento, qualquer pagamento de sua responsabilidade, decorrente da presente Cédula.
- c) Se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida(s), deferida(s) ou decretada(s).
- d) Se qualquer autorização governamental necessária ao cumprimento de qualquer obrigação decorrente desta Cédula for suspensa ou revogada.

- e) Se, sem o exposto consentimento do SAFRA sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou qualquer outro tipo de reorganização ou transformação societária.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

## 26.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPCA	73.481	183.146	73.481	183.146
CDI	328.632	603.585	328.632	603.585
TJLP	305.352	333.126	305.352	333.126
Sem indexador	320.333	378.344	320.333	378.344
Outros	-	-	155.021	-
<b>Total</b>	<b>1.027.798</b>	<b>1.498.201</b>	<b>1.182.819</b>	<b>1.498.201</b>
Principal	999.504	1.486.924	1.154.525	1.486.924
Encargos	28.294	11.277	28.294	11.277
<b>Total</b>	<b>1.027.798</b>	<b>1.498.201</b>	<b>1.182.819</b>	<b>1.498.201</b>

## 26.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 815.698 (R\$ 942.480, em 2018), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	224.806	-	224.806
2021	186.720	173.980	187.422	173.980
2022	141.717	128.543	147.899	128.543
2023	133.538	119.914	275.495	119.914
2024	84.784	70.688	84.784	70.688
Após 2024	268.939	224.549	268.939	224.549
<b>Total Não Circulante</b>	<b>815.698</b>	<b>942.480</b>	<b>964.539</b>	<b>942.480</b>

## 26.4- Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>15.349</b>	<b>1.075.526</b>	<b>1.090.875</b>	<b>1.000.346</b>
Ingressos	-	-	-	489.792
Provisão de Encargos	192.072	-	<b>192.072</b>	-
Variação monetária	(541)	2.284	<b>1.743</b>	8.460
Transferências	-	556.118	<b>556.118</b>	(556.118)
Amortizações/pagamentos	(195.603)	(1.089.484)	<b>(1.285.087)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>11.277</b>	<b>544.444</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>
Ingressos	-	-	-	98.540
Provisão de Encargos	88.951	-	<b>88.951</b>	-
Variação monetária	-	(2.218)	<b>(2.218)</b>	1.281
Transferências	-	226.603	<b>226.603</b>	(226.603)
Amortizações/pagamentos	(71.934)	(585.023)	<b>(656.957)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>28.294</b>	<b>183.806</b>	<b>212.100</b>	<b>815.698</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>			<b>Não Circulante Principal</b>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>15.349</b>	<b>1.075.526</b>	<b>1.090.875</b>	<b>1.000.346</b>
Ingressos	-	-	-	489.792
Provisão de Encargos	192.072	-	<b>192.072</b>	-
Variação monetária	(541)	2.284	<b>1.743</b>	8.460
Transferências	-	556.118	<b>556.118</b>	(556.118)
Amortizações/pagamentos	(195.603)	(1.089.484)	<b>(1.285.087)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>11.277</b>	<b>544.444</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>
Ingressos	-	3.711	<b>3.711</b>	253.234
Provisão de Encargos	103.137	-	<b>103.137</b>	-
Variação monetária	-	(2.218)	<b>(2.218)</b>	1.281
Transferências	(7.093)	232.456	<b>225.363</b>	(232.456)
Amortizações/pagamentos	(79.027)	(588.407)	<b>(667.434)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>28.294</b>	<b>189.986</b>	<b>218.280</b>	<b>964.539</b>

## 26.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2019 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2020	2021	Após 2021	
TDG	BNB (FNE)	SPE	100,0%	29.764	23.793	23.002	21.826	20.650	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	100,0%	58.346	51.475	50.016	48.310	45.969	30/10/2032
UHE Sinop	Debêntures	SPE	24,5%	57.820	63.781	65.899	67.694	68.363	15/06/2032
<b>Total</b>				<b>145.930</b>	<b>139.049</b>	<b>138.917</b>	<b>137.830</b>	<b>134.982</b>	

(\*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

## 27 – DEBÊNTURES

Controladora					
	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018
			Circulante	Não Circulante	Circulante
			Debêntures	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029

A controlada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., emitiu 168.000 debêntures, simples, Série Única, no valor unitário de R\$ 1.000,00, tendo sido totalmente integralizadas, com vencimento em 15/01/2029. Os recursos líquidos captados deverão ser aplicados nos projetos da controlada, objetos da Portaria nº 144 de 29/04/2016, e Portaria nº 18, de 02/02/2017, ambas do Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27/01/2011.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado são:

- Não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do respectivo vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, ou o requerimento de falência relativo à Emissora formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal;
- Extinção da concessão para executar os Projetos objeto do Contrato de Concessão bem como perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a operação e manutenção de instalações de transmissão localizadas nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, objeto do Contrato de Concessão;
- Transformação da Emissora em outro tipo societário;
- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo;
- Redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo: (a) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) maioria das Debêntures em Circulação, no caso do item “b” somente enquanto Índice de Capital Próprio, definido pela relação “Patrimônio Líquido”/“Ativo Total” da Emissora for igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), independentemente da realização de depósitos na Conta Complementação do ICSD (conforme definido abaixo) em cada um dos exercícios. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas referentes ao ano civil anterior.

Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes ao processo de emissão das debêntures foram outorgados em 31/03/2017 Contratos de Garantia:

- Contrato de Cessão Fiduciária, onde a Companhia oferece todos os direitos creditórios presentes e futuros, em decorrência do seu Contrato de Concessão nº 008/2011.
- Contrato de Alienação Fiduciária, onde a Companhia oferece todas as ações representativas do seu capital social de titularidade das Acionistas, já subscritas e as que venham a ser subscritas em data posterior a assinatura deste contrato.

As debêntures serão amortizadas em doze anos com parcelas semestrais, sendo a primeira em setembro de 2017 e a última em janeiro de 2029, o saldo devedor é atualizado pela variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor – IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com Spread de 7,0291% ao ano, devidos desde a data da integralização até a data do efetivo pagamento.

## 27.1 – Vencimento das parcelas do passivo não circulante:

Controladora e Consolidado			
Ano	Principal	Custos de transação	Total
2021	17.140	(531)	16.609
2022	20.055	(690)	19.365
2023	23.697	(903)	22.794
2024	22.932	(956)	21.976
Após 2024	64.125	(5.470)	58.655
<b>Total</b>	<b>147.949</b>	<b>(8.550)</b>	<b>139.399</b>

## 27.2 – Mutação das debêntures:

	Controladora e Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>152.133</b>
Provisão de Juros e Variação Monetária	16.649
Pagamento de juros	(10.934)
Amortização de principal	(8.124)
Custos de transação apropriado	598
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>150.322</b>

## 28 – OUTRAS PROVISÕES OPERACIONAIS

Refere-se à participação nos lucros e resultados (PLR) calculada conforme as métricas de termos de pactuação firmado entre as empresas do Sistema Eletrobras e as entidades sindicais

## 29 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contribuições sociais	32.684	34.884	32.952	35.098
Férias	51.318	84.343	90.288	84.819
Gratificação de férias	38.502	-	-	-
Outros	-	8.538	259	8.656
<b>Total</b>	<b>122.504</b>	<b>127.765</b>	<b>123.499</b>	<b>128.573</b>

## 30 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Controladora e Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Plano de Incentivo ao Desligamento	-	33.040
Provisão plano de saúde	105.700	67.632
	<b>105.700</b>	<b>100.672</b>
<b>Não Circulante</b>		
Provisão plano de saúde	113.048	35.305
	<b>113.048</b>	<b>35.305</b>
<b>TOTAL</b>	<b>218.748</b>	<b>135.977</b>

### 30.1 - Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV – Plano de Saúde

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderiram ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

### 30.2 - Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE

Em 22/05/2017, a Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE”, destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- com idade igual ou superior a 55 anos, com pelo menos 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia, já aposentados pelo INSS ou em condições de obter a aposentadoria pelo INSS no mês do desligamento;
- reintegrados e anistiados por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia (Lei nº 8.878/1994), para os quais não há a exigência de tempo mínimo de vínculo empregatício efetivo na Companhia, nem de estarem aposentados ou em condições de obterem a aposentadoria pelo INSS;
- com idade inferior a 55 anos, com mais de 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia e já aposentados pelo INSS, ou integrantes de categorias que têm aposentadoria especial.

Em 2017, houve a adesão de 470 empregados ao PAE, com desligamento de 464 empregados.

#### Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PAE, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

### 30.3 - Plano de Demissão Consensual – PDC

Em 26/03/2018, a Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Demissão Consensual – PDC”, destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- ter, no mínimo, 10 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia na data do seu desligamento, considerando o limite de 03/12/2018;
- reintegrados e anistiados por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia (Lei nº 8.878/1994), para os quais não há a exigência de tempo mínimo de vínculo empregatício efetivo na Companhia;

Na primeira fase do Plano se inscreveram 291 empregados e na segunda fase, mais 52, totalizando 343 inscritos, com desligamento de 321 empregados em 2018. As despesas com o PDC incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

#### Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PDC, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Demissão Consensual – PDC, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.



### 30.4 - Plano de Demissão Consensual 2019 – PDC

No exercício foram abertas as inscrições para o “Plano de Demissão Consensual 2019 (“PDC”), destinado ao desligamento voluntário de empregados elegíveis, de acordo com as seguintes regras:

- ter, no mínimo, 03 anos de vínculo empregatício com a empresa na data do seu desligamento; ou
- ter sido reintegrado ou readmitido na condição de anistiado (Lei nº 8.878/1994) após reconhecimento pela Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia ou por decisão judicial, transitada em julgado, baseada no reconhecimento da referida condição. (Neste caso não há exigência de tempo mínimo de empresa).

Houve a adesão de 646 empregados ao PDC com desligamentos de 626 até dezembro. As despesas com o PDC incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de seu desligamento.

#### Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PDC, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Demissão Consensual – PDC, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

### 31 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2019.

#### PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios Definido, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano de Benefícios Saldados.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Benefícios Saldados o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

- **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2019			31/12/2018		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
<b><u>Participantes ativos</u></b>						
Participantes - nº	11	704	3.350	11	903	3.652
Idade Média (anos)	63,24	65,28	48,85	63,46	61,41	48,59
Salário Médio em R\$	12.000,47	1.911,81	13.194,09	11.569,43	8.562,62	12.652,60
<b><u>Aposentados</u></b>						
Participantes Aposentados - nº	3.963	1.439	959	4.098	1.312	815
Idade Média	75,23	66,63	65,29	74,41	66,04	64,88
Benefício em Médio R\$	5.466,82	3.964,92	5.395,82	5.034,68	3.730,07	4.457,16
<b><u>Pensionistas</u></b>						
Números de pensões	1.812	186	186	1.770	167	163
Benefício Médio em R\$	2.191,76	62,07	60,59	1.990,64	1.161,15	2.494,33
<b>População Total</b>	<b>5.786</b>	<b>2.329</b>	<b>4.495</b>	<b>5.879</b>	<b>2.382</b>	<b>4.630</b>

## SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

**HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS**

	2019	2018
<b>Hipóteses Econômicas</b>		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	0,00%	0,00%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,96%	4,63%
Projeção de aumento médio dos salários	1,50%	1,50%
Projeção de aumento médio dos benefícios	Nula	3,89%
Taxa média de inflação anual	3,68%	3,89%
<b>Hipóteses Demográficas</b>		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic DES
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

**PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2019**

	31/12/2019				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES</b>					
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano anterior</b>	<b>3.331.950</b>	<b>1.340.528</b>	<b>779.509</b>	<b>49.782</b>	<b>5.501.769</b>
Custo de juros	275.607	116.923	66.979	3.166	462.675
Custo do serviço corrente	120	-	2.848	-	2.968
Benefícios pagos pelo plano	(333.958)	(146.404)	(181.793)	-	(662.155)
Reembolso do serviço corrente	(215)	-	-	-	(215)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	179	-	-	-	179
(Ganhos)/Perdas atuariais	646.851	165.541	569.394	(23.701)	1.358.085
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano</b>	<b>3.920.534</b>	<b>1.476.588</b>	<b>1.236.937</b>	<b>29.247</b>	<b>6.663.306</b>
<b>RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO</b>					
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior</b>	<b>2.397.811</b>	<b>1.442.007</b>	<b>1.094.755</b>	<b>-</b>	<b>4.934.573</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	200.979	126.017	94.680	-	421.676
Contribuição paga pela empresa	135.834	3.271	-	-	139.105
Contribuição de participante	179	-	-	-	179
Benefício pago pelo plano	(333.958)	(146.404)	(181.793)	-	(662.155)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	94.478	81.076	333.786	-	509.340
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano</b>	<b>2.495.323</b>	<b>1.505.967</b>	<b>1.341.428</b>	<b>-</b>	<b>5.342.718</b>

**PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2018**

	31/12/2018				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES</b>					
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano anterior</b>	<b>3.345.967</b>	<b>1.122.249</b>	<b>530.393</b>	<b>66.265</b>	<b>5.064.874</b>
Custo de juros	298.155	103.593	49.547	5.393	456.688
Custo do serviço corrente	490	9	944	4.917	6.360
Benefícios pagos pelo plano	(314.731)	(76.562)	(96.755)	-	(488.048)
Reembolso do serviço corrente	(9.155)	-	(8.164)	-	(17.319)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	204	-	-	-	204
(Ganhos)/Perdas atuariais	11.020	191.239	303.544	(26.793)	479.010
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano</b>	<b>3.331.950</b>	<b>1.340.528</b>	<b>779.509</b>	<b>49.782</b>	<b>5.501.769</b>
<b>RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO</b>					
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior</b>	<b>2.287.102</b>	<b>1.360.422</b>	<b>903.857</b>	<b>-</b>	<b>4.551.381</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	208.246	126.473	86.429	-	421.148
Contribuição paga pela empresa	147.404	2.869	-	-	150.273
Contribuição de participante	204	-	-	-	204
Benefício pago pelo plano	(314.731)	(76.562)	(96.755)	-	(488.048)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	69.586	28.805	201.224	-	299.615
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano</b>	<b>2.397.811</b>	<b>1.442.007</b>	<b>1.094.755</b>	<b>-</b>	<b>4.934.573</b>

## ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2019			31/12/2018		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	70	65	387	559	118	228
Realizável	252.927	26.558	63.404	269.684	18.419	94.144
Títulos Públicos	1.854.632	1.404.377	3.076.692	1.889.145	1.354.638	2.838.501
Crédito de Depósitos Privados	344.833	31.569	442.528	222.287	24.106	202.159
Investimentos em Fundos	67.724	31.537	58.253	75.092	27.646	31.976
Investimentos imobiliários	51.711	15.165	5.551	27.715	9.945	5.497
Empréstimos e financiamentos	141.672	30.938	134.499	145.396	32.981	141.534
(-) Exigíveis Previdenciários	(58.125)	(26.505)	(75.977)	(52.930)	(18.494)	(96.208)
(-) Exigível Contingencial	(134.581)	-	-	(157.309)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(25.540)	(7.737)	(9.973)	(21.828)	(7.352)	(9.283)
Valor justo - parte CD	-	-	(2.353.936)	-	-	(2.113.793)
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>2.495.323</b>	<b>1.505.967</b>	<b>1.341.428</b>	<b>2.397.811</b>	<b>1.442.007</b>	<b>1.094.755</b>

## FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2019		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	333.739	89.346	74.829
De 1 ano a 2 anos:	647.411	175.559	144.807
De 2 anos a 5 anos:	607.674	167.343	136.004
Acima de 5 anos:	1.988.365	654.829	550.999
<b>Total dos pagamentos esperados pelo Plano:</b>	<b>3.577.189</b>	<b>1.087.077</b>	<b>906.639</b>

## MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Planos de saúde (PAE/PDC)	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.058.865</b>	-	-	<b>66.265</b>	-	<b>1.125.130</b>
Custo dos Juros e do Serviço	81.244	9	(7.220)	10.310	-	84.343
Pagamentos	(131.095)	-	(55.639)	-	-	(186.734)
Ajuste atuarial	31.913	(9)	62.859	(26.793)	-	67.970
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.040.927</b>	-	-	<b>49.782</b>	-	<b>1.090.709</b>
Custo dos Juros e do Serviço	74.532	(129)	2.848	3.166	-	80.417
Pagamentos	(117.468)	-	(52.304)	-	-	(169.772)
Ajuste atuarial	427.220	129	49.456	(23.702)	(184.674)	268.429
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.425.211</b>	-	-	<b>29.246</b>	<b>(184.674)</b>	<b>1.269.783</b>

### CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2019				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</b>					
Custo do serviço	120	-	2.848	-	2.968
Custo dos juros	74.628	(9.094)	(27.701)	3.166	40.999
Contribuição de participantes	(215)	-	-	-	(215)
<b>CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>74.533</b>	<b>(9.094)</b>	<b>(24.853)</b>	<b>3.166</b>	<b>43.752</b>

	Exercício de 2018				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</b>					
Custo do serviço	490	9	944	4.917	6.360
Custo dos juros	89.909	-	-	5.393	95.302
Contribuição de participantes	(9.155)	-	(8.164)	-	(17.319)
<b>CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>81.244</b>	<b>9</b>	<b>(7.220)</b>	<b>10.310</b>	<b>84.343</b>

### MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Planos de saúde (PAE/PDC)	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(1.338.783)</b>	<b>(31.289)</b>	<b>(226.663)</b>	<b>(42.081)</b>	-	<b>(1.638.816)</b>
Ganhos e perdas	(31.913)	9	(62.859)	26.793	-	(67.970)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(1.370.696)</b>	<b>(31.280)</b>	<b>(289.522)</b>	<b>(15.288)</b>	-	<b>(1.706.786)</b>
Ganhos e perdas	(427.220)	(129)	(49.456)	23.702	184.674	(268.429)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(1.797.916)</b>	<b>(31.409)</b>	<b>(338.978)</b>	<b>8.414</b>	<b>184.674</b>	<b>(1.975.215)</b>

**ANÁLISES DE SENSIBILIDADES NAS HIPÓTESES ADOTADAS**

<b>PLANO BD</b>		
<b>Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	3.920.534	-
Aumento (1%)	3.489.717	-11%
Redução (1%)	4.395.841	12%
<b>Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	3.920.534	-
Aumento (1%)	3.965.014	1,00%
Redução (1%)	3.872.724	-1,00%

<b>PLANO BS</b>		
<b>Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	1.476.588	-
Aumento (1%)	1.314.329	-11%
Redução (1%)	1.655.602	12%

<b>PLANO CD</b>		
<b>Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	1.236.937	-
Aumento (1%)	1.101.013	-11%
Redução (1%)	1.386.897	12%
<b>Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	1.236.937	-
Aumento (1%)	1.237.615	0,00%
Redução (1%)	1.236.259	0,00%

<b>SEGURO DE VIDA</b>		
<b>Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação</b>		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	29.247	-
Aumento (1%)	26.033	-11%
Redução (1%)	32.793	12%

## PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Planos previdenciários	1.425.211	1.040.927
Seguro de vida	29.246	49.782
Ajuste atuarial	(184.674)	-
<b>Total</b>	<b>1.269.783</b>	<b>1.090.709</b>
<b>Circulante</b>	<b>120.649</b>	<b>116.042</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.149.134</b>	<b>974.667</b>

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31/12/2019.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

## OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho.

## 32 – ENCARGOS SETORIAIS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
Pesquisa e Desenvolvimento	107.824	103.655	108.156	104.705
Encargos do consumidor a recolher	24.446	16.019	24.523	16.857
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	21.064	13.984	21.064	13.984
	<b>153.334</b>	<b>133.658</b>	<b>153.743</b>	<b>135.546</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Pesquisa e Desenvolvimento	436.066	394.670	436.066	394.670
Encargos do consumidor a recolher	-	13.477	-	13.477
	<b>436.066</b>	<b>408.147</b>	<b>436.066</b>	<b>408.147</b>
<b>Total</b>	<b>589.400</b>	<b>541.805</b>	<b>589.809</b>	<b>543.693</b>

**33 – OUTROS PASSIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Outras obrigações - GAG Melhoria	63.786	-	63.786	-
Cauções em garantia	3.791	4.311	3.791	4.311
Acordo Chesf/Senai	1.569	1.366	1.569	1.366
Entidade seguradora	-	47	-	47
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	73	73	73
Outros	22.116	66.338	30.860	66.872
	<b>92.688</b>	<b>73.488</b>	<b>101.432</b>	<b>74.022</b>
<b>Não Circulante</b>				
Outras obrigações - GAG Melhoria	147.222	-	147.222	-
Provisão E.S.S.	15.114	15.114	15.114	15.114
FGTS Conta-Empresa	4.991	4.704	4.991	4.704
Outros	2.065	-	2.065	13.177
	<b>169.392</b>	<b>19.818</b>	<b>169.392</b>	<b>32.995</b>
<b>Total</b>	<b>262.080</b>	<b>93.306</b>	<b>270.824</b>	<b>107.017</b>

**34 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS**

	Controladora				
	Provisão em 31/12/2018	Adições (reversões)	Baixas	Incorporação ETN	Provisão em 31/12/2019
Trabalhistas	120.078	33.438	(24.181)	-	129.335
Cíveis	2.547.709	369.666	(8.008)	14.837	2.924.204
Fiscais	47.545	13.791	-	-	61.336
<b>Total</b>	<b>2.715.332</b>	<b>416.895</b>	<b>(32.189)</b>	<b>14.837</b>	<b>3.114.875</b>

	Consolidado				
	Provisão em 31/12/2018	Adições (reversões)	Baixas	Incorporação ETN	Provisão em 31/12/2019
Trabalhistas	120.078	33.438	(24.181)	-	129.335
Cíveis	2.547.709	386.569	(8.008)	14.837	2.941.107
Fiscais	47.545	13.791	-	-	61.336
<b>Total</b>	<b>2.715.332</b>	<b>433.798</b>	<b>(32.189)</b>	<b>14.837</b>	<b>3.131.778</b>

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra ela em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.



Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- 1.1) A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

Em tramitação perante o STJ (REsp 726.446) por força de recurso da Chesf, julgado majoritariamente improcedente (agosto/2010), posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras reconvidas), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por igual agora já julgados (conhecidos e providos, porém sem efeitos modificativos relativamente ao anteriormente julgado) e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência (EResp) e Recurso Extraordinário (RE): o EResp, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a corte especial do STJ houve julgamento de improcedência (fevereiro/2016), e atualmente o mesmo EResp aguarda apreciação pela primeira seção do mesmo STJ; tendo sido publicada, aos 14/10/2019, decisão do Ministro Sergio Kukina, relator, denegando o EResp, do qual foi interposto recurso de agravo interno; o RE, interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação do EResp em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, perante a 12ª vara cível de Recife-PE, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde (i) houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril/2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões, (ii) houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE, (iii) até dezembro/2016 tinha havido a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões e (iv) a Chesf apresentou recursos de Agravo e Reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE (Relator, Des. Eduardo Paurá). Porém, em 07/12/2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf por meio do REsp 1.530.912, em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (“ação de liquidação”), obteve-se decisão monocrática/liminar do respectivo relator (Ministro Mauro Campbell Marques, da 2ª seção) consubstanciada na atribuição de efeito suspensivo no referido recurso, que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (esta por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26.01.2017), em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado: atualmente, foi iniciado o julgamento colegiado/definitivo do referido REsp 1.530.912, com um único voto proferido (o do respectivo Relator) em desfavor da CHESF (o julgamento foi posteriormente suspenso em razão de pedido de vista pelo Ministro Herman Benjamin) .

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.287.047 e outros adicionais de R\$ 128.805, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R\$100), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó – CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 161.139. Em 31/12/2019, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.
- 1.3)** Ação de Desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento (Processo 0000538-66.2007.805.0245). Tendo como parte o sucessor, Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor indenizatório pago à época. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000. Processo em fase de instrução – laudo pericial. Em 06/07/2018 decisão da Justiça Federal não reconhecendo interesse jurídico da União para intervir no feito e remetendo o autos para a Justiça Estadual, decisão da qual a AGU interpôs recurso, pendente de julgamento.
- 1.4)** O GSF (*Generation Scalling Factor*) é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) do Sistema Interligado Nacional – SIN em relação à garantia física total (lastro) do MRE. A grave condição hidrológica que o Sistema Elétrico vem enfrentando, desde 2014, tem provocado uma judicialização sem precedentes no setor, que vem convivendo com uma série de liminares que afetam o adequado funcionamento do Mercado de Curto Prazo – MCP. Em julho de 2015, fruto de liminares de outros agentes, a Chesf foi imputada mediante as regras adotadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido a exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A Chesf então, acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no MCP. Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a Chesf vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um “crédito” proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Chesf conforme disciplinado pela Lei 12.783/2013. Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Chesf avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a “devolução”, via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo o provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Chesf na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar. Foram apresentadas réplicas às contestações da Aneel e da União Federal, bem como interposto pela União Federal o agravo de instrumento n.º 1034651-46.2018.4.01.0000/DF, contrarrazoado pela Chesf aos 12/07/2019. Em 18/10/2019, foi concedido o efeito suspensivo ativo em favor da União Federal. Em 05/11/2019, a Chesf interpôs embargos de declaração, cujo provimento foi negado, confirmando, no entanto, que os efeitos da decisão não seriam retroativos. Em 13/12/2019 a Chesf ingressou com agravo interno. No primeiro grau, foi determinada a migração do processo para o PJe, estando o mesmo concluso para sentença.

Com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "provável", no montante estimado de R\$ 1.084.386, correspondente à parcela da decisão judicial

que limitou o GSF a 95%, o qual a Companhia mantém provisão em seu passivo não circulante para suportar eventual perda.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	134.435	158.227
Ambientais	5.561	2.853
Cíveis e fiscais	9.297.519	8.885.542
<b>Total</b>	<b>9.437.515</b>	<b>9.046.622</b>

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990 (“Pós-Collor”). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. Apresentados Recursos Especial e Extraordinário, estes foram admitidos e remetidos ao STJ. Distribuído o RESP 1.611.929/PE por dependência ao Ministro Mauro Campbell, 2ª Turma. Vistas ao MPF em 13/09/2016. Houve manifestação/parecer da Procuradoria-Geral da República junto ao STJ parcialmente favorável ao Recurso Especial da Chesf. A referida ação encontra-se pendente de julgamento. Em 09/05/2018 os autos foram conclusos para julgamento ao Ministro Herman Benjamin após pedido de vista em sessão de julgamento de 03/05/2018. Desde 18/12/2018 os autos estão conclusos para julgamento no gabinete do Ministro Herman Benjamin. Em 15/01/2019, foi proferida sentença de reconhecimento da prescrição.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 23.765.

- 2.1.2) Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114

com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo.

Em 18/11/2014, foi realizada nova audiência para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à conclusão do trabalho pericial. Os dois Laudos Periciais foram disponibilizados para a Chesf em 07/12/2015.

Em 04/03/2016, o juiz determinou que a Chesf depositasse em juízo, a título de honorários periciais complementares, o montante de R\$ 755.350,56, dividido em 03 parcelas mensais (nos meses de março, abril e maio de 2016), bem como um valor adicional de R\$ 50 para cobrir as despesas com o deslocamento (passagens aéreas), hospedagem e alimentação dos peritos na audiência de esclarecimento do laudo pericial, realizada nos dias 28 e 29/03/2016.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em 30/05/2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas tempestivamente em 19/09/2016, estando os processos, desde 31/12/2018, conclusos para sentença, e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24/01/2019. Em 21/05/2019, após a digitalização, o juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 715.673.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31/03/2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a

Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido. Essa posição se mantém inalterada em 31/12/2019, vez que ainda não houve o julgamento dos embargos infringentes.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 86.000.

- 2.1.4)** Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neilton Guedes – Quinta Turma. Em 31/12/2016 estava concluso para relatório e voto – sendo o processo redistribuído por sucessão para a Desembargadora Federal Danielle Maranhão Costa em 14/11/2017. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2019.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 1 bilhão.

- 2.1.5)** Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10/03/2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos. Petição solicitando oitiva do perito em audiência.

O requerimento de oitiva em audiência foi negado pelo MM. Juízo que, no entanto, deferiu a elaboração da perícia contábil, tendo intimado a Chesf a realizar o depósito dos honorários periciais. A Chesf ofereceu quesitos e depositou os honorários do perito do juízo. As autoras impugnam os quesitos apresentados pela Chesf. O MM. Juízo da 23.ª Vara Cível determinou a oitiva da Chesf acerca da impugnação dos quesitos pela parte Autora. Foi deferido parcialmente o pedido de inclusão de novos quesitos por parte das Autoras, o que gerou o pagamento de custas complementares para o perito contábil. O perito contábil apresentou do laudo do qual houve manifestação da Chesf em 25/09/2017. Em 29/01/2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313.044,18 (quatrocentos e trinta e dois milhões, trezentos e treze mil, quarenta e quatro reais e dezoito centavos), da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28/02/2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26/03/2018. Aos 31/03/2018, o processo se encontrava com prazo para contrarrazões da apelação da Chesf. Ofertadas as contrarrazões pela Chesf, o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para julgamento das apelações interpostas. A União ingressou no feito manifestando interesse jurídico na demanda, o que foi deferido. A ABRATE requereu ingresso na condição de *amicus curiae*. Julgamento iniciado em 13/03/2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do TJDF. Julgamento retomado em 28/08/2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10/10/2019. Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos. Essa posição, se mantém inalterada em 31/12/2019.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 243.067.

- 2.1.6)** Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela Aneel, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo da 15.ª Vara Federal determinou a intimação do Ministério Público Federal para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à CCAF/AGU. Em 31/12/2017 o pedido de suspensão foi deferido pelo MM. Juízo da 15ª Vara Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU aos 26.03.2018. A Chesf estava no aguardo da marcação, pela CCAF, da primeira audiência de conciliação entre Chesf e Aneel. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O juízo abriu vistas às partes, tendo a Chesf encaminhado manifestação em 03/10/2018. Em 16/10/2018 os autos foram retirados pelo Ministério Público Federal. Processo encontrava-se concluso para sentença desde o dia 06.12.2018. Em 20/09/2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a CHESF ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante, todavia, consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da CHESF, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Aos 07/11/2019, foi interposta apelação pela Aneel. Aos 19/11/2019, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença. Essa posição, se mantém inalterada em 31/12/2019.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 1.470.885.

- 2.1.7)** Processo 0002226-70.2017.8.25.0014 (Comarca de Canindé do São Francisco) – Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente a indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia basicamente: (a) que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó, da mesma forma aos anos subsequentes, para efeito na participação do rateio de ICMS no ano de 2017, com trespasse dos dados ao TCE/SE para republicação do Ato Deliberativo n.º 884/2016, sob pena de multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais); e b) que o Estado de Sergipe compelido a, no prazo de 48 horas, juntar aos autos o mapa de apuração do valor adicionado do ICMS do Município Autor, referente aos exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, destacando-se se houve, na composição do valor do IPM respectivo, a inclusão dos valores percebidos pela CHESF a título de antecipação, na forma do item “a” acima. (c) reconhecer a relação jurídico-tributária decorrente da antecipação de receita realizada pela União Federal em favor da Chesf, como elemento fiscal tributável, atestando a sua inclusão do valor do ICMS devido e ao produto de distribuição afeto ao VAF – Valor Adicionado do Município de Canindé de São Francisco; (d) sejam compelidos todos os Réus a procederem os ajustes contábeis e financeiros necessários à inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM e participação do rateio de ICMS, em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó para todos os anos subsequentes, condenando-os a ressarcirem o Requerente aos valores suprimidos indevidamente desde 2013, em montante a ser apurado por perícia contábil realizada nos autos. A União Federal, quando citada ainda no âmbito da Justiça Federal, alegou a sua ilegitimidade passiva e requereu a exclusão da lide. A Chesf apresentou defesa. O juízo federal indeferiu a tutela de urgência do município, tendo sido essa decisão atacada por agravo de instrumento, e mantida pelo E. TRF da 5.ª Região. O pedido de ilegitimidade passiva da União foi acolhido, tendo os autos sido remetidos para a Comarca de Canindé do São Francisco – SE. Na Comarca de Canindé do São Francisco – SE, o MM. Juízo proferiu despacho requerendo às partes que procedessem com a especificação de provas. Em 31/03/2018 a Chesf havia peticionado, requerendo a produção de prova pericial contábil, a ser realizada por especialista em contabilidade do setor elétrico. Aos 30/04/2018, o Município Requereu a suspensão do feito. Em 01/05/2018, houve a juntada de contestação por parte do Estado de Sergipe. Aos 24/05/2018, despacho do juízo intimando o Município para oferecer réplica à contestação, bem como para que a Chesf e o Estado de Sergipe se manifestem em 15 (quinze) dias após a réplica, caso haja juntada de documentos. Aos 26/06/2018, oferecimento de réplica por parte do Município. Em 12/09/2018, a

União Federal peticiona manifestando interesse no feito, tendo sido o Município intimado a se manifestar sobre o ingresso da União aos 02/10/2018. Em 31/12/2018 o processo encontra-se aguardando despacho do Juiz de Direito, se vai acolher ou não o pedido. O juízo estadual determinou a suspensão do feito enquanto não sobreviesse decisão da Justiça Federal sobre a competência. Pedido acolhido e o processo foi encaminhado para a Justiça Federal. Em 10/07/2019 sobreveio decisão da Justiça Federal determinando novamente a remessa dos autos para a Justiça Estadual. Dessa decisão foram interpostos agravos de instrumento pela Chesf e pela União aos 12/09/2019, os quais, em 31/12/2019, ainda se encontram pendentes de julgamento.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 2.925.318.

**3) Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:**

**3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.**

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu

por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Interpostos embargos de declaração estes foram rejeitados pelo STJ. Após a rejeição dos embargos, a Mendes Junior apresentou recurso extraordinário, que, negado seguimento foi objeto de agravo (ARE971.889) que aguarda julgamento após distribuição do Min. Barroso. Redistribuído à Min. Rosa Weber, que negou seguimento ao recurso. Interposto agravo regimental pela Mendes Junior que aguarda julgamento. Contra essa decisão a Mendes Júnior interpôs Agravo Interno, contra o qual a CHESF já apresentou suas contrarrazões.

Em 13/03/2019 foi publicada a inclusão em pauta de julgamento do Agravo Interno, através do Plenário Virtual, para início no dia 22/03/2019, tendo a CHESF encaminhado aos Ministros Memorial para esse julgamento.

No dia 21/03/2019 a Mendes Júnior solicitou adiamento do julgamento, o que foi indeferido pela Ministra Rosa Weber, Relatora do caso.

O julgamento do Plenário Virtual encerrou-se em 28/03/2019, e a 1ª Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Contra essa decisão a Mendes Júnior interpôs Embargos de Declaração e Embargos de Divergência aos 30/04/2019, que já foram objeto de contrarrazões pela CHESF, pela União e pelo MPF/PGR. Considerando as últimas decisões proferidas no feito, informamos ser remotíssima a chance de qualquer perda nesta ação.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

- 3.2)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 2.102.844. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recurso Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ (RESP 1.513.670/PE), onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos. Parado desde 17/03/2015. Concluso para decisão desde 24/04/2017, sendo obtida cópia do processo pelo advogado Dr. Adalberto Salvador Perillo Kuhl Junior em 24/08/2018. Em Decisão pelo conhecimento em parte do recurso da Hidroservice apenas para retorno dos autos ao TRF5 para julgamento de agravo retido. Interposição de agravos internos pela Hidroservice e pela Eletrobras. Em 13/12/2019, o processo encontrava-se concluso ao Ministro Relator. Essa posição, se mantém inalterada em 31/12/2019.

Por outro lado, a Chesf ingressou com Ação declaratória de implementação e desobrigação contratual cumulada com consignação em pagamento, nº 0035333-41.1995.8.17.0001 (2ª vara cível, Recife-PE), face os contratos CT-I-92.1.0120.00 e CT-I-92.1.0119.00, onde realizou depósito de Cr\$1.602.826.241,73, atualizados em R\$ 2.749.641,05, onde apenas em abril de 2016 foi julgado seu mérito, em sentença improcedente para a Chesf. Objeto de Embargos de Declaração negados, interpostos recurso de Apelação pela Chesf em 28/03/2017. Distribuído ao Rel. Itabira de Brito Filho em 21/08/2017. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2019.

#### 4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

### 35 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO



Os testes de suas unidades de geração e transmissão realizados em 2019 visam identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Jirau	39.150	30.701
Linha de transmissão - Funi/Itapebi	-	6.227
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	4.059	4.059
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	-	50.197
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	-	124.104
<b>Total</b>	<b>43.209</b>	<b>215.288</b>

A variação no contrato oneroso da comercialização da compra de energia de Jirau foi decorrente de testes realizados no período à taxa de desconto de 5,92% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

### 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

#### 36.1 – Compra de energia (não auditada)

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2020/2021	2022/2023	2024/2025	A partir de 2026 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	2.662.043	1.945.918	1.937.840	8.952.954
	Preço médio (R\$)	201,91	220,10	220,38	219,61

#### 36.2 – Venda de energia (não auditada)

Posições vendidas		2020/2021	2022/2023	2024/2025	A partir de 2026 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	10.761.839	10.024.491	10.023.840	43.492.259
	Preço médio (R\$)	145,58	145,58	145,58	145,58

#### 36.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2020/2021
Energia Sustentável do Brasil S.A.	84.300
Companhia Energética SINOP S.A.	19.600
<b>Total</b>	<b>103.900</b>

### 36.4 – Imobilizado

Fornecedor	2020/2021	2022/2023
ABB LTDA	208.159	-
ASSEMBLY INSTALACOES ELETRICAS LTDA	106.447	-
GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERG	1.447	7.279
JPW ENGENHARIA ELETRICA LTDA	1.475	-
WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	36.751	-
REAL ENERGY LTDA	11.918	8
TABOCAS PARTICIPACOES EMPREENDIMENT	11.669	-
<b>Total</b>	<b>377.866</b>	<b>7.287</b>

### 37 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Participações da União	69.456	69.456
Pesquisa e Desenvolvimento	632	632
Reversões e Amortizações	(16.083)	(14.395)
<b>Total</b>	<b>54.005</b>	<b>55.693</b>

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

### 38 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 38.1 - Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2018), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2019						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

31/12/2018						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

### 38.2- Reservas de Capital

	31/12/2019	31/12/2018
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	<b>4.916.199</b>	<b>4.916.199</b>

### 38.3 - Reservas de Lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Legal	301.491	127.184
Incentivos fiscais	510.102	201.545
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.879.515	2.025.724
	<b>4.691.108</b>	<b>2.354.453</b>

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### 38.4 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 24.834 (perdas de R\$ 72.657, em 2018), perfazendo um montante acumulado de R\$ 1.673.994 (R\$ 1.649.160, em 2018).

### 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
<b><u>GERAÇÃO</u></b>				
Fornecimento de energia elétrica	618.668	718.940	625.223	722.884
Operação e manutenção de usinas e suprimento	2.287.656	1.775.154	2.287.656	1.775.154
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	608.524	223.025	609.071	223.025
Receita de construção	-	6.747	-	6.747
Remuneração do ativo financeiro	-	24.666	-	24.666
Outras receitas operacionais	4.622	6.582	8.044	6.589
	<b>3.519.470</b>	<b>2.755.114</b>	<b>3.529.994</b>	<b>2.759.065</b>
<b><u>TRANSMISSÃO</u></b>				
Operação e manutenção do sistema de transmissão	1.468.168	1.501.763	1.481.351	1.526.850
Receita de construção	116.460	214.351	117.195	216.156
Remuneração do ativo financeiro	989.317	1.220.833	1.040.043	1.254.321
Outras receitas operacionais	18.416	26.225	18.416	26.225
	<b>2.592.361</b>	<b>2.963.172</b>	<b>2.657.006</b>	<b>3.023.552</b>
	<b>6.111.831</b>	<b>5.718.286</b>	<b>6.187.000</b>	<b>5.782.617</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
Encargos setoriais				
Reserva Global de Reversão – RGR	(41.128)	(58.862)	(41.779)	(60.574)
Pesquisa e Desenvolvimento	(56.627)	(50.600)	(56.916)	(51.172)
Outros encargos CCEE	(97)	(238)	(97)	(238)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(66.436)	(59.926)	(66.814)	(59.926)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(109.277)	(75.984)	(109.277)	(75.984)
Proinfa	(51.587)	(59.669)	(51.859)	(59.669)
Taxa de fiscalização da Aneel	(18.742)	(16.750)	(18.849)	(17.014)
ICMS sobre energia elétrica	(97.033)	(110.571)	(97.033)	(110.571)
ISS	(730)	(1.283)	(730)	(1.283)
PIS/Pasep	(106.804)	(99.990)	(108.034)	(101.037)
Cofins	(491.988)	(460.587)	(497.666)	(465.410)
	<b>(1.040.449)</b>	<b>(994.460)</b>	<b>(1.049.054)</b>	<b>(1.002.878)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>5.071.382</b>	<b>4.723.826</b>	<b>5.137.946</b>	<b>4.779.739</b>

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

Em 17 de julho de 2018 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018 em que foram estipuladas as Receitas Anuais de Geração – RAG para o ciclo 2018-2019 para os ativos de geração renovados pela Lei 12.783 de 2013. Nos montantes homologados está inclusa uma parcela de receita denominada GAG Melhoria que as Concessionárias farão jus para a manutenção da disponibilidade dos ativos de geração aos níveis de eficiência determinados pela Aneel.

O início do recebimento dos montantes da GAG melhoria ocorreu em julho 2018 e até 31 de dezembro 2019 corresponde ao montante de R\$ 699.958.

#### 40 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 343.797 (R\$ 321.791, em 2018) com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reserva Global de Reversão – RGR	41.128	58.862	41.779	60.574
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	56.627	50.600	56.916	51.172
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	66.436	59.926	66.814	59.926
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfra	51.587	59.669	51.859	59.669
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	18.742	16.750	18.849	17.014
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	109.277	75.984	109.277	75.984
<b>Total</b>	<b>343.797</b>	<b>321.791</b>	<b>345.494</b>	<b>324.339</b>

#### 41 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica comprada para revenda	298.903	251.048	307.340	267.126
Encargos de uso da rede de transmissão	712.357	612.767	712.357	612.767
Custo de construção e melhoria	510.779	872.627	471.275	864.847
Pessoal	1.359.524	1.307.919	1.368.067	1.317.280
Material	39.730	28.844	40.346	29.033
Serviço de terceiros	247.794	218.733	257.994	227.555
Depreciação e amortização	111.717	94.402	111.775	94.448
Provisão contrato oneroso	8.449	30.701	8.449	30.701
Arrendamentos e aluguéis	14.585	14.147	15.726	14.830
Tributos	11.818	10.498	12.345	10.791
Provisões para contingências	416.895	536.564	416.895	536.564
Provisão (reversão) impairment	(74.977)	(138.977)	(74.977)	(138.977)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	97.097	113.712	97.097	113.712
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Leniência	10.518	-	10.518	-
Perdas com clientes	-	31.975	-	31.975
Provisão para perdas em investimentos	262.071	(10.343)	262.071	(10.343)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	-	(58.522)
Outras provisões - GAG melhoria	147.222	-	147.222	-
Ganhos Alienação de Investimentos	(115.029)	-	(115.029)	-
Outros	238.743	60.162	335.862	61.706
<b>Total</b>	<b>4.298.196</b>	<b>3.976.257</b>	<b>4.385.333</b>	<b>4.005.493</b>

A principal movimentação no período deveu-se aos seguintes fatos: (i) reversão de provisão para *impairment* no montante de R\$ 74.977; (ii) registro de provisão para créditos de liquidação de duvidosa no montante de R\$ 89.370; (iii) provisão para participação nos lucros ou resultados, registrado na rubrica “Pessoal” no montante de R\$ 91.403; (iv) provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 262.071.

**42 – RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Resultado de aplicações financeiras	57.782	25.528	61.040	28.703
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	133.781	154.160	133.781	154.160
Outras variações monetárias ativas	44.468	11.315	44.468	11.315
Atualização ativo financeiro - RBSE	1.251.012	5.951	1.251.012	5.951
Outras receitas financeiras	5.286	37.468	6.475	37.526
PIS/Pasep e Cofins	-	(14)	(69)	(171)
	<b>1.492.329</b>	<b>234.408</b>	<b>1.496.707</b>	<b>237.484</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(89.181)	(190.790)	(96.274)	(207.413)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(601)	(11.507)	(1.247)	(11.507)
Outras variações monetárias passivas	-	(318)	-	(318)
Atualização ativo financeiro - RBSE	(765.980)	-	(765.980)	-
Outras despesas financeiras	(46.644)	(51.277)	(54.354)	(60.297)
	<b>(902.406)</b>	<b>(253.892)</b>	<b>(917.855)</b>	<b>(279.535)</b>
<b>Total</b>	<b>589.923</b>	<b>(19.484)</b>	<b>578.852</b>	<b>(42.051)</b>

**43 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.555.898</b>	<b>770.241</b>	<b>1.563.972</b>	<b>774.864</b>
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	(529.005)	(261.882)	(531.750)	(263.454)
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	480.803	(32.038)	480.803	(32.038)
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	155.356	(208.543)	149.759	(213.430)
Ajuste IR passivo diferido	1.823.079	-	1.823.079	-
<b>Imposto de renda e contribuição social apurados</b>	<b>1.930.233</b>	<b>(502.463)</b>	<b>1.921.891</b>	<b>(508.922)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(617.056)</b>	<b>(581.361)</b>	<b>(618.057)</b>	<b>(581.826)</b>
Contribuição Social	(267.003)	(162.172)	(267.861)	(162.637)
Imposto de Renda	(350.053)	(419.189)	(350.196)	(419.189)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>2.547.289</b>	<b>78.898</b>	<b>2.539.948</b>	<b>72.904</b>
Contribuição Social	474.962	15.533	472.230	13.576
Imposto de Renda	2.072.327	63.365	2.067.717	59.328
<b>Imposto de renda do período e contribuição social</b>	<b>1.930.233</b>	<b>(502.463)</b>	<b>1.921.891</b>	<b>(508.922)</b>

**44 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE**

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões da geração hídrica (UHE Paulo Afonso IV; UHE Apolônio Sales; UHE Funil; UHE Luiz Gonzaga; UHE Pedra; e UHE Xingó) têm o direito ao incentivo da redução concedido para os anos de 2018 a 2027; as UHE Sobradinho, UHE Boa Esperança e UHE Curemas têm o direito para o período de 2019 a 2028; Os contratos de geração eólica EOL Casa Nova II e EOL Casa Nova III têm o direito ao incentivo da redução

concedido para o período de 2019 a 2028; O contrato de transmissão 008/2005 tem o direito ao incentivo da redução concedido para o período de Os Contratos de Trasmissão nº 005/2008, 006/2009; 007/2005; 007/2010; 010/2011; 012/2007; 017/2009; 018/2012; 019/2010; 019/2012; 020/2010; e 021 de 2010 têm o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2018 a 2027. Para os contratos de transmissão número 008/2005 tem o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020; já os Contratos de Transmissão números 09/2011, 013/2010 e 061/2011 têm o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2019 a 2028.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No ano de 2019, a Companhia reconheceu, de acordo com os Laudos expedidos pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$ 282.469.

#### 45 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.486.131	267.778
Ajuste de exercícios anteriores - CPC 47 e CPC 48	-	1.499.145
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(282.469)	(40.476)
Constituição da Reserva legal	(174.307)	(88.346)
<b>Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração</b>	<b>3.029.355</b>	<b>1.638.101</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	757.339	30.600
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	2.272.016	1.479.466
<b>Remuneração proposta:</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios (ações preferenciais em 2018)	757.339	30.600
Dividendos propostos - Reserva Especial de dividendos não distribuídos de exercícios anteriores	418.225	128.035
<b>Remuneração líquida</b>	<b>1.175.564</b>	<b>158.635</b>
<b>Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)</b>	<b>13,55</b>	<b>2,84</b>

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2019, a Administração propôs o pagamento dos dividendos aos acionistas preferencialistas no valor de R\$ 757.339, como dividendo mínimo obrigatório e R\$ 418.225 (ações preferenciais e ordinárias) decorrente de reserva especial de dividendos não distribuídos. Considerando que a atual situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento da totalidade dos dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76, foi constituída a reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 2.272.016, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.

Os dividendos constituídos serão pagos na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir da data de encerramento do exercício a que se referem, até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.

De acordo com o artigo 43 do Estatuto Social da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram disponibilizados, reverterão em favor da Companhia.

**46 – LUCRO POR AÇÃO**
**46.1 - Lucro – Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para os resultados apurados nos exercícios de 2019 e 2018, apresentando, portanto, lucro diluído igual ao lucro básico.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b><u>Básico/Diluído</u></b>						
<b>Numerador</b>						
Lucro líquido atribuível aos acionistas	3.376.755	109.376	3.486.131	259.377	8.401	267.778
<b>Denominador</b>						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
<b>Lucro básico por ação em R\$</b>	<b>62,36</b>	<b>62,36</b>	<b>62,36</b>	<b>4,79</b>	<b>4,79</b>	<b>4,79</b>



**47 – PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas são realizadas ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	3.024	-	-	901	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	271.094	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	1.084	-
	Dividendos	-	1.171.447	-	-	-	-
	Despesa financeira	-	-	-	-	-	(100.882)
		<b>3.024</b>	<b>1.171.447</b>	<b>-</b>	<b>901</b>	<b>272.178</b>	<b>(100.882)</b>
Furnas	Clientes	8.330	-	-	7.999	-	-
	Fornecedores	-	8.407	-	-	8.861	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(114.695)	-	-	(112.741)
		<b>8.330</b>	<b>8.407</b>	<b>(114.695)</b>	<b>7.999</b>	<b>8.861</b>	<b>(112.741)</b>
Eletrosul	Clientes	174	-	-	171	-	-
	Fornecedores	-	3.205	-	-	3.420	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(44.957)	-	-	(43.600)
		<b>174</b>	<b>3.205</b>	<b>(44.957)</b>	<b>171</b>	<b>3.420</b>	<b>(43.600)</b>
Eletronorte	Clientes	6.966	-	-	6.895	-	-
	Fornecedores	-	4.645	-	-	5.271	-
	Contas a receber	86	-	-	60	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(69.189)	-	-	(65.858)
		<b>7.052</b>	<b>4.645</b>	<b>(69.189)</b>	<b>6.955</b>	<b>5.271</b>	<b>(65.858)</b>
Eletronuclear	Clientes	1.429	-	-	1.186	-	-
		<b>1.429</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
CGTEE	Clientes	266	-	-	525	-	-
		<b>266</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>525</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ceal	Clientes	-	-	-	86.065	-	-
	Contas a receber	-	-	-	37	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	24.634
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.102</b>	<b>-</b>	<b>24.634</b>
Fachesf	Despesas operacionais	-	-	(51.685)	-	-	(32.157)
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(6.569)
	Contribuição normal	-	21.794	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>21.794</b>	<b>(51.685)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.726)</b>
Cepisa	Clientes	-	-	-	8.465	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	16.071
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.465</b>	<b>-</b>	<b>16.071</b>
STN	Contas a receber	346	-	-	322	-	-
	Partic. societária permanente	213.480	-	-	165.749	-	-
	Fornecedores	-	529	-	-	580	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	4.039	-	-	4.147
	Equivalência patrimonial	-	-	63.775	-	-	43.064
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(7.501)	-	-	(6.659)
		<b>213.826</b>	<b>529</b>	<b>60.313</b>	<b>166.071</b>	<b>580</b>	<b>40.552</b>

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	Partic. societária permanente	116.345	-	-	111.518	-	-
	Clientes	303	-	-	304	-	-
	Dividendos	6.675	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	29.135	-	-	25.208
		<b>123.323</b>	<b>-</b>	<b>29.135</b>	<b>111.822</b>	<b>-</b>	<b>25.208</b>
<b>Energia Sustentável do Brasil S.A.</b>	Clientes	9.844	-	-	9.786	-	-
	Partic. societária permanente	1.420.422	-	-	1.488.223	-	-
	Fornecedores	-	13.592	-	-	18.814	-
	Energia comprada	-	-	(218.793)	-	-	(174.942)
	AFAC	66.200	-	-	168.600	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(19.149)	-	-	(234.561)
	<b>1.496.466</b>	<b>13.592</b>	<b>(237.942)</b>	<b>1.666.609</b>	<b>18.814</b>	<b>(409.503)</b>	
<b>I.E. Madeira</b>	Partic. societária permanente	755.531	-	-	685.371	-	-
	Fornecedores	-	993	-	-	2.237	-
	Equivalência patrimonial	-	-	66.539	-	-	74.490
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(21.305)	-	-	(20.812)
		<b>755.531</b>	<b>993</b>	<b>45.234</b>	<b>685.371</b>	<b>2.237</b>	<b>53.678</b>
<b>Manaus Transmissora</b>	Fornecedores	-	-	-	-	734	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	-	-	-	(6.776)
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	9.622
		-	-	-	-	<b>734</b>	<b>2.846</b>
<b>Manaus Construtora</b>	Partic. societária permanente	7.701	-	-	7.508	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	193	-	-	(37)
		<b>16.879</b>	<b>-</b>	<b>193</b>	<b>16.686</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>
<b>TDG</b>	Partic. societária permanente	152.670	-	-	31.841	-	-
	Contas a receber	431	-	-	241	-	-
	Fornecedores	-	62	-	-	79	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.901	-	-	2.797
	AFAC	-	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(947)	-	-	(945)
	Equivalência patrimonial	-	-	(21.806)	-	-	4.532
		<b>153.101</b>	<b>62</b>	<b>(19.852)</b>	<b>133.082</b>	<b>79</b>	<b>6.384</b>
<b>Norte Energia S.A.</b>	Clientes	12.179	-	-	8.922	-	-
	Partic. societária permanente	2.110.038	-	-	2.058.675	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	51.363	-	-	192.742
	Energia comprada	-	-	(12.107)	-	-	-
		<b>2.122.217</b>	<b>-</b>	<b>39.256</b>	<b>2.067.597</b>	<b>-</b>	<b>192.742</b>
<b>Ceron</b>	Clientes	-	-	-	1.777	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	9.184
		-	-	-	<b>1.777</b>	-	<b>9.184</b>
<b>Eletroacre</b>	Clientes	-	-	-	643	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	5.793
		-	-	-	<b>643</b>	-	<b>5.793</b>

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Complexo Eólico Sento Sé I	Cientes	-	-	-	45	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	33
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(8.496)
		-	-	-	<b>45</b>	-	<b>(8.463)</b>
Complexo Eólico Sento Sé II	Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	50.674	-	-
	Cientes	-	-	-	12	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4.909)
		-	-	-	<b>50.686</b>	-	<b>(4.909)</b>
Complexo Eólico Sento Sé III	Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	912	-	-
	Cientes	-	-	-	21	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	248	-
	Compra de energia	-	-	-	-	-	(1.840)
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(77)
		-	-	-	<b>933</b>	<b>248</b>	<b>(1.917)</b>
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	338.623	-	-	272.085	-	-
	Fornecedores	-	269	-	-	301	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	52
	Dividendos	-	-	-	8.396	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(3.624)	-	-	(3.392)
	Equivalência patrimonial	-	-	36.484	-	-	37.229
	<b>338.623</b>	<b>269</b>	<b>32.860</b>	<b>280.481</b>	<b>301</b>	<b>33.889</b>	
VamCruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Ativos não circ. mantidos p/ venda	125.816	-	-	124.065	-	-
	Dividendos	-	-	-	2.130	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4.413)
	AFAC	-	-	-	5.929	-	-
	<b>125.816</b>	-	-	<b>132.124</b>	-	<b>(4.413)</b>	
Extemoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Contas a receber	-	-	-	154	-	-
	Partic. societária permanente	-	-	-	487.588	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	146	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	2.695
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	-	-	-	(1.678)
	Equivalência patrimonial	-	-	33.129	-	-	23.496
	-	-	<b>33.129</b>	<b>487.742</b>	<b>146</b>	<b>24.513</b>	
Chapada do Piauí I	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(15.620)
		-	-	-	-	-	<b>(15.620)</b>
Chapada do Piauí II Holding S.A	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(10.956)
		-	-	-	-	-	<b>(10.956)</b>
Amazonas Distribuidora	Cientes	-	-	-	2.278	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	7.226
		-	-	-	<b>2.278</b>	-	<b>7.226</b>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	240
		-	-	-	-	-	<b>240</b>
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	242.412	-	-	222.474	-	-
	Contas a Receber	557	-	-	-	-	-
	Energia Comprada	-	-	(4.471)	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(28.962)	-	-	(65.389)
		<b>242.969</b>	-	<b>(33.433)</b>	<b>222.474</b>	-	<b>(65.389)</b>

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas G&T	Clientes	421	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	72	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.049)	-	-	-
	Receita Operac. Disp. Rede Básica	-	-	-	-	-	-
		<b>421</b>	<b>72</b>	<b>(1.049)</b>	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	428.340	-	-	352.907	-	-
	Clientes	39	-	-	24	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(15.254)	-	-	(13.026)
	Receita Prestação de Serviços	-	-	45	-	-	-
		<b>428.379</b>	-	<b>(15.209)</b>	<b>352.931</b>	-	<b>(13.026)</b>
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	194.074	-	-	170.238	-	-
	Clientes	10	-	-	8	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.406)	-	-	(2.039)
		<b>194.084</b>	-	<b>(1.406)</b>	<b>170.246</b>	-	<b>(2.039)</b>
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	99.341	-	-	91.445	-	-
	Clientes	6	-	-	6	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.252)	-	-	(8.944)
		<b>99.347</b>	-	<b>(1.252)</b>	<b>91.451</b>	-	<b>(8.944)</b>

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

#### **Eletrobras (Controladora)**

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 26;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial;
- Ressarcimento de despesas de empregados cedidos;
- Remuneração pelo capital investido.
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

#### **Furnas**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

#### **Eletrosul**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

#### **Eletronorte**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Empregados cedidos.

#### **Eletronuclear**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

#### **CGTEE**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

#### **Ceal**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

#### **Fachesf**

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

#### **Cepisa**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

#### **STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

#### **Energética Águas da Pedra S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

#### **Energia Sustentável do Brasil S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

#### **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

#### **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

#### **Manaus Construtora Ltda.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

#### **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### **Norte Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

#### **Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Empregados requisitados.

#### **Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

**Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços.

**Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado como ativos não circulantes mantidos para venda;
- Remuneração pelo capital investido.

**Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado como ativos não circulantes mantidos para venda.

**Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

**Vamcruz I Participações S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado com ativos não circulantes mantidos para venda;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

**Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

**Chapada do Piauí I Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Chapada do Piauí II Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

**Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Companhia Energética SINOP S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de compra de energia.

**Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas G&T**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

**Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão.

**Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

**Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

**Remuneração de pessoal-chave**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2019 está demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.202	3.983
Encargos Sociais	878	1.274
Benefícios	370	560
<b>Total</b>	<b>4.450</b>	<b>5.817</b>

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

## 48 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 48.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31/12/2019 e 31/12/2018.

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>					
Clientes	Custo Amortizado	1.357.566	840.204	1.359.889	847.317
Ativo da concessão de serviço público	Custo Amortizado	14.359.527	14.594.852	14.747.441	15.204.219
serviço público					
Títulos e valores mobiliários	Custo Amortizado	8.350	8.321	8.350	8.321
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	Custo Amortizado	487.822	487.822	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	Custo Amortizado	198.663	177.521	200.684	192.443
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1.312	159.954	118.001	276.986
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>					
Investimentos (ativos mantidos para venda)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	125.816	175.651	125.816	175.651
<b>Total Ativos financeiros</b>		<b>16.413.240</b>	<b>16.268.674</b>	<b>16.922.187</b>	<b>17.017.108</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>					
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	1.027.798	1.498.201	1.182.819	1.498.201
Fornecedores	Custo Amortizado	413.209	239.306	423.773	249.474
Debêntures	Custo Amortizado	150.322	-	150.322	152.133
<b>Total Passivos financeiros</b>		<b>1.591.329</b>	<b>1.737.507</b>	<b>1.756.914</b>	<b>1.899.808</b>

### 48.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31/12/2019, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.



- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivos</b>		
TJLP	305.352	333.126
CDI	328.632	603.585
IPCA	223.803	183.146
<b>Total</b>	<b>857.787</b>	<b>1.119.857</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>857.787</b>	<b>1.119.857</b>

Exposição à taxa de juros	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivos</b>		
TJLP	305.352	333.126
CDI	328.632	603.585
IPCA	223.803	335.279
<b>Total</b>	<b>857.787</b>	<b>1.271.990</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>857.787</b>	<b>1.271.990</b>

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

- **Exposição ao Risco de Crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa	6	1.312	159.954	118.001	276.986
Títulos e valores mobiliários	7	1.089.805	153.575	1.089.805	153.575
Clientes	9	1.357.566	840.204	1.359.889	847.317

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>						
Fornecedores	413.209	413.209	413.209	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.027.798	1.319.891	240.219	244.091	507.918	327.663
Obrigações estimadas	122.504	127.765	127.765	-	-	-
Debêntures	150.322	156.086	8.256	37.195	46.629	64.006
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
Fornecedores	239.306	239.306	239.306	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.498.201	2.008.604	745.916	267.352	592.276	403.060
Obrigações estimadas	127.765	127.765	127.765	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>						
Fornecedores	423.773	423.773	423.773	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.182.819	1.319.891	240.219	244.091	507.918	327.663
Debêntures	150.322	156.086	8.256	37.195	46.629	64.006
Obrigações estimadas	123.499	123.499	123.499	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
Fornecedores	249.474	249.474	249.474	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.498.201	2.008.604	745.916	267.352	592.276	403.060
Debêntures	152.133	164.117	10.607	11.710	68.478	73.322
Obrigações estimadas	128.573	128.573	128.573	-	-	-

#### 48.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2019 e 31/12/2018, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos e empréstimos e debêntures	1.178.120	1.498.201	1.333.141	1.650.334
(-)Caixa e equivalentes de caixa	1.091.117	313.529	1.207.806	430.561
<b>Dívida líquida</b>	<b>87.003</b>	<b>1.184.672</b>	<b>125.335</b>	<b>1.219.773</b>
Patrimônio líquido	17.687.266	15.375.445	17.707.929	15.394.444
<b>Total do capital</b>	<b>17.774.269</b>	<b>16.560.117</b>	<b>17.833.264</b>	<b>16.614.217</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>0,5%</b>	<b>7,2%</b>	<b>0,7%</b>	<b>7,3%</b>

#### 48.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Instrumentos Financeiros</b>				
Títulos e valores mobiliários	985.488	985.488	81.831	81.831
Aplicações financeiras	-	-	116.236	116.236
<b>Total</b>	<b>985.488</b>	<b>985.488</b>	<b>198.067</b>	<b>198.067</b>

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Instrumentos Financeiros</b>				
Títulos e valores mobiliários	985.488	985.488	81.831	81.831
Aplicações financeiras	76.160	76.160	212.495	212.495
<b>Total</b>	<b>1.061.648</b>	<b>1.061.648</b>	<b>294.326</b>	<b>294.326</b>

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-

se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	<b>Controladora</b>			
	<b>31/12/2019</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	659.488	-	-	659.488
Ativos de transmissão - RBSE	-	-	9.735.770	9.735.770
<b>Total</b>	<b>659.488</b>	<b>-</b>	<b>9.735.770</b>	<b>10.395.258</b>
	<b>31/12/2018</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
	Títulos e valores mobiliários	81.831	-	-
Aplicações financeiras	116.236	-	-	116.236
Ativos de transmissão - RBSE	-	-	10.289.026	10.289.026
<b>Total</b>	<b>198.067</b>	<b>-</b>	<b>10.289.026</b>	<b>10.487.093</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2019</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	659.488	-	-	659.488
Aplicações financeiras	76.160	-	-	76.160
Ativos de transmissão - RBSE	-	-	9.735.770	9.735.770
<b>Total</b>	<b>735.648</b>	<b>-</b>	<b>9.735.770</b>	<b>10.471.418</b>
	<b>31/12/2018</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
	Títulos e valores mobiliários	81.831	-	-
Aplicações financeiras	212.495	-	-	212.495
Ativos de transmissão - RBSE	-	-	10.289.026	10.289.026
<b>Total</b>	<b>294.326</b>	<b>-</b>	<b>10.289.026</b>	<b>10.583.352</b>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

#### 48.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

**Depreciação dos índices**

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	305.352	4,68	3,51	2,34	319.642	316.070	312.497
IPCA	223.803	3,68	2,76	1,84	232.039	229.980	227.921
CDI	328.632	4,39	3,29	2,20	343.059	339.444	335.862
<b>Efeito líquido</b>	<b>(857.787)</b>				<b>(894.740)</b>	<b>(885.494)</b>	<b>(876.280)</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	305.352	4,68	3,51	2,34	319.642	316.070	312.497
IPCA	223.803	3,68	2,76	1,84	232.039	229.980	227.921
CDI	328.632	4,39	3,29	2,20	343.059	339.444	335.862
<b>Efeito líquido</b>	<b>(857.787)</b>				<b>(894.740)</b>	<b>(885.494)</b>	<b>(876.280)</b>

**Apreciação dos índices**

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	305.352	4,68	5,85	7,02	319.642	323.215	326.788
IPCA	223.803	3,68	4,60	5,52	232.039	234.098	236.157
CDI	328.632	4,39	5,49	6,59	343.059	346.674	350.289
<b>Efeito líquido</b>	<b>(857.787)</b>				<b>(894.740)</b>	<b>(903.987)</b>	<b>(913.234)</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
<b>Passivos</b>							
TJLP	305.352	4,68	5,85	7,02	319.642	323.215	326.788
IPCA	223.803	3,68	4,60	5,52	232.039	234.098	236.157
CDI	328.632	4,39	5,49	6,59	343.059	346.674	350.289
<b>Efeito líquido</b>	<b>(857.787)</b>				<b>(894.740)</b>	<b>(903.987)</b>	<b>(913.234)</b>

#### 49 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.987.410</b>	<b>2.083.972</b>	<b>5.071.382</b>	<b>2.252.092</b>	<b>2.471.734</b>	<b>4.723.826</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>						
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(298.903)	-	(298.903)	(251.048)	-	(251.048)
Encargos de uso da rede de transmissão	(712.357)	-	(712.357)	(612.767)	-	(612.767)
Custo de construção	-	(470.751)	(470.751)	(6.747)	(836.035)	(842.782)
Custo de melhoria	(40.028)	-	(40.028)	(29.845)	-	(29.845)
	<b>(1.051.288)</b>	<b>(470.751)</b>	<b>(1.522.039)</b>	<b>(900.407)</b>	<b>(836.035)</b>	<b>(1.736.442)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.936.122</b>	<b>1.613.221</b>	<b>3.549.343</b>	<b>1.351.685</b>	<b>1.635.699</b>	<b>2.987.384</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(423.996)	(1.223.052)	(1.647.048)	(398.509)	(1.156.987)	(1.555.496)
Outros	(122.753)	(27.364)	(150.117)	(126.433)	9.651	(116.782)
Depreciação e amortização	(84.950)	(26.767)	(111.717)	(71.784)	(22.618)	(94.402)
Provisões Operacionais	(540.454)	(326.821)	(867.275)	(375.164)	(97.971)	(473.135)
	<b>(1.172.153)</b>	<b>(1.604.004)</b>	<b>(2.776.157)</b>	<b>(971.890)</b>	<b>(1.267.925)</b>	<b>(2.239.815)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>763.969</b>	<b>9.217</b>	<b>773.186</b>	<b>379.795</b>	<b>367.774</b>	<b>747.569</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>						
Ganhos em equivalência patrimonial	80.498	200.120	280.618	218.190	201.326	419.516
Perdas em equivalência patrimonial	(66.023)	(21.806)	(87.829)	(368.430)	(8.930)	(377.360)
	<b>14.475</b>	<b>178.314</b>	<b>192.789</b>	<b>(150.240)</b>	<b>192.396</b>	<b>42.156</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>						
Resultado de aplicações financeiras	15.509	42.273	57.782	6.851	18.677	25.528
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	116.189	17.592	133.781	130.909	23.251	154.160
Outras variações monetárias ativas	11.339	33.129	44.468	2.885	8.430	11.315
Receita Financeira - RBSE FV	-	1.251.012	1.251.012	-	5.951	5.951
Outras receitas financeiras	2.808	2.478	5.286	19.902	17.566	37.468
PIS/Pasep e Cofins	-	-	-	(7)	(7)	(14)
Encargos de dívidas	(24.792)	(64.389)	(89.181)	(53.039)	(137.751)	(190.790)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(93)	(508)	(601)	(1.784)	(9.723)	(11.507)
Outras variações monetárias passivas	-	-	-	153	(471)	(318)
Despesa Financeira - RBSE FV	-	(765.980)	(765.980)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(23.342)	(23.302)	(46.644)	(16.541)	(34.736)	(51.277)
	<b>97.618</b>	<b>492.305</b>	<b>589.923</b>	<b>89.329</b>	<b>(108.813)</b>	<b>(19.484)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>876.062</b>	<b>679.836</b>	<b>1.555.898</b>	<b>318.884</b>	<b>451.357</b>	<b>770.241</b>
Imposto de renda e contribuição social	648.682	1.281.551	1.930.233	(90.476)	(411.987)	(502.463)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.524.744</b>	<b>1.961.387</b>	<b>3.486.131</b>	<b>228.408</b>	<b>39.370</b>	<b>267.778</b>
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	27,27	35,08	62,36	4,09	0,70	4,79
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	27,27	35,08	62,36	4,09	0,70	4,79

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.997.008</b>	<b>2.140.938</b>	<b>5.137.946</b>	<b>2.255.678</b>	<b>2.524.061</b>	<b>4.779.739</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>						
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(307.340)	-	(307.340)	(267.126)	-	(267.126)
Encargos de uso da rede de transmissão	(712.357)	-	(712.357)	(612.767)	-	(612.767)
Custo de construção	-	(471.275)	(471.275)	(6.747)	(828.255)	(835.002)
Custo de melhoria	(40.028)	-	(40.028)	(29.845)	-	(29.845)
	<b>(1.059.725)</b>	<b>(471.275)</b>	<b>(1.531.000)</b>	<b>(916.485)</b>	<b>(828.255)</b>	<b>(1.744.740)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.937.283</b>	<b>1.669.662</b>	<b>3.606.945</b>	<b>1.339.193</b>	<b>1.695.806</b>	<b>3.034.999</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(433.521)	(1.232.886)	(1.666.407)	(403.178)	(1.170.695)	(1.573.873)
Outros	(126.452)	(81.145)	(207.597)	(127.822)	8.525	(119.297)
Depreciação e amortização	(84.985)	(26.790)	(111.775)	(71.811)	(22.637)	(94.448)
Provisões Operacionais	(540.454)	(328.099)	(868.553)	(375.164)	(97.971)	(473.135)
	<b>(1.185.412)</b>	<b>(1.668.920)</b>	<b>(2.854.332)</b>	<b>(977.975)</b>	<b>(1.282.778)</b>	<b>(2.260.753)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>751.871</b>	<b>742</b>	<b>752.613</b>	<b>361.218</b>	<b>413.028</b>	<b>774.246</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>						
Ganhos em equivalência patrimonial	80.498	200.120	280.618	218.190	177.830	396.020
Perdas em equivalência patrimonial	(48.112)	1	(48.111)	(344.421)	(8.930)	(353.351)
	<b>32.386</b>	<b>200.121</b>	<b>232.507</b>	<b>(126.231)</b>	<b>168.900</b>	<b>42.669</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>						
Renda de aplicações financeiras	16.885	44.155	61.040	7.946	20.757	28.703
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	116.189	17.592	133.781	130.909	23.251	154.160
Outras variações monetárias ativas	11.339	33.129	44.468	2.885	8.430	11.315
Receita Financeira - RBSE FV	-	1.251.012	1.251.012	-	5.951	5.951
Outras receitas financeiras	2.808	3.667	6.475	19.902	17.624	37.526
PIS/Pasep e Cofins	(69)	-	(69)	(57)	(114)	(171)
Encargos de dívidas	(24.792)	(71.482)	(96.274)	(53.039)	(154.374)	(207.413)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(93)	(1.154)	(1.247)	(1.784)	(9.723)	(11.507)
Outras variações monetárias passivas	-	-	-	153	(471)	(318)
Despesa Financeira - RBSE FV	-	(765.980)	(765.980)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(30.731)	(23.623)	(54.354)	(24.854)	(35.443)	(60.297)
	<b>91.536</b>	<b>487.316</b>	<b>578.852</b>	<b>82.061</b>	<b>(124.112)</b>	<b>(42.051)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>875.793</b>	<b>688.179</b>	<b>1.563.972</b>	<b>317.048</b>	<b>457.816</b>	<b>774.864</b>
Imposto de renda e contribuição social	648.682	1.273.209	1.921.891	(90.476)	(418.446)	(508.922)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.524.475</b>	<b>1.961.387</b>	<b>3.485.862</b>	<b>226.572</b>	<b>39.370</b>	<b>265.942</b>
<b>Resultado atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>1.524.744</b>	<b>1.961.387</b>	<b>3.486.131</b>	<b>228.408</b>	<b>39.370</b>	<b>267.778</b>
<b>Resultado atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>(269)</b>	<b>-</b>	<b>(269)</b>	<b>(1.836)</b>	<b>-</b>	<b>(1.836)</b>
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	27,27	35,08	62,36	4,09	0,70	4,79
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	27,27	35,08	62,36	4,09	0,70	4,79

## 50 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2019, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>Apólices</b>	<b>Importâncias Seguradas</b>	<b>Prêmios Anuais</b>
- <b>Riscos Nomeados:</b> Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.346.132	8.017
- <b>Riscos aeronáuticos</b>	47.188	698
- <b>Transporte</b>	163.500	189
	<b>6.556.820</b>	<b>8.904</b>

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 17.140 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 5.354 para responsabilidade civil e R\$ 24.693 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

## 51 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES (NÃO AUDITADO)

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31/12/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	Maior remuneração	Menor remuneração	Maior remuneração	Menor remuneração
<b>Empregados (R\$)</b>	63.974,37	1.925,78	62.245,65	1.841,34
<b>Dirigentes (R\$)</b>	53.717,86	50.023,61	62.710,17	42.002,25
	Salário/Honorário médio	Remuneração média	Salário/Honorário médio	Remuneração média
<b>Empregados (R\$)</b>	7.757,87	10.856,86	7.494,19	10.747,16
<b>Dirigentes (R\$)</b>	42.422,27	51.122,46	49.471,34	54.661,15

Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.



## 52 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2019			31/12/2018
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.255	2.441	7.696	8.386
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	3.266	3.266	3.443
Educação ambiental para a comunidade	-	1.354	1.354	2.121
Outros projetos ambientais	-	170	170	2.406
<b>Total</b>	<b>5.255</b>	<b>7.231</b>	<b>12.486</b>	<b>16.356</b>

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 38.727, com previsão de desembolso de R\$ 15.962 para o exercício de 2020 e R\$ 22.765 a partir de 2021.

## 53 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2019	31/12/2018
Empregados treinados	3.051	3.412
Homem/hora treinados	120.023	183.725
Média/hora treinamento	31,45	44,57
Índice de empregados treinados (%)	79,95	82,78
Força de trabalho treinada (%)	1,64	2,32
Investimento total (R\$ mil)	3.615	1.195
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	947	290

## 54 - Informação Complementar CVM – Adoção Inicial CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 nos Ativos de Transmissão

Conforme orientado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM no ofício de encerramento de 2019, e de forma complementar a divulgação da nota explicativa 4.15.2, referente a adoção dos CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 apresentada nas Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2018, a Companhia vem a incluir nessas demonstrações financeiras informação complementares referente à adoção destes normativos e cujo impactos seguem abaixo demonstrado:

	31/12/2017	Ajustes CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9	01/01/2018
<b>ATIVO</b>			
Ativo contratual de transmissão	-	6.356.595	6.356.595
Ativo financeiro de transmissão	4.791.611	(4.791.611)	-
Ativo financeiro de transmissão - RBSE	10.868.543	-	10.868.543
Investimentos	6.558.926	(169.440)	6.389.486
Demais ativos não impactados	2.350.898	-	2.350.898
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24.569.978</b>	<b>1.395.544</b>	<b>25.965.522</b>
<b>PASSIVO</b>			
Imposto de renda e contribuição diferido	3.316.654	6.294	3.322.948
Demais passivos não circulantes não impactados	7.413.815	-	7.413.815
	<b>10.730.469</b>	<b>6.294</b>	<b>10.736.763</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Lucros acumulados	-	1.389.250	1.389.250
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	13.839.509	-	13.839.509
	<b>13.839.509</b>	<b>1.389.250</b>	<b>15.228.759</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.569.978</b>	<b>1.395.544</b>	<b>25.965.522</b>

Adicionalmente segue a composição por componente dos impactos da mensuração da adoção inicial do CPC 47 nos ativos de transmissão. Os impactos substanciais da mensuração são resultado da identificação e precificação das obrigações de performance de operar e construir, aplicação de margens e receita financeira conforme taxa de financiamento da contraparte.

	IFRIC 12	Ativo Contratual	Reversão impairment	Efeito PL
Saldo de abertura IFRIC 12	510.974	-	2.478.948	1.967.974
Receita de construção	4.597.899	3.642.923	-	(954.975)
Receita financeira	244.261	1.003.958	-	759.697
Amortizações	563.049	523.536	-	(39.514)
Ajustes e transferências	(1.526)	215.826	-	217.352
<b>Valor em 01/01/18</b>	<b>4.791.610</b>	<b>3.907.519</b>	<b>2.478.948</b>	<b>1.594.857</b>

## 55 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### 55.1 – Incorporação TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

Em 04/02/2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou a incorporação da TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A. pela Companhia, a qual estará finalizada com a realização de AGE - Assembleia Geral Extraordinária. Essa incorporação está em linha com o Plano Diretor de Negócio e Gestão 2019/2023 (“PDNG”) visando a simplificação das estruturas societárias do Sistema Eletrobras.

### 55.2 – Nova metodologia do WACC Aneel

#### Transmissão

A Aneel em 10/03/2020, aprovou a nova metodologia de cálculo e os WACCs para os segmentos de transmissão, geração e distribuição. As taxas serão atualizadas anualmente e irão remunerar, durante o ciclo de revisão tarifária, o capital investido na concessão, além de ser utilizado de forma provisória para as autorizações de reforços e melhorias de transmissão. Para o segmento de transmissão foi aprovado o WACC real depois dos impostos de 7,66% para 2018, 7,39% para 2019 e 6,98% para 2020.

As concessões prorrogadas têm data de revisão tarifária em junho de 2018, porém a revisão foi adiada por duas vezes. Com isso, o WACC real depois dos impostos aplicável a revisão destes contratos passou de 6,64% para 7,66%, com efeitos a partir de julho de 2020 e retroativo a 2018.

Quanto à retroatividade destacada anteriormente, os valores de WACC regulatório aprovados para os anos 2018, 2019, e 2020 pela Aneel serão aplicados aos agentes cujos processos de revisão tarifária ocorrerem em cada ano de vigência, com efeitos retroativos para os casos de revisões provisórias. Os contratos prorrogados que estavam com revisão tarifária prevista para o ano de 2018, e que estão há dois anos com valores provisórios, terão as receitas calculadas com o novo valor de WACC para 2018 (7,66%), com vigência até 2023, e com efeitos retroativos a 2018.

No entanto, destaca-se que além do WACC, outras variáveis impactarão os novos valores das RAPs, como Banco de Preços, Custos Operacionais, e Base de Remuneração Regulatória, que ainda está sendo apurada. Sendo o valor final o resultante de todas elas. Finalmente, destaca-se que todos os valores apresentados são estimativas preliminares base nas informações disponibilizadas pela Aneel.

#### **Geração**

Para o segmento de geração, como os contratos são de 2013, a data de revisão do WACC é 2018, aplicando-se então a correção do valor até então vigente, de 7,16%, para o novo valor homologado para o ano de 2018, de 7,66%.

### **55.3 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – IMPACTOS PARA A CHESF**

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionado ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, dado o setor estratégico em que está inserida, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores evitando a propagação da doença. Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução.

**COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Wilson Pinto Ferreira Júnior**  
Presidente

**Fabio Lopes Alves**  
Conselheiro

**Luiz Roberto Bezerra**  
Conselheiro

**Fabio Malina Losso**  
Conselheiro

**Renê Sanda**  
Conselheiro

**Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta**  
Conselheira

**Robstaine Alves Saraiva**  
Conselheiro

---

**CONSELHO FISCAL**

---

**Hélio Mourinho Garcia Júnior**  
Presidente

**Felipe Baptista da Silva**  
Conselheiro

**Denis do Prado Netto**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA EXECUTIVA**

---

**Fabio Lopes Alves**  
Diretor-Presidente

**Jenner Guimarães do Rêgo**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Roberto Pordeus Nóbrega**  
Diretor de Engenharia e Construção

**João Henrique de Araújo Franklin Neto**  
Diretor de Operação

**Adriano Soares da Costa**  
Diretor de Gestão Corporativa

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE**

---

**José Henrique Mendes de Oliveira**  
Superintendente  
CRC-PE-017904/O-0 "S" PE - Contador



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

---

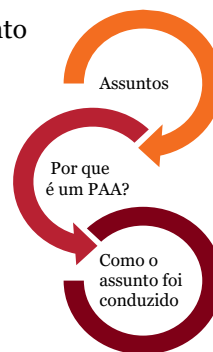
### Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte Energia S.A., investidas nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, apresentavam, em 31 de dezembro de 2019, excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 197.256 mil e 3.274.157 mil, respectivamente. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 36.3, a Companhia mantém investimentos e assumiu compromisso para fazer aportes adicionais em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento e continuidade de projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira) da investida Energia Sustentável do Brasil S.A. A continuidade operacional dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

### Principais Assuntos de Auditoria

---

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

#### Porque é um PAA

##### **Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 21) e do ativo imobilizado (Nota 22)**

A Companhia e determinadas controladas em conjunto possuem saldos relevantes de ativo imobilizado composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas, termoeletrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

---

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados e dos investimentos patrimoniais da Companhia.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesses cálculos.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em

---

## Porque é um PAA

---

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas nos saldos de ativo imobilizado e investimentos em subsidiárias. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

### **Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 11)**

A Companhia e alguma de suas controladas e controladas em conjunto possuem base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros.

Face o alto grau de julgamento relacionado com a constituição desse ativo, a relevância dos valores envolvidos e uso de premissas significativas, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

projeções financeiras para revisão das taxas de desconto e dos modelos de fluxo de caixa descontados.

Adicionalmente, comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores e verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções e a comparação do imposto de renda diferido ativo em relação ao passivo.

Efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis

---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

e consistentes com dados e informações obtidos, bem como as divulgações são consistentes com os dados informações obtidas.

### Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica e dos bens da Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

O ativo de contrato das linhas de transmissão e RBSE referem-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desses ativos requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração.

Também, o valor do ativo foi mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor justo do ativo mensurado pela administração da Companhia.

Devido à relevância dos valores, ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas e ao impacto que suas eventuais alterações poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e RBSE como um assunto significativo para fins da nossa auditoria.

### Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 34)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica e da RBSE.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para discussão dos principais aspectos, incluindo componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência das informações, e das premissas relevantes utilizadas nas projeções de receita anual permitida – RAP e com uma amostra de contratos firmados, bem como observamos a razoabilidade da taxa de desconto utilizada.

Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da



---

## Porque é um PAA

---

julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrências das deficiências de controles identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

Companhia, com o objetivo de confirmar os valores e a classificação de perda utilizados pela administração da Companhia.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a confirmação das qualificações e experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas de natureza tributária, com o apoio dos nossos especialistas tributários, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

---

## Outros assuntos

---

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de março de 2019, sem ressalvas.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 27 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo  
Contador CRC 1BA024501/O-9

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 27 de março de 2020, homologada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2020, analisou o Relatório da Administração, relativo ao Exercício de 2019, e, assistido pelo Superintendente de Contabilidade da Companhia, José Henrique Mendes de Oliveira e pelo Representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Vinicius Ferreira Britto Rego, CPF 929.336.105-15, RG 0708506402 SSP/BA, analisou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 27 de março de 2020, sem ressalvas, com ênfase para o seguinte item: “Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto”.

Tomou, ainda, conhecimento da proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$ 757.339 mil equivalente aos dividendos mínimos obrigatórios e, do saldo remanescente do Lucro Ajustado, a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, no montante de R\$ 2.272.016 mil, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, pois sua distribuição se mostra incompatível com a atual situação financeira da Companhia, conforme parecer específico constante na Proposta da Administração. Adicionalmente, foi destinado o valor de R\$ 418.225 mil como dividendos adicionais, advindo, do saldo de Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favoravelmente à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Recife, 27 de março de 2020.

*Hélio Mourinho Garcia Júnior*  
**Presidente**

*Denis do Prado Netto*  
**Conselheiro**

*Felipe Baptista da Silva*  
**Conselheiro**